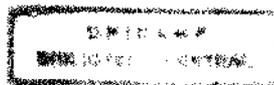


**Helena de Souza Britto**

**Deslocamento à Esquerda,  
Resumptivo-Sujeito, Ordem SV e  
a Codificação Sintática de Juízos Categórico e Tético no Português do Brasil**

**Instituto de Estudos da Linguagem - IEL  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**

**1998**



92.3168

Helena de Souza Britto

Deslocamento à Esquerda,  
Resumptivo-Sujeito, Ordem SV e  
a Codificação Sintática de Juízos Categórico e Tético no Português do Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de Lingüística do Instituto  
de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas,  
como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Doutor em Lingüística

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mary Aizawa Kato

Campinas, 1998

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B778d

Britto, Helena de Souza

Deslocamento à esquerda, resumptivo-sujeito, ordem sv e a codificação sintática de juízos categórico e tético no português do Brasil / Helena de Souza Britto. -- Campinas, SP: [s.n.], 1998.

Orientador Mary A. Kato

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - gramática gerativa.  
I. Kato, Mary A. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem.  
III. Título.

Banca examinadora

---



Prof.ª Dr.ª Mary Kato (Prof. Orientador)

Unicamp



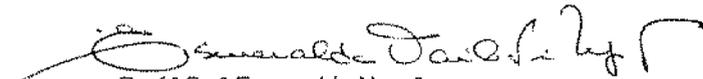
Prof.ª Dr.ª Charlotte Galves

Unicamp



Prof. Dr. Jürgen Meisel

Universidade de Hamburgo



Prof.ª Dr.ª Esmeralda Negrão

USP



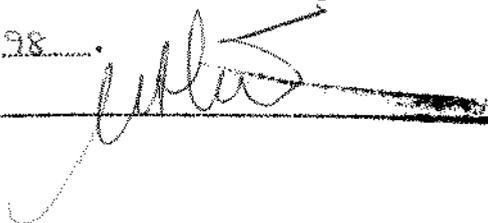
Prof. Dr. Jairo Nunes

Unicamp

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por HELENA DE SOUZA BRITTO

e aprovada pela Comissão Julgadora em

30 / 03 / 98.



*À minha mãe linda, Ruth*

*(...)*

*Sobre o meu coração pesam montanhas...*

*(Florabela Espanca)*

*Ao meu querido pai, Gutemberg,  
de quem eu morro de saudades.*

## Agradecimentos\*

---

À minha querida *Mary Kato*, pela impecável orientação, por todos os ensinamentos, pelas inúmeras discussões tão esclarecedoras e, sobretudo, pela confiança e amizade;

À *Charlotte Galves*, principal responsável por grande parte do encanto que tenho hoje por pronomes;

A *Jairo Nunes*, pelos valiosos comentários às várias versões deste trabalho;

A *Eduardo Raposo* e *Jairo Nunes*, membros da banca de qualificação desta tese, pela discussão e preciosas sugestões;

Aos professores convidados que visitaram nosso instituto durante meu curso de doutorado, *Anthony Kroch*, *Bob Frank*, *Eduardo Raposo*, *Joseph Aoun*, *Maria-Luiza Zubizarreta* e *Raffaella Zanuttini*, o meu sincero agradecimento pelas observações acerca de meu projeto de tese;

---

\* Este trabalho de tese foi desenvolvido com o auxílio financeiro concedido ao Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, e repassado a mim sob forma de bolsa de estudo.

À *Anna Cardinaletti*, também os meus agradecimentos pelas sugestões dadas ao meu trabalho durante sua estada na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;

A *Carlos Mioto* e *Cristina Figueiredo*, pela tão gentil acolhida (e tão proveitosas discussões) durante minha breve permanência em Florianópolis em virtude do curso ministrado por *Anna Cardinaletti*;

A *Jazon Santos*, meu querido, e às minhas queridas *Ana Scher* e *Eva Schlachter*, pela nossa incondicional amizade, nascida do mais total e absoluto companherismo profissional;

Às também queridas *Evani Viotti*, *Mirta Groppi*, *Nilmara Sikansi*, *Raquel Santos*, *Susan Klein Franchetti*, *Ana Müller*, *Aparecida Torres*, *Eugênia Duarte*, *Ilza Ribeiro* e *Sônia Cyrino*, por todas as pertinentes observações ao meu trabalho, feitas quer em apresentações em seminários de curso, quer em comunicações apresentadas em congressos e encontros científicos nacionais;

A *Ricardo*, pelo amor, carinho e irrestrito apoio.

Às minhas queridíssimas tias, *Victalina*, *Lourdes* e *Virgínia*, minha irmã, *Ruth Helena*, meu cunhado, *Cesar*, meu caríssimo afilhado, *Pedro*, minha sobrinha-mirim, *Beatriz*, e, finalmente, minha prima, *Virgínia*, que, durante as minhas longas ausências da cidade do Rio de Janeiro, assitiram meus pais com tanto carinho e, no decorrer de 1997, incansavelmente apoiaram minha linda Ruth.

Trata-se de um estudo sintático-comparativo entre (i) *estruturas de deslocamento à esquerda com resumptivo-sujeito lexical do Português do Brasil versus estruturas SV do Português Europeu* e (ii) *estruturas SV do Português do Brasil versus estruturas VS do Português Europeu*. Seu objetivo é derivar o paralelismo interpretativo existente entre (i) e (ii) – as estruturas em (i) são tomadas como o correlato na sintaxe do que deve ser interpretado no componente apropriado como um *juízo categórico*, ao passo que as em (ii) correspondem ao que deve ser interpretado como um *juízo tético*. No que tange à codificação sintática de *juízos téticos*, observa-se que o Português do Brasil atual, por não dispor da ordem VS generalizada, se vale da ordem SV para a codificação sintática de tal juízo. Quanto à codificação sintática de *juízos categóricos*, o paralelismo interpretativo encontrado entre *estruturas de deslocamento à esquerda do Português do Brasil* e *estruturas SV do Português Europeu* é sintaticamente derivado com base na argumentação segundo a qual tais estruturas projetam um mesmo esqueleto sintático, residindo a diferença entre elas na natureza *nula* ou *lexical* do pronome fraco nominativo do Português Europeu e Português do Brasil respectivamente.

<b>Introdução</b>	1
0.0. Preliminares	1
0.1. As construções com deslocamento à esquerda não são mais aquelas...	2
0.2. Notas	7
<b>Capítulo I</b>	8
<b><i>A expressão sintática dos juízos tético e categórico em Japonês, Português Europeu (PE) e Português do Brasil (PB)</i></b>	8
1.0. Introdução	8
1.1. O Japonês, segundo Kuroda (1972) e (1976)	9
1.1.0. Introdução	9
1.1.1. Juízos: da lógica clássica a Kuroda (1972)	10
1.1.2. NPs-wa e NPs-ga	13
1.1.3. Sentenças com NP-wa e a noção de tópico	19
1.1.4. Observações Finais	21
1.2. Construções inacusativas do PB, segundo Kato (1988)	22
1.2.0. Introdução	22
1.2.1. SVVS versus wa/ga	22
1.3. O PE, segundo Martins (1994)	24
1.3.0. Introdução	24
1.3.1. Ordens SVVS, juízos e a projeção $\Sigma P$	24
1.4. Deslocado à esquerda + resumptivo sujeito: a expressão de juízo categórico no PB, segundo Britto (1997)	28

I.4.0. Introdução	28
I.4.1. Dados preliminares	28
I.4.2. Dados de fala espontânea do PB, segundo Duarte (1995)	33
<b>I.5. Estratégias de distinção tético/categórico, segundo Sasse (1987)</b>	<b>39</b>
I.5.0. Introdução	39
I.5.1. Os dados	39
<b>I.6. Deslocamento à esquerda e ordem SV: do PB ao Francês</b>	<b>43</b>
<b>I.7. Conclusão</b>	<b>46</b>
<b>I.8. Notas</b>	<b>47</b>
<b>Capítulo II</b>	<b>60</b>
<b>Sentenças copulares e construções com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito no PB</b>	<b>60</b>
II.0. Introdução	60
II.1. Os dados	62
<b>II.2. A proposta de Moro (1993) para sentenças copulares</b>	<b>64</b>
II.2.0. Preliminares	64
II.2.1. Frases copulares canônica e inversa	66
II.2.2. A distinção canônica/inversa em copulares do Inglês	67
II.2.3. A distinção canônica/inversa em copulares do Italiano	71
II.2.4. A distinção canônica/inversa em copulares do PB	75
<b>II.3. A proposta de Heycock e Kroch (1996) para sentenças copulares: contra Moro (1993)</b>	<b>79</b>
II.3.0. Preliminares	79
II.3.1. Os dados	79
<b>II.4. Argumentando contra Heycock e Kroch (1996)</b>	<b>81</b>
<b>II.5. A distinção entre copulares predicativa e referencial em PB</b>	<b>86</b>
<b>II.6. Equativas, identificacionais e predicativas com resumptivo sujeito</b>	<b>91</b>
II.6.0. Contra Cardinaletti (1997)	92
II.6.1. A proposta de Calabrese (1986)	94
II.6.2. O confronto entre Calabrese (1986) e Cardinaletti (1997)	103
II.6.3. As análises de Calabrese e Cardinaletti aplicada ao PB	104

II.7. Conclusão do capítulo	108
II.8. Notas	111
<b>Capítulo III</b>	121
<b><i>Pronomes fortes e fracos e construções com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito no PB</i></b>	121
III.0. Introdução	121
III.1. Pronomes fortes e fracos e estruturas SV em linguas pro-drop	123
III.1.0. A proposta de Soriano (1989)	123
III.1.1. A proposta de Barbosa (1996) e (1997)	126
III.1.2. A natureza pro-drop parcial do PB	133
III.2. Pronomes fracos nulos e lexicalizados	143
III.2.0. Preliminares	143
III.2.1. Pronomes fracos lexicalizados em PB	145
III.3. Pronomes fortes e fracos em copulares e mini-oracões	149
III.4. Conclusão: de volta a [XP [IP pro [...]]] versus [XP [IP ele [...]]]	154
III.5. Notas	160
<b>Capítulo IV</b>	167
<b><i>A formalização sintática das estruturas com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito no PB</i></b>	167
IV.0. Introdução: a noção de sujeito na teoria sintática chomskyana	167
IV.1. Sobre sujeito de predicação e tópico	169
IV.1.0. A proposta de Calabrese (1986) via Rothstein (1983)	169
IV.1.1. A crítica de Heycock (1994) a Rothstein (1983)	170
IV.1.2. Lugares de pouso do NP <sub>suji</sub> , segundo Cardinaletti (1997)	172
IV.1.3. Lugares de pouso do NP <sub>suji</sub> , segundo Martins (1994)	177
IV.2. A projeção $\Delta P$ no PB	185
IV.2.0. Acerca do movimento I-para- $\Sigma$ de V	185
IV.2.1. Acerca de [spec, $\Sigma P$ ] versus [spec, AgrP]	191

IV.2.2. Sujeitos redobrados, segundo Figueiredo Silva (1996)	192
IV.2.3. De Martins (1994) a Figueiredo Silva (1996)	196
IV.2.4. $\Sigma P$ e IP e a especialização de posições de especificador	203
IV.2.5. Revisitando a Teoria do Caso	204
IV.2.6. Revisitando o Critério Temático	209
<b>IV.3. Da posição [spec, <math>\Sigma P</math>] à posição de adjunção a IP</b>	<b>214</b>
IV.3.0. Acerca das construções DE do Francês	214
IV.3.1. Acerca das construções DE do PE	217
<b>IV.4. Observações finais: acerca das estruturas de juízo tético em PB e Francês</b>	<b>220</b>
IV.5. Notas	222
<b>Capítulo V</b>	<b>231</b>
<b>Conclusão</b>	<b>231</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>235</b>
<b>Abstract</b>	<b>250</b>

### 0.0. Preliminares

Diferentemente do Português do Brasil (doravante PB) de até o início deste século, o PB atual apresenta, ao lado do não mais licenciamento da categoria vazia *pro* [+referencial] (cf. Figueiredo Silva 1996), uma significativa alta frequência de ocorrências de construções de deslocamento à esquerda com resumptivo sujeito lexicalizado (doravante DE) (cf. Duarte 1995). Tomadas como uma particularidade do PB atual, sob várias perspectivas teóricas estas construções DE têm sido alvo de investigação entre estudiosos do PB na última década (dentre eles, Pontes 1987, Duarte 1987, Kato 1988; 1993, Galves 1993, Braga 1987, Kato *et al.* 1996, Duarte 1995 e Figueiredo Silva 1996).

Neste trabalho, volta-se a este tema, utilizando-se da teoria sintática chomskyana para abordá-lo. Em um paralelo à análise de Martins (1994) – segundo a qual estruturas SV e VS são, respectivamente, a codificação sintática de juízos categórico e tético em Português Europeu (doravante PE) –, o objetivo deste estudo é defender a hipótese de que **sentenças DE** devem ser interpretadas **no PB** como a **codificação sintática de juízo categórico**, ao passo que suas **construções SV *stricto sensu***<sup>1</sup> são, por sua vez, a expressão de **juízo tético**, no sentido de Kuroda (1972), (1976) e (1992): Os dados

basilares nos quais este trabalho estará centrado, portanto, podem ser representados conforme o esquema a seguir:

	<i>Juízo Categórico</i>	<i>Juízo Tético</i>
<i>PB</i>	<i>NP<sub>or</sub> SV</i>	<i>SV</i>
<i>PE</i>	<i>SV</i>	<i>VS</i>

Esquema 1: Configurações sintáticas de juízos categórico e tético em PB e PE

### 0.1. As construções com deslocamento à esquerda não são mais aquelas...

Um longo trajeto teórico foi percorrido desde os estudos, datados do início da década de 70, acerca das estruturas do Inglês já denominadas de deslocamento a esquerda (i.e., uma estrutura com um NP gerado em posição sentencial periférica co-referente a um sintagma (nominal, pronominal, preposicional, etc.) em posição interna à sentença – cf. Ross 1967; Chomsky 1977, dentre outros) até análises que assumem ser as sentenças SV de línguas pro-drop um exemplo de estrutura de deslocamento a esquerda?

Tendo como ponto de partida o estudo de Kuroda (1972) acerca da distinção tético/categórico e NPs-ga/NPs-wa em Japonês, uma abordagem descritivo-comparativa entre as construções DEs do PB e as construções SV com sujeito lexical do PE, trazidas à análise por Martins (1994), consistiu no tópico inicial deste trabalho. Esta comparação revelou que tais construções do PB e do PE são equivalentes do ponto de vista interpretativo: nos termos de Kuroda (1972; 1992), Kato (1988) e Martins (1994), as construções DEs do PB e as construções SV com sujeito lexicalizado do PE devem ser tomadas como a codificação sintática de juízo categórico, sendo o NP deslocado e o sujeito

lexicalizado respectivamente o *tópico* destas estruturas (que, no sentido de Kuroda, equivale ao *constituente a ser interpretado no componente apropriado como sujeito do juízo categórico*). Por outro lado, ao serem comparadas as estruturas VS do PE, presentes em Martins (*op.cit.*), às construções SV do PB, outro paralelismo é obtido: ambas são interpretadas como codificação sintática de juízo tético.

Desta equivalência interpretativa inicialmente constatada entre (i) as construções NP-wa *versus* as NP-ga do Japonês, (ii) as estruturas SV *versus* as VS do PE (e certamente das demais línguas românicas de sujeito nulo, como será visto no decorrer deste trabalho) e (iii) as construções DE com resumptivo sujeito *versus* as SV do PB, estabeleceu-se o objetivo para o qual este trabalho estaria voltado primeiramente: a derivação sintática de tal paralelismo. Por isso, no que tange à comparação entre o PE e o PB, a análise aqui desenvolvida foi primordialmente centrada em uma abordagem comparativa entre (1a) *versus* (1b) e (2a) *versus* (2b), assim como entre (3a) e (3b)<sup>3</sup>, sendo, portanto, desconsideradas a comparação sistemática entre sentenças como (4a) *versus* (4b), uma vez que, neste casos, quer a configuração SV do PE (tal como presente em (2a) e (3a)), quer a configuração DE+resumptivo sujeito do PB (tal como presente em (2b) e (3b)) não são encontradas<sup>4</sup>:

- |       |    |   |      |
|-------|----|---|------|
| 0.(1) | a. | <i>Telefonou-te a Joana.</i>                      | (PE) |
|       | b. | <i>A Joana te ligou.</i>                          | (PB) |
| 0.(2) | a. | <i>A Joana telefonou-te.</i>                      | (PE) |
|       | b. | <i>A Joana ela te ligou.</i>                      | (PB) |
| 0.(3) | a. | O João disse que [ <i>a Maria te telefonou</i> ]. | (PE) |
|       | b. | O João disse que [ <i>a Maria ela te ligou</i> ]. | (PB) |

- 0.(4) a. **A Joana**, o João disse que *te telefonou*. (PE)  
b. **A Joana**, o João disse que *ela te ligou*. (PB)

Centrado em dados como os supracitados, o presente trabalho apresenta a seguinte organização. Ao primeiro capítulo coube a apresentação dos dados presentes em Kuroda (1972) e (1976), acerca do Japonês, em Kato (1988), sobre inacusativos do PB e em Martins (1994), sobre o PE (todos tendo em comum o fato de defenderem a visão de que a distinção lógica entre juízos categórico e tético é sintaticamente codificada nas línguas naturais), assim como os dados qualitativos e quantitativos (estes especificamente de Duarte 1995) do PB e uma breve aplicação ao Francês da hipótese aqui levantada para o PB. A noção de *tópico* no sentido de Kuroda (1992), central ao tratamento a ser dado neste trabalho ao NP em posição DE, também é discutida ainda neste capítulo.

No capítulo II, mais argumentos empíricos são apresentados a favor da hipótese de que em PB são bloqueadas as construções de deslocamento à esquerda com resumptivo sujeito toda vez que o NP deslocado à esquerda não puder ser interpretado no componente apropriado como *tópico*, no sentido de Kuroda (*op. cit.*). As sentenças copulares predicativas (canônicas e inversas, no sentido de Moro 1993) do PB foram a base desta argumentação, contempladas segundo principalmente as análises de Stowell (1989), Moro (1993), Heycock & Kroch (1996) e Cardinaletti (1997).

Procurando defender a hipótese de que as construções DE do PB atual são interpretativamente equivalentes a construções SV das línguas de sujeito nulo porque ambas as construções projetam um mesmo esqueleto sintático (residindo a diferença entre elas na natureza nula ou lexicalizada de seus pronomes fracos), ao terceiro capítulo deste trabalho coube um estudo sobre os pronomes fortes e fracos nominativos do PB atual. Ao

lado de uma série de pronomes fracos lexicalizados nominativos, é demonstrado haver uma série homófona, de pronomes fortes, série esta idêntica à presente no PE. Como cabe a este tipo de pronomes (cf. Cardinaletti & Starke 1993; Laenzlinger & Shlonsky 1997), uma vez acentuados contrastivamente, coordenados ou modificados, os pronomes fortes do PB não se referem a DPs cujo referente é [-humano]. Por outro lado, junto à série de pronomes fracos lexicalizados, há também uma de pronomes nulos. Tal como em uma verdadeira língua pro-drop, os pronomes nulos do PB são usados como expletivo, quase-argumento e como impessoal; entretanto, apenas os pronomes fracos lexicalizados do PB podem ter referentes [-humano] e [+humano], sendo a presença de *pro* bloqueada nestes contextos. Da comparação entre a distribuição do pronome fraco lexicalizado do PB e seu correspondente em PE, o seguinte paralelismo é defendido ao final deste capítulo:

- |       |    |                |                            |                          |      |
|-------|----|----------------|----------------------------|--------------------------|------|
| 0.(5) | a. | [Esses rapazes | [Ifeles são muito bonitos. | (PB)                     |      |
|       | b. | [Esses rapazes | [Ipro são muito bonitos.   | (PE)                     |      |
|       | c. | Esses rapazes  | [Eles                      | [Ipro são muito bonitos. | (PE) |

Com base em tal paralelismo configuracional, é elaborada no capítulo IV deste estudo a análise proposta às construções DE com resumptivo sujeito e as estruturas SV do PB, assim como às construções SV e VS do PE. Partindo da reformulação ao Princípio de Projeção Extendida (EPP), necessária quando admitida uma hipótese nos moldes de Cardinaletti (1997) acerca de especificadores de projeções distintas para abrigar pronomes (i) fortes e (ii) nominativos fracos, ou de uma proposta como a de Martins (1994), segundo a qual os NPs sujeito podem ter Caso tópico ou Caso nominativo, é proposta deste estudo a seguinte configuração sintática para as sentenças representadas em (5):

- 0.(6) a.                    [ΣP Esses rapazes    [PEles são muito bonitos. (PB)  
 b.                        [ΣP Esses rapazes    [Ppro são muito bonitos. (PE)  
 c. Esses rapazes    [ΣP Eles                [Ppro são muito bonitos. (PE)

Embora similar à proposta de Figueiredo Silva (1996) para estruturas com redobramento de sujeito do PB no que diz respeito às posições (de especificador, e não adjuntas) ocupadas pelo DP lexicalizado e pelo pronominal-sujeito em [spec, IP], a análise desenvolvida neste estudo procura resolver uma questão não abordada em Figueiredo Silva (*op. cit*), porém necessária para a defesa de estruturas como (6). Assumindo, com base em Martins (1994), que, em uma estrutura como (6), o sintagma que ocupa a posição [spec, ΣP] deve checar Caso tópico – e ser interpretado, no componente da gramática apropriado, como *sujeito do juízo categórico* –, assim como o que ocupa a posição [spec, IP] deve checar Caso nominativo, a seguinte questão deverá ser respondida: deveremos, então, representar configurações como (6), com dois DPs em posição de especificador, cada qual marcado por um Caso, mas apenas um argumento em [spec, VP] (em (6), *eles* ou *pro* marcado tematicamente)? Ou ainda, vinculada à esta primeira questão, como derivar a presença de um NP gerado na base em posição de especificador (em (6a) e (6b), *esses rapazes*, e em (6c), *eles*)? Com base na reformulação da Teoria do Caso, de Chomsky (1995), e na redefinição do Critério Temático, de Nunes (1995), as estruturas em (6) são apropriadamente derivadas, contando para isto também com a extensão para demais línguas românicas do princípio derivado por Calabrese (1986) para o Italiano, segundo o qual pronomes fracos nominativos tomam como seu antecedente obrigatoriamente o sintagma a ser interpretado no componente apropriado como sujeito da predicação.

Finalmente, para a conclusão deste capítulo IV, é elaborada uma breve comparação entre estruturas DE do PB, Francês e PE, já formalizadas segundo a proposta desenvolvida neste trabalho. Como consequência das configurações em (6), é derivado o caráter [-marcado] de tais estruturas em PB e Francês, assim como o caráter [+marcado] destas em PE.

## 0.2. Notas

---

<sup>1</sup> Entenda-se **estruturas SV** *stricto sensu* como aquelas sob a derivação [ $\mu$ S [V]] (excluindo-se destes casos, portanto, estruturas com a configuração [ $x$ PNP [ $\mu$ pro [V]]]).

<sup>2</sup> Cf. Soriano 1989, Moro 1993, Barbosa 1997, dentre outros, acerca de sentenças SV de línguas pro-drop, analisadas sob a derivação [ $x$ P S [ $\mu$ pro [V]]].

<sup>3</sup> Cf. as ressalvas e restrições, presentes no capítulo I, seção I.1.2 e I.4.1, acerca da inserção neste trabalho do estudo de sentenças encaixadas.

<sup>4</sup> Cf. capítulo III, seção III.3, para breves observações sobre estruturas como (4), consideradas sob a ótica de Raposo e Uriagereka (1995) acerca da codificação sintática de juízos em mini-orações.

## Capítulo I

### A expressão sintática dos juízos tético e categórico em Japonês, Português Europeu (PE) e Português do Brasil (PB)

---

#### 1.0. Introdução

**N**a literatura gerativista, há uma série de estudos nos quais se assume que a distinção lógica entre juízos categórico e tético é sintaticamente codificada nas línguas naturais. Em seu clássico trabalho acerca de tal tema, Kuroda (1972-76) demonstra que em Japonês a expressão do juízo categórico se dá por frases com sujeito NP-wa e o juízo tético, por frases com sujeito NP-ga. Kato (1988), inspirada em Kuroda, estabelece para o Português do Brasil (PB) a hipótese de que construções inacusativas SV seriam expressões de juízo categórico, sendo as inacusativas VS interpretadas como expressão de juízo tético. Martins (1994) assume, por sua vez, que em Português Europeu (PE), assim como no Espanhol, juízos categórico e tético são expressos respectivamente pelas ordens SV e VS em quaisquer construções não dependentes (e não apenas em inacusativas)<sup>1</sup>. Neste capítulo, apresento sucintamente os trabalhos de Kuroda (1972) e (1976), Kato (1988) e Martins (1994). Apresento também, a proposta de Britto (1997), na qual

(i) seguindo Martins, transponho para o PB as estruturas do PE as quais são interpretadas no componente apropriado como juízos tético e categórico;

(ii) estendo a análise de Kato (1988) a sentenças com transitivos e inergativos do PB;

(iii) proponho que em PB sentenças absolutas SV expressam juízo tético, ao passo que sentenças com **NP deslocado à esquerda + pronome resumptivo sujeito** expressam juízo categórico.

Apresento ainda, a partir de Sasse (1987), a variedade de possibilidades de codificação sintática de juízos em uma série de línguas. Com base em tais dados apresentados pelo autor, concluo não só que as estratégias utilizadas por muitas dessas línguas não são aplicáveis ao PB, como também, complementando Sasse, que trata apenas da estratégia do Francês para expressão de juízo tético, defendo a hipótese de que também em Francês estruturas com **NP deslocado à esquerda (DE) + pronome resumptivo sujeito** expressam juízo categórico, como sugere Kuroda (1972).

## 1.1. O Japonês, segundo Kuroda (1972) e (1976)

### 1.1.0. Introdução

Se há um aspecto da História do desenvolvimento da lógica tradicional para a lógica moderna que diretamente afeta aos lingüistas, certamente este diz respeito, segundo Kuroda (1972), aos dois caminhos de investigação abertos respectivamente por Frege e Brentano contra a noção lógico-tradicional de que não há representação adequada de um juízo sem haver a distinção sujeito-predicado. Afinal, se até a lógica clássica as noções de sujeito e predicado, tão abordadas em estudos de gramática, tinham uma sólida sustentação na teoria dos juízos, com o advento dos estudos de Frege e Brentano a solidez teórica de

tais noções foi abalada, visto que as novas idéias traziam propostas de reinterpretação ou mesmo eliminação de tais conceitos. Considerando essas mudanças, Kuroda se propõe, como um daqueles que se interessam pela idéia de não abdicar da existência da estrutura sujeito-predicado, a colaborar na construção de novos pilares que a sustentem. Nesta seção, serão comentadas (i) as principais conseqüências da movimentação ocorrida na teoria dos juízos no início deste século, e suas repercussões, levadas em conta por Kuroda (1972) e (1976) para a elaboração destes seus textos, assim como (ii) os principais argumentos considerados por Kuroda (1972) no intuito de demonstrar que estruturas gramaticais do Japonês fornecem um bom suporte para se sustentar a existência de dois tipos básicos de juízos humanos, podendo tais tipos serem comparados à distinção lógica entre juízos categórico e tético proposta por Brentano e devidamente elaborada e aplicada à teoria gramatical por Marty (1918 *apud* Kuroda (*op. cit.*)). Para encerrar a seção, apresento (iii) a noção de **tópico** defendida por Kuroda (1976) (que será a adotada neste trabalho), com a qual o autor correlaciona o conceito de sujeito usado para compor a definição de juízo categórico.

### 1.1.1. Juízos: da lógica clássica a Kuroda (1972)

Segundo Kuroda, no percurso de desenvolvimento da lógica tradicional para a lógica moderna, foram abertas duas propostas de investigação contra a noção lógico-tradicional de que a representação de um juízo teria como necessária a dicotomia sujeito-predicado: Frege e Brentano. Desafiando a lógica tradicional com uma proposta que eliminaria a noção de sujeito e redefiniria a de predicado, Frege (1891)<sup>2</sup> procura demonstrar que, assim como as equações ou expressões analíticas, sentenças assertivas deveriam ser entendidas como compostas por uma parte insaturada e outra completa em si mesmo: uma função predicativa

representada pelo verbo, ao qual um ou mais termos nominais se prenderiam (sem qualquer distinção entre o nominal sujeito e os demais termos nominais)<sup>3</sup>. Quanto a Brentano, diferentemente da concepção da lógica clássica, segundo a qual todo e qualquer **juízo** (i.e., a afirmação ou negação de uma propriedade a uma entidade) deveria ser expresso sob a forma de uma **estrutura composta por um sujeito** (no sentido lógico, i.e., a entidade à qual se atribui (em) propriedade(s)) **e um predicado** (i.e., a(s) propriedade(s) afirmada(s) ou negada(s)), o autor movimentava a teoria dos juízos ao defender a idéia de que nem todo juízo teria a estrutura sujeito-predicado:

*This theory assumes, unlike either traditional or modern logic, that there are two different fundamental types of judgments, the categorical and thethetic. Of these, only the former conforms to the traditional paradigm of subject-predicate, while the latter represents simply the recognition or rejection of material of a judgment. Moreover the categorical judgment is assumed to consist of two separate acts, one, the act of recognition of that which is to be made the subject, and the other, the act of affirming or denying what is expressed by the predicate about the subject (in Kuroda 1972:154).*

Tendo os juízos categórico e tético a predicação e a descrição como objeto respectivamente, sentenças existenciais como (1) ou as chamadas impessoais, como (2), expressariam, para Brentano, juízo tético (apesar de, segundo Marty, terem, enquanto sentenças, a estrutura sujeito-predicado), ao passo que sentenças como (3) expressariam juízo categórico:

- I.(1) Es gibt gelbe Blumen.  
'Existem flores amarelas'
- I.(2) Es regnet.  
'Chove'
- I.(3) Der Körper ist auf der Erde  
'O corpo está sobre a terra'.

(in Kuroda 1972:154)

O conflito entre a visão tradicional e a de Marty-Brentano residiria, portanto, no fato de que, para aquela, a estrutura sujeito-predicado das sentenças refletiria a estrutura sujeito-predicado dos juízos, enquanto que para esta, uma sentença, apesar de sua estrutura sujeito-predicado, poderia não representar a estrutura subjacente do juízo. O desafio de Brentano era, portanto, provar a existência legítima de um juízo sem sujeito. Entretanto, uma vez admitida a ausência de paralelismo entre uma sentença e seu conteúdo, um espaçoso flanco na visão de que a existência de uma certa estrutura nos juízos motivaria a existência de uma certa estrutura nas sentenças foi aberto, instaurando-se a idéia de que não mais haveria razão para se assumir que a estrutura da sentença teria qualquer relação com a estrutura do juízo subjacente a ela. Contra tal idéia, Kuroda (1972)- (1976), com base na estrutura gramatical do Japonês, classifica como de dois tipos as formas das sentenças, associando-as a dois tipos de juízos:

*I am of the opinion that there are two different forms of subject-predicate structure and the other without. Thus, it is claimed that traditional logic is partially correct (...). My opinion is based on linguistic facts concerning Japanese. I assume that two different forms of sentences that we can recognize in Japanese correspond to the two different forms of judgments. (...). The characteristic of a categorical judgment is that it is expressed by a sentence with a sentence-initial wa phrase, which represents the subject of the judgment. On the other hand, a sentence without a sentence-initial wa phrase is assumed to express athetic judgment (in Kuroda 1976:5-6)<sup>4</sup>.*

Para Kuroda, a teoria Brentano-Marty seria um bom sustentáculo para uma teoria de juízos, caso os autores tivessem demonstrado, com base em uma dada língua, que a distinção entre os tipos de juízos propostos estivesse refletida na estrutura das sentenças de tal língua. Ao demonstrar, a partir do Japonês, que sentenças com e sem sintagmas -wa em posição inicial são a codificação na sintaxe de juízos categórico e tético respectivamente, a proposta de Kuroda (1972)-(1976) vem, portanto, trazer um substancioso argumento empírico para validar a visão a favor da inter-relação formal de sentenças e juízos.

### 1.1.2. NPs-wa e NPs-ga

Kuroda parte do fato de sentenças do Inglês como (4) poderem ser traduzidas em Japonês pelas sentenças em (5):

1.(4) A/the dog is running.

- I.(5) a. Inu ga hassite iru.  
b. Inu wa hassite iru.

Para sustentar primeiramente que sentenças não dependentes com NP-ga inicial expressariam juízo tético, Kuroda afirma que em uma situação na qual um falante do Inglês, ao ver um cachorro correndo, dissesse (6), como paráfrase de (7), um falante do Japonês diria (8):

- I.(6) A dog is running.  
I.(7) There is a dog running.  
I.(8) Inu ga hasitte iru.

O juízo subjacente a esta declaração expressaria nada mais do que o reconhecimento, pelo falante, de um evento - o evento de **correr** -, sendo, neste caso, o reconhecimento de **um cão**, como o agente de **correr**, apenas uma decorrência necessária da ação a que o evento remete. Por outro lado, frente a (9)

- I.(9) Inu wa hasitte iru

o conteúdo total do juízo envolveria mais do que o simples reconhecimento de um evento juntamente com seus respectivos participantes: neste caso, o interesse do falante estaria primeiramente direcionado para a entidade que corresponde ao participante do evento, para só então relacionar tal evento a esta entidade em particular.

Uma vez sendo o juízo subjacente a (9) composto por duas etapas (i.e., (i) o reconhecimento e apresentação da entidade como indivíduo e (ii) a associação do predicado à entidade), parece ser perfeitamente justificado, segundo Kuroda, comparar a forma do juízo expresso por (9) com o que foi proposto pela teoria Brentano-Marty sob o conceito de juízo categórico (ou duplo), da mesma forma que o juízo expresso em (8) é comparável ao que os mesmos autores denominaram juízo tético ou (simple).

Mas, afinal, em que bases mais sólidas se sustenta a afirmação de que NPs-wa seriam sujeitos, no sentido lógico (ou melhor, seriam o correlato na sintaxe de sujeitos de juízos categóricos)? Kuroda observa que, curiosamente, sintagmas -wa não podem ser semanticamente específicos indefinidos, i.e. não são usados pelo falante quando seu intuito é valer-se de um nome apenas para referir-se a uma entidade não particularmente individualizada, ou sem identidade previamente estabelecida em sua mente. Ao contrário, NPs-wa são usados quando o interesse do falante se encontra endereçado a uma entidade individual particularizada (e, por isso, diferenciada de todos os demais objetos)<sup>9</sup>. Certamente, essas condições interpretativas observados por Kuroda com relação aos sintagmas-wa devem ser tomadas como um argumento a vincular NPs-wa a sujeitos, no sentido lógico. Isto porque a característica específica definida dos NPs-wa, segundo a terminologia de Kuroda, parece refletir a principal propriedade, apropriadamente comentada por Ladusaw (1994) com base em sentenças como (10), dos sujeitos de juízos categóricos, que, conforme já mencionado anteriormente, têm como pré-condição para sua realização o fato de que a mente do falante deve ser direcionada primeiramente para um indivíduo, antes que o predicado venha a ser conectado a ele:

I.(10) Neko wa asoko de nemutte iru  
o gato lá dormindo está

*the bare noun marked by wa (...) must be a particular cat. This follows from the presuppositional nature of the subject of a categorical judgment; the cat must be presented qua individual before the property of sleeping there can be attributed to it (in Ladusaw 1994:222).*

A idéia explorada por Kuroda é, portanto, aquela segundo a qual a incompatibilidade entre interpretação indefinida e NPs-wa é derivada do fato de NPs-wa serem a expressão sintática de sujeitos de juízos categóricos em Japonês. Uma vez que sujeitos de juízos categóricos, em virtude de sua natureza pressuposicional, não podem ser interpretados como indefinidos, NPs-wa com interpretação indefinida são bloqueados.

A fim de confirmar tal a idéia, Kuroda trata finalmente dos seguintes contextos:

(a) sentenças genéricas absolutas, com interpretação neutra, devem ter NPs-wa em posição inicial:

I.(11) a. Dogs bark    a'. Fido barks.  
      b. Inu wa (...)    b'. Fido wa (...).  
      c. \* Inu ga (...)    c'.\*Fido ga (...)

Segundo Kuroda, constituintes de sentenças genéricas são interpretados ou como genéricos, ou como definidos; porém, nunca como indefinidos. Visto que apenas NPs-wa

nunca têm interpretação indefinida, então apenas NPs-wa podem ser constituintes de sentenças genéricas;

(b) consideradas por Kuroda como um caso especial de sentenças genéricas (diferentemente do que defendido na teoria Brentano-Marty), as sentenças absolutas universais representam também juízos categóricos;<sup>6</sup>

(c) sentenças genéricas absolutas com NPs-ga podem também ser gramaticais, desde que tais NPs sejam interpretados como focalizados:

- I.(12) a. DOGS bark?  
b. \* Inu wa (...).  
c. Inu ga (...).

(d) em se tratando de sentenças dependentes, são agramaticais as sentenças subordinadas condicionais e coordenadas alternativas com NPs-wa, mesmo se estas forem genéricas com interpretação [-marcada]:

- I.(13) a. If Fido is chasing John, John must be running.  
Mosi Fido ga/\*wa John o oikakete ireba, John wa hassite iru ni tigai nai.  
b. Either Fido is chasing John or John is chasing Fido.  
Fido ga/\*wa John o oikakete iru ka, John ga/\*wa Fido o oikakete iru.  
c. If men are animals, God is an angel.  
Mosi hito ga/\*wa doobutu de areba, kami wa tensi de aru.  
d. Or men are animals, or God is an angel.  
Hito ga/\*wa doobutu de aru ka, kami ga/wa\* tensi de aru.

(e) entretanto, segundo Kuroda, são gramaticais (i) completivas (v. (14a)) e (ii) causais (v. (14b) e (14c)) com NPs-wa (sendo, neste último caso, agramatical a presença de NP-ga, se se tratar de uma causal genérica):

- 1.(14) a. John knows that men are animals.  
John wa hito ga/wa doobutu de aru koto o sitte iru.
- b. Because Fido is chasing John, John is running.  
Fido ga/wa John o oikakate iru node, John wa hassite iru
- c. Since dogs bark, John prefers cats.  
Inu \*ga/ wa hoeru node, John wa neko no hoo o konomu.

Para derivar o fato de NPs-wa (i) terem presença obrigatória em sentenças genéricas absolutas (v. (11a)) e genéricas causais (v. (14b) e (14c)), porém serem categoricamente bloqueados em genéricas condicionais e alternativas (v. (13c) e (13d)), Kuroda observa, como já apontado por Marty, que, frente a uma sentença como (14c) – “Visto que cachorros latem, o João prefere gatos” –, se pode extrair o juízo de que “cachorros latem”; por outro lado, o juízo de que “homens são animais” não pode ser extraído de uma construção como (13c) – “Se homens são animais, (...)”. Nestes casos – como aponta Kuroda – “it cannot be said that one makes the same judgment, as the state of affairs to which it is to refer is not present” (*in* Kuroda 1972:173). Por isso, para Kuroda, se, por um lado, sentenças independentes sempre representam juízo, por outro sentenças dependentes como as presentes em (13) representam material para juízo (ou representação de juízo, na terminologia de Marty), i.e. são interpretadas como um constituinte do juízo representado por todo o período. De forma paralela, ao analisar os exemplos com NPs-wa e -ga específicos

presentes em (13) e (14), diz-se que, de (14b) – “Porque Fido está perseguindo João, João está correndo” –, se pode extrair o juízo “Fido está perseguindo João”, diferentemente do que ocorre em uma sentença como (13a) – “Se Fido está perseguindo João, João deve estar correndo” –, uma vez que da sentença “se Fido está perseguindo João”, o juízo “Fido está perseguindo o João” não pode ser extraído.

Em outras palavras: adaptando os termos de Kuroda (1972) aos de Rivero (1971), poderíamos dizer que sentenças-complemento devem ser interpretadas como expressão de juízo categórico (e não como material para juízo) sempre que, frente a tais sentenças, “the speaker has a positive attitude and assumes that the action to which the complement is referring has occurred (...) [i.e.] the speaker presupposes the truth of the complement” (in Rivero 1971:307).

### I.1.3. Sentenças com NP-wa e a noção de tópico

Muitas são as acepções encontradas na literatura lingüística para o termo **tópico**. Para cada uma das principais dicotomias, presentes na literatura, das quais **tópico** consiste em um dos membros (tópico-comentário; tema-remã; tópico-foco; foco-suposto), é possível encontrar várias definições para o termo (cf. Swart e Hopp 1995; Vallduvi 1990 para um histórico acerca de tal tema). Sobre a distinção tópico-comentário especificamente, Kuroda (1972)- (1976) observa que tais noções foram, nas últimas décadas, amplamente divulgadas na lingüística moderna primordialmente sob uma perspectiva lingüístico-discursiva e/ou lingüístico-pragmática. Sob o ponto de vista discursivo, certamente a noção de tópico enquanto componente discursivo dado é indiferente à concepção de lógica adotada. Afinal, sendo uma sentença como (15)

## 1.(15) Os Gregos defenderam os Persas

expressa quer sob a forma de sujeito-predicado da lógica tradicional, quer sob a forma **defendeu (os Gregos, os Persas)**, o termo **os Gregos** ainda assim pode ser assumido como tópico (discursivo), bastando para isso apenas que **os Gregos** seja **dado** em uma situação discursiva, como, por exemplo, quando é feita uma pergunta como **O que, então, os Gregos fizeram?** (cf. Kuroda 1976:4).

Entretanto, a noção de tópico presente na dicotomia tópico-comentário parece já ter sido usada por alguns lingüistas como terminologia substituta a sujeito e predicado, no sentido dado a tais termos na lógica de juízos. Assim, ao menos, é o que, segundo Kuroda, observa Lyons (1968) ao se referir à terminologia tópico-comentário tal como proposta por Hockett (1958). Como observa Kuroda (1972:158),

*(...) to quote Lyons: "...we will adopt Hockett's now widely accepted terminology for the notions referred to by Sapir [i.e., the traditional notions of subject and predicate (S-Y.K.)]; we will call the person or thing about which something is said the topic, and the statement made about this person or thing the comment (in Lyons 1968:355)*

Finalmente relevando o problema terminológico referente ao termo **tópico** (usado em Kuroda 1972;1976 com principal argumento contra sua adoção), Kuroda (1992) passa a designar as partículas -ga e -wa respectivamente por **marca de nominativo** e **marca de tópico**, assim como as frases que expressam juízos categóricos por frases **topicalizadas** e as que expressam juízos téticos por frases **não-topicalizadas** (ou **sem sujeito**).

#### I.1.4. Observações Finais

Merece aqui destaque um último comentário: a mais significativa observação de cunho sintático que se extrai dos textos de Kuroda reside no fato de que, ao sustentar que sentenças com sintagmas-wa em posição inicial no Japonês representam juízos categóricos, o autor está, em última instância, referindo-se a um fato da gramática desta língua, uma vez que, em essência, a caracterização do que quer que sejam **sentenças com sintagmas-wa em posição inicial** é certamente uma caracterização sintática. Assim, como o próprio autor observa:

*An entity syntactically characterized as a sentence-initial wa phrase has the semantic function of expressing the subject of a judgment. This is the meaning of our claim. Based on this claim, the grammatical concept of subject may now be formulated for Japanese. The sentence-initial wa phrase may be called the 'subject of a sentence'. The subject of a sentence represents the subject of the judgment that the sentence represents (in Kuroda 1976:8).*

Note-se, como observou Eduardo Raposo (comunicação pessoal), que, apesar de, a princípio, a definição de sujeito presente acima não poder ser tomada como uma formulação de base gerativista – uma vez que, neste modelo, a noção de sujeito não desempenha qualquer papel formal –, tomar o *sujeito de uma sentença* como o elemento sintático que representa, em um certo componente da gramática, o *sujeito do juízo representado pela sentença* aproxima, de certo modo, a proposta de Kuroda às análises sintático-gerativistas que procuram derivar o Princípio de Projeção Extendida (EPP), tais como as de Rothstein

(1983), Calabrese (1986), Heycock (1994), dentre outros (cf. capítulo IV, seção IV.1 e seguintes acerca desta matéria).

## 1.2. Construções inacusativas do PB, segundo Kato (1988)

### 1.2.0. Introdução

Ao tratar dos inacusativos do PB, Kato (1988) tem por objetivo equiparar NPs-wa e NPs-ga a dois tipos de sujeito (anteposto e posposto). Com base em exemplos como (15) e (16), a autora explora a aplicação ao PB da proposta de Kuroda (1988), na qual o NP-ga é interno a VP, ao passo que NP-wa consiste no sujeito de Flexão:

- 1.(15) a. As cartas chegaram. (=NP-wa)  
b. Chegaram as cartas. (=NP-ga)
- 1.(16) a. O pneu furou. (=NP-wa)  
b. Furou o pneu. (=NP-ga)

(in Kato 1988:116-124)

### 1.2.1. SVVS versus wa/ga

Considerando as observações de Li & Thompson (1979) e Kuno (1973) acerca de NPs-wa e -ga, Kato (1988) apontou para o fato de que, ao transpor para o PB as observações dos autores acerca de tais NPs, as características de NPs-ga apontadas (a saber, interpretação em termos de indefinidade, de listagem e de efeito contrastivo) eram equivalentes àquelas já identificadas em Nascimento (1984) para sujeitos posverbais do PB. Por outro lado, as características apontadas para NPs-wa (estabelecedores de um quadro

de referência no qual uma predicação é verdadeira e necessariamente definidos) pareceram mais semelhantes não ao que definido por Pontes (1981) como tópico, mas sim como sujeito preverbal. Com estas observações, Kato aproxima sua análise daquela proposta por Kuroda (1976). A autora observa ainda que, em virtude da influência da lógica fregeana nos estudos sintáticos clássicos (cf. Fillmore 1968 e Bach 1968), assim como nas linhas mais recentes (cf. Speas e Fukui 1986), a categoria *sujeito*, como entendida por Kuroda, teria existência sim, porém enquanto uma categoria de estrutura superficial, e não de estrutura profunda. Logo, como acaba por sugerir Kuroda (1988), sujeitos-ga seriam internos a VP, ao passo que sujeitos-wa seriam externos à projeção VP. Com isso, Kato traça, a título de conclusão, os seguintes paralelos, esquematicamente mostrados nas tabelas abaixo:

	Fórmula	Juízo Tético	Juízo Categórico
Japonês	(arg arg V)	( ∅ (arg-ga arg-o V)	(arg-wa ( ∅ arg-o V)
PB	(chegar arg)	( ∅ (chegar arg)	( arg (chegar ∅)

Tabela 1: Similaridade entre NPs-ga eVS versus NPs-wa e SV proposta por Kato com base em Kuroda (1976) (adaptado de Kato (1988:121))

	ga/VS	wa/SV
Japonês	[ <sub>IP</sub> [ <sub>Spec</sub> ∅ ] [ <sub>VP</sub> [ <sub>Spec</sub> NP-ga] V ]]	[ <sub>IP</sub> [ <sub>Spec</sub> NP-wa] [ <sub>VP</sub> [ <sub>Spec</sub> X] V ]] <sup>o</sup>
PB	[ <sub>IP</sub> [ <sub>Spec</sub> ∅ ] [ <sub>VP</sub> [ ∅ ] V NP]]	[ <sub>IP</sub> [ <sub>Spec</sub> NP ] ] <sup>o</sup> [ <sub>VP</sub> [ <sub>Spec</sub> ] V X ] ]

Tabela 2: Configuração estrutural comparativa entre NPs-ga eVS versus NPs-wa e SV proposta por Kato com base em Kuroda (1988) (adaptado de Kato (1988:128))

### I.3. O PE, segundo Martins (1994)

#### I.3.0. Introdução

Partindo, por sua vez, de Kuroda e Kato, Martins (1994) assume que a distinção lógica entre juízos categóricos e juízos téticos é também identificada formalmente no PE e no Espanhol, cabendo a sentenças não dependentes com ordem SV serem interpretadas como expressão de juízo categórico, enquanto a expressão de juízo tético fica por conta de sentenças não dependentes com ordem VS. Para tal assunção, Martins confronta primeiramente a tradução para o PE em (18) das sentenças do Japonês reproduzidas a seguir como (17):

- I.(17) a.   neko wa asoko de nemutte iru  
           o/um gato Top ali em a dormir está  
       b.   neko ga asoko de nemutte iru  
           o/um gato Nom ali em a dormir está
- I.(18) a.   O gato está lá a dormir  
       a.'   Um gato está lá a dormir  
       b.   Está o gato lá a dormir  
       b.'   Está um gato lá a dormir

#### I.3.1. Ordens SV/VS, juízos e a projeção $\Sigma P$

Propondo assumir-se o contexto discursivo segundo o qual o interlocutor A diz: "Vou pôr o cão lá fora", Martins afirma que a replicação pelo interlocutor B com uma sentença como (18b') seria perfeitamente adequada, sendo o NP *um gato* interpretado apenas como

um participante do evento que o falante B descreve e objeto da atenção do falante apenas enquanto elemento constitutivo deste evento. Também (18b) seria adequada ao contexto discursivo mencionado, estando a diferença no fato de em (18b) a identidade do gato ser conhecida (embora, como em (18b'), tal identidade não seja essencial (cf. Martins 1994:394)). Por outro lado, replicar o que mencionado pelo interlocutor A com sentenças como (18a) e (18a') seria inadequado. De acordo com a autora, tal ato

*levaria provavelmente o interlocutor A a perguntar: "Que gato?". Com efeito, sendo [(18)] frase[s] topicalizada[s], a identidade do individual nomeado por [o/um] gato - o tópico da frase - é essencial tanto para o falante, que acerca dele diz alguma coisa, como para o ouvinte, que avalia a asserção [o/um gato está lá a dormir em função daquilo que sabe acerca do tópico (in Martins 1994:393).*

Tomando ainda exemplos como (19)

- I.(19) a. A Joana telefonou  
b. Telefonou a Joana

a autora assume que (19a) seria adequada apenas se em um contexto em que o telefonema da Joana fosse esperado; por outro lado, em uma situação na qual alguém chega em casa e, sem ter perguntado nada, dizem-lhe (19), apenas (19b) seria adequada. Para Martins (1994:396), em (19a) **escolhe-se a Joana como tópico da conversa e diz-se acerca dela que telefonou** (a entidade **a Joana** é (...) **proeminente**). Quanto a (19b) **descreve-se a**

**situação do dia relativamente a telefonemas (a Joana é agora apenas a entidade envolvida na situação descrita).**

Mantendo-se na perspectiva de estabelecer a correlação entre as ordens SV e VS de sentenças não dependentes do PE e a hipótese de Kuroda acerca do Japonês, Martins afirma dever ser a distinção entre NPs em SV e NPs em VS considerada em termos de especificidade (como definido por Enç 1991)<sup>8</sup>, e não em termos de definitude (cf. Martins 1994:391). Ainda sobre tal correlação entre ordem, os elementos -wa e -ga e juízos, a autora demonstra que em sentenças dependentes, esta não mais ocorre quer em Japonês (em que a oposição entre frases com sujeito marcado por -wa e frases com sujeito marcado por -ga é neutralizada)<sup>9</sup>, quer em PE. Admitindo que somente sentenças independentes podem exprimir juízos, Martins afirma que em (21a) a sentença dependente é interpretada não só do mesmo modo que (20), mas também (e talvez simultaneamente) como uma reprodução de um juízo responsivo (do qual também trata Kuroda 1992), juízo este expresso em sentenças como (21b), tendo (21a) e (21b) sujeitos com interpretação de *foco*:

l.(20) eu posso garantir [que [o gato [está [ \_\_\_\_ [lá a dormir]]]]] (\*e não o cão).

l.(21) a. eu posso garantir [que [ \_\_\_\_ [está [o gato [lá a dormir]]]]] (e não o cão).

b. (quem está lá a dormir?) [está [o gato ]] (e não o cão).

Valendo-se da projeção funcional  $\Sigma P$  (adaptada de Laka 1990), Martins defende, com base no esqueleto funcional em (22), a sua hipótese de que, aliado à dependência ou não da sentença, o lugar de pouso do sujeito em sintaxe visível (spec de  $\Sigma P$ , AgrsP ou TP) revela distinções semânticas relativas a juízos:

1.(22)  $[CP [C' [\Sigma P [\Sigma' [AgrsP [Agrs' [TP [T' [.....]]]]]]]]]$

1.(23) para sentenças não dependentes com ordem SV, o sujeito encontra-se em  $[spec, \Sigma P]$  com caso tópico (expressando a sentença um juízo categórico):

$[\Sigma P A Joana_j [\Sigma' telefonou_i [AgrsP \quad t_j [Agrs' te V_i [TP [T' [...]]]]]]]$

1.(24) para não dependentes com ordem VS, o sujeito encontra-se em  $[spec, TP]$  com caso nominativo (expressando a sentença um juízo tético):

$[\Sigma P [\Sigma' Telefonou_i [AgrsP \quad pro_j [Agrs' te V_i [TP a Joana_j [T' [...]]]]]]]$

1.(25) para dependentes com ordem SV, o sujeito encontra-se em  $[spec, AgrsP]$  com caso nominativo (sendo a sentença considerada como material para juízo (cf. (1(20))):

1.(26) para sentenças com ordem VS passíveis de serem analisadas sob a divisão foco-pressuposto (no sentido de Chomsky 1971), o sujeito encontra-se em  $[spec, TP]$  com caso nominativo (expressando a sentença um juízo responsivo e o sujeito com interpretação de foco):

"Quem telefonou?"

$[\Sigma P [\Sigma' Telefonou_i [AgrsP \quad pro_j [Agrs' te V_i [TP a Joana_j [T' [...]]]]]]]$

#### 1.4. Deslocado à esquerda + resumptivo sujeito: a expressão de juízo categórico no PB, segundo Britto (1997)

##### 1.4.0. Introdução

O propósito de Britto (1997) foi estender a análise de Kato a sentenças com transitivos e inergativos, com o intuito de saber como juízos téticos e categóricos seriam extraídos destas. Afinal, estudos recentes relativos ao PB atual (como Kato *et. al.* 1996) mostram que a ordem VS (diferentemente do que ocorre nas demais línguas românicas) foi indubitavelmente banida de construções com inergativos e transitivos, fato que, ao menos superficialmente, parece não ter afetado os inacusativos<sup>10</sup>. Sem dispor, portanto, quer da estratégia SVVS (usada pelo PE e Espanhol, segundo Martins, e também no PB, mas apenas com inacusativos, segundo Kato), quer da estratégia mórfica do Japonês (apresentada por Kuroda), fica a pergunta: como o PB codifica sintaticamente juízos a partir de sentenças com transitivos e inergativos?

##### 1.4.1. Dados preliminares

Adaptando os exemplos (19) de Martins (1994) ao PB<sup>11</sup>, observa-se que para o contexto em (27), do qual a autora extrai sentenças que expressam juízo tético, apenas as sentenças (28a) e (29a) consistem em respostas adequadas<sup>12</sup>:

- 1.(27) Uma pessoa chega em casa e, sem ter perguntado nada, alguém diz:  
1.(28) a. [Joana] ligou.  
b. \* [A Joana] ela ligou.

- I.(29) a. (Vo)cê viu o jornal? [Um judeu] matou o Primeiro Ministro de Israel.  
b. \* (Vo)cê viu o jornal? [Um judeu] ele; matou o Primeiro Ministro de Israel.

Por outro lado, para um contexto como (30) – similar aos tomados por Martins para obtenção de sentenças que expressassem juízo categórico –, uma sentença como (28b) – repetida abaixo como (31) – passa a ser perfeitamente adequada:

- I.(30) Há uma semana não se fala em outra coisa que não de uma certa viagem e da guia, chamada Joana, contratada. A pessoa chega em casa e pergunta sobre as novidades, ao que o outro replica:

- I.(31) [A Joana] ela; ligou e disse que está tudo certo<sup>13</sup>.

Também com relação à restrição sobre sentenças que expressam juízos categóricos quanto à especificidade do sintagma anteposto ao verbo em PE e dos – segundo Martins – sintagmas-wa do Japonês, em PB NPs [-específico] (no sentido de Enç 1991) antepostos a verbo não são comportados por estruturas como (32):

- I.(32) \* [Dois homens] eles; querem falar contigo.

A respeito de especificidade *versus* definitude, Enç defende a proposta de que, por um lado, tanto não-específicos quanto indefinidos exigem que seus referentes discursivos não tenham relação com referentes discursivos previamente estabelecidos; por outro, assim como os definidos, os específicos também exigem que seus referentes discursivos sejam

ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos, mas em ambos os casos havendo uma pequena diferença: enquanto a relação discursiva relevante para os definidos consiste em uma relação de **identidade**, para os específicos a relação de **inclusão** é a relevante. Em outras palavras, para um contexto como (33) ((23) e (24) na numeração de Enç [tradução dos exemplos minha]), o sintagma 'dois meninos' será interpretado como não-específico, caso seu referente seja interpretado como não incluído no referente relativos a 'várias crianças'; contrariamente, sendo o referente de 'dois meninos' tomado com incluso no referente de 'várias crianças', então o sintagma é interpretado como específico:

- I.(33) a. Várias crianças foram ao museu.  
b. Eu vi dois meninos no cinema.

Por outro lado, tomando-se (34) ((25) em Enç)), o pronome 'elas' e o sintagma 'cinco crianças' têm o mesmo referente; logo a interpretação do pronome é sempre definida e, conseqüentemente, específica, uma vez que a relação de **inclusão** contém a de **identidade** (sendo a recíproca negativa verdadeira: não-específicos são obrigatoriamente indefinidos):

- I.(34) a. Cinco crianças chegaram atrasadas.  
b. Elas perderam seu ônibus.

Assim sendo, para o caso de (35), a interpretação obtida para 'dois homens' é obrigatoriamente não-específica: em virtude da ausência de referente previamente estabelecido no discurso no qual a referência do sintagma indefinido 'dois homens' pudesse ser contida, nenhuma relação de inclusão pode ser estabelecida:

- I.(35) a. [Dois homens] querem falar contigo.  
b. \* [Dois homens]<sub>i</sub> eles<sub>i</sub> querem falar contigo.

Uma vez sendo não-específicos, tais NPs não pressupõem existência, de acordo com este quadro de análise. Para Enç, exatamente por esta característica é que não-específicos são os permitidos em sentenças existenciais. Segundo a autora

*The explanation for this probably runs along the lines mentioned by Keenan, who suggests that existential sentences assert existence. This simple and traditional view allows an intuitively plausible account for why specifics are generally excluded from such structures. The specifics discussed so far all presuppose existence, and we may assume that presupposition of existence is incompatible with the assertion of existence (in Enç 1991:14).*

Se assim são os fatos, apenas específicos podem ser interpretados como sujeitos de juízos categóricos, pois apenas estes (e não os não-específicos) partilham com os sujeitos de juízos categóricos a natureza pressuposicional (já mencionada anteriormente - cf. Ladusaw 1994 in seção I.2.1 deste trabalho). Uma vez que a sentença (35b) - com 'dois homens' mais o resumptivo 'eles' - é mal-formada, logo somos levados a supor que construções com deslocados à esquerda e deslocados [-específicos] são incompatíveis. Por outro lado, o contraste presente em (36) parece indicar, por sua vez, que a sentença torna-se gramatical apenas com a substituição de um deslocado [-específico] por um [+específico], como em (36b) e (36c)<sup>14</sup>, o que pode ser interpretado da seguinte forma: (a) o PB atual adotou como expressão de juízo categórico a configuração de **deslocado à esquerda + resumptivo**

*sujeito*; (b) tal configuração deve ser interpretada como codificação sintática de juízo categórico, visto que sujeitos de juízos categóricos, por definição, devem pressupor existência, e nessas construções só são admitidos NPs deslocados cuja existência é pressuposta (i.e., NPs [+específicos]).

- I.(36) a. \* [Dois homens]<sub>i</sub> eles<sub>i</sub> querem falar contigo.  
b. [Aqueles/os dois homens]<sub>i</sub> eles<sub>i</sub> querem falar contigo.  
c. [Dois dos homens]<sub>i</sub> eles<sub>i</sub> estão lá fora querendo falar contigo.

Dando continuidade à transposição para o PB das configurações nas quais, segundo Martins, estão codificados sintaticamente juízos categóricos no PE, assim como, segundo Kuroda, há tal codificação em Japonês, restam ainda dois contextos a ser mencionados: sentenças genéricas e universais. No que diz respeito às genéricas, também deslocados com resumptivos-sujeito ocorrem no PB, como indicado no exemplo abaixo:

- I.(37) Gatos<sub>i</sub> eles<sub>i</sub> comem peixe.

Quanto às sentenças universais (lembrando que, para Kuroda (1972), as universais são um tipo, ou um subgrupo, das genéricas), o mesmo se dá:

- I.(38) a. [Toda criança]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> aprende rápido a gostar de coca-cola.  
b. [Todo homem]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> odeia se sentir fraco.

Quanto às sentenças encaixadas no que se refere à presença ou não do resumptivo sujeito co-referente ao NP deslocado à esquerda, o comportamento do paradigma abaixo, parece revelar que, assim como em Japonês, juízos categóricos podem ser extraídos de sentenças subordinadas, desde que tais complementos envolvam pressuposição positiva com respeito ao seu valor verdade (no sentido de Rivero 1971:307)

- I.(39) a. ? Os corredores não acreditam que [aquele belga]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> ganhe a corrida.  
b. Os corredores não acreditam que [aquele belga]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> ganhou a corrida<sup>15</sup>.

Em resumo, segundo o que foi apresentado nesta subseção, podemos observar que o somatório dos exemplos do PB aqui apresentados, obtidos pela transposição para este dos contextos configuracionais nos quais são expressos juízos categóricos em PE e Japonês, parece indicar que o PB atual, impedido de valer-se da oposição SV/VS, como o faz o PE, o Espanhol e outras línguas românicas, e não dispondo de morfologia Casual, tal como o Japonês, adotou como expressão de juízo categórico a configuração de deslocado à esquerda+resumptivo sujeito, liberando a ordem SV para expressão de juízo tético<sup>16</sup>.

#### **1.4.2. Dados de fala espontânea do PB, segundo Duarte (1995)**

Em seu trabalho acerca da perda do sujeito nulo em PB, Duarte (1995) contou com um corpus de fala espontânea composto por 1756 frases finitas com sujeitos referenciais ou arbitrários, datadas de 1992 e provenientes do acervo sonoro do Projeto NURC-RJ<sup>17</sup>. Destas 1756 frases, foram computadas 1225 estruturas com sujeito pleno, das quais 86 correspondem a construções DE do tipo deslocado à esquerda + resumptivo sujeito – equivalentes, portanto, a 7% das sentenças com sujeito lexicalizado (cf. Tabelas 3 e 4).

Diferentemente do que apontado por Braga & Mollica (1985,1986) e Braga (1987), que afirmavam que as DE do PB pareciam ser de alguma forma condicionadas por fatores discursivos, como estatuto informacional do NP (dado) ou tipo de discurso (dissertativo-argumentativo), Duarte afirma que "o que se observa é que a construção já não obedece a restrições" (Duarte 1995:19-20), e apresenta os seguintes exemplos:

**em raízes e encaixadas:**

- l.(43) a. [A população neotrentina]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é meio flutuante porque os homens (...).  
 b. Então você acredita que [a prisão do PC]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> só vai acontecer por acaso?

**com referentes definidos e indefinidos:**

- l.(44) a. Então [o Instituto de F.]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> manda os piores professores, (...).  
 b. [Um homem comum]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> tem um conforto compatível com (...).

**com relativas livres deslocadas:**

- l.(45) [Quem vem fazer compras no Serra e Mar]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> não faz compras, ele<sub>i</sub> passa momentos de alegria. (locutor dentro de um supermercado)

**com NPs quantificados<sup>18</sup>:**

- l.(46) [Toda pessoa que assiste uma peça]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> tem uma opinião (...).

Tipo de Referência	Tipo de Sujeito		
	Nulo	Pleno	Total
Referência Definida	415 (29%)	1009 (71%)	1424
Referência Arbitrária	116 (35%)	216 (65%)	332
Total	531 (30%)	1225 (70%)	1756 (100%)

Tabela 3: Distribuição de sujeitos nulos e plenos com referências definida e arbitrária em fala espontânea no PB, segundo Duarte (1995)

Tipo de Referência	Tipo de Sujeito Pleno		
	[-DE]	[+DE]	Total
Referência Definida	933 (92%)	76 (8%)	1009
Referência Arbitrária	206 (95%)	10 (5%)	216
Total	1139 (93%)	86 (7%)	1225 (100%)

Tabela 4: Distribuição de sujeitos plenos em construções DE com referências definida e arbitrária em fala espontânea no PB, segundo Duarte (1995)

Sobre o que apresenta Duarte, três observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, Duarte afirma não haver quaisquer restrições às construções com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito, afirmação esta que deve ser reformulada, uma vez que há, sim, restrições, conforme indicado pelos exemplos meus abaixo, que consistem no alvo de investigação do capítulo II deste trabalho):

- II.(47)
  - a. Os roubos dos materiais foram a causa do problema.
  - a'. Os roubos dos materiais eles foram a causa do problema.
  - b. A causa do problema foram os roubos dos materiais.
  - b'. \* A causa do problema ela foram os roubos dos materiais.
  - b". \* A causa do problema eles foram os roubos dos materiais.
  - b"". A causa do problema ela foi superada.

A autora observa ainda que as construções de **deslocamento à esquerda com resumptivo sujeito** têm maior ocorrência na fala espontânea de falantes na faixa etária de 25 a 32 anos (denominados pela autora **grupo 3**), o que aponta (e confirma) o caráter inovador de tais construções em PB:

Duplo Sujeito vs. Referência e Faixa Etária				
Referência	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
1ª pessoa singular	05	05	07	17
1ª pessoa plural	-	02	02	04
3ª pessoa singular	04	12	18	34
3ª pessoa plural	02	07	12	21
Ref. arbitrária	01	-	09	10
<b>Total</b>	<b>12 (14%)</b>	<b>26 (30%)</b>	<b>48 (56%)</b>	<b>86 (100%)</b>

Tabela 5: Distribuição dos dados de deslocado à esquerda com resumptivo sujeito segundo a referencialidade/arbitrariedade do sujeito e faixa etária dos falantes (in Duarte 1995:110)

Finalmente, acerca da percentagem de dados de construções DE presentes no PB segundo Duarte – baixas, se considerada a percentagem de tais construções no Francês (cf. capítulo IV, seção IV.3.0) –, é relevante observar o fato, mencionado por Kato *et al.* (1996), de que sentenças superficialmente SV do PB podem ter quer a configuração (48a), quer (48b):

- I.(48) a. [XP Ø [IP NP [I V ]]]  
 b. [XP NP [IP pron<sub>sub</sub> [I V ]]]

Segundo Kato, assim como em Espanhol, os pronomes do PB devem também ser classificados de acordo com uma tipologia de pronomes fortes e fracos. Para Kato, a diferença entre as duas línguas reside no fato de que em Espanhol há como pronome fraco apenas *pro*, ao passo que em PB

*ao lado do pronome fraco pro, caindo em desuso, temos um sistema diferente (...) do espanhol: um sistema em que o pronome forte é quase homófono ao pronome fraco nominativo, [sendo que] nos contextos de co-referência, vamos ter sempre as formas pronominais fracas [com ou sem pronome forte] (in Kato et al. 1996:262):*

I.(49) **Espanhol versus PB**

- a. Yo<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> AGR<sub>i</sub> [<sub>VP</sub>V]].  
 b. VOCÊ<sub>i</sub> ['cê<sub>i</sub> disse que (...)].  
 c. VOCÊ<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> disse que (...)].  
 d. Ø ['cê<sub>i</sub> disse que (...)].  
 e. Ø [pro<sub>i</sub> disse que (...)].<sup>19</sup>

Certamente, o comportamento dos dados em (27)-(28) e (30)-(31), abaixo repetidos, pode ser compreendido apenas pela ótica de Kato *et al.* (segundo a qual uma estrutura SV pode ser ambígua, uma vez que pode ter como estrutura tanto (49c) quanto (49d)), mas não pela visão de Duarte (para quem (49c) e (49d) podem não ser distinguidas, sendo consideradas ambas as formas como representantes da ordem SV *stricto sensu*). Voltemos aos dados: enquanto a construção com deslocado + resumptivo sujeito é bloqueada unanimemente em um contexto como (27), porém perfeitamente adequada frente a um contexto como (30), a construção SV em (28a) se adequa (ao menos para alguns falantes) a ambos os contextos. Por quê? Justamente porque a ordem SV, como apontado por Kato *et al.* é potencialmente ambígua no PB, enquanto a construção com deslocamento não o é<sup>20</sup>.

- I.(27) Uma pessoa chega em casa e, sem ter perguntado nada, alguém diz:
- I.(28) a. A Joana ligou.  
b. \* A Joana; ela; ligou.
- I.(30) Há uma semana não se fala em outra coisa que não de uma certa viagem e da guia, chamada Joana, contratada. A pessoa chega em casa e pergunta sobre as novidades, ao que o outro replica:
- I.(31) a. A Joana ligou.  
b. A Joana; ela; ligou e disse que está tudo certo.

Interessante notar, entretanto, que, de certa forma, os dados apresentados por Duarte acabam por corroborar a proposta de Kato *et al.*, nos estimulando a tomar esta análise como a proposta, em linhas gerais, a ser defendida, acerca desta matéria, neste trabalho: afinal, a informação, trazida por Duarte, de que ao grupo mais jovem de informantes cabe a maior

percentagem de ocorrências de deslocados com resumptivo sujeito é perfeitamente condizente com a proposta de Kato *et al.*, quando defendem a idéia de que, ao lado de formas como (49c), que vêm caindo em desuso, há as formas inovadoras, do tipo (49b).

## 1.5. Estratégias de distinção tético/categórico, segundo Sasse (1987)

### 1.5.0. Introdução

Com o intuito de demonstrar que a distinção tético/categórico se refere a um fato que deve ser abordado pelas pesquisas sintática e pragmático-discursiva, Sasse (1987) elenca um número considerável de línguas - dentre essas, o Inglês, Alemão, Italiano, Espanhol e Romeno, Húngaro, Búlgaro, Grego Moderno, Albanês, Chinês, Tolai (língua da Nova Guiné), Francês e Boni (língua falada no Quênia) - apontando para as suas respectivas estratégias relativas à codificação de juízos.

### 1.5.1. Os dados

Valendo-se de uma estratégia não conhecida pelo PB, o Inglês, segundo o autor, marca a diferença entre sentenças que expressam juízo tético e juízo categórico a partir da entonação<sup>21</sup>. Assim, para dar conta das distinções entre (50a) e (50b) (respectivamente (8a) e (9a) segundo a numeração de Sasse):

- |                               |  |
|-------------------------------|--|
| I.(50) a. (What's new?)       | HARry's coming/*HARry's COMing <sup>22</sup> |
| b. (What's going on outside?) | HARry's SINGing/*HARry's singing             |

o autor sustenta que

*(9a) [i.e., (50b)] is a statement about Harry; an individual, Harry, is first selected, and then the predication that he is singing is made about him. (8a) [i.e., (50a)], on the other hand, is not, or at least not primarily, a sentence about Harry. Here the selection of the individual and the predication takes place more or less simultaneously, as it were. The sentence can be paraphrased as: an event of one who is coming (in Sasse 1987:521)<sup>23, 24</sup>.*

Similarmente ao Inglês, comporta-se o Alemão – daí a equivalência entre (50) e seu correspondente germânico (51)<sup>25</sup>:

- |                               |                          |
|-------------------------------|--------------------------|
| I.(51) a. (Was gibt's Neues?) | HARry kommt/*HARry KOMMT |
| b. (Was ist draußen los?)     | HARry SINGT/*HARry singt |

A incorporação, segundo Sasse, pode igualmente ser utilizada como estratégia para obtenção de juízo tético, como se comprova em Boni. De acordo com Sasse, quando em Boni um sujeito é incorporado a um verbo intransitivo, o resultado é uma expressão tética, sendo a expressão categórica correspondente assinalada pela separação do sujeito e predicado por meio da partícula *á-* (in Sasse 1987:546):

- |           |                |                  |
|-----------|----------------|------------------|
| I.(52) a. | juízo tético   |                  |
|           | áddigée^juudi  | 'My FATHER died' |
|           | father-my^died |                  |

- b. juízo categórico  
 áddígée á-juudi 'My FATHER DIED'  
 father-my (à)died

O autor afirma também ser a inversão verbo-sujeito a estratégia sintática para a codificação de juízo tético em muitas línguas românicas, em especial o Italiano e o Espanhol, assim como Martins (1994) o faz para o PE. O autor estende também ao Húngaro, Búlgaro, Grego Moderno, Albanês e Chinês esta mesma codificação, conforme exemplificado abaixo (expressando as sentenças (a) juízo tético e as (b) juízo categórico):

**Húngaro**

- I.(53) a. kiürültek a poharak 'the GLASSes have been emptied'  
 emptied ART glasses  
 b. a poharak üresek voltak 'the GLASSes were EMPTY'  
 ART glasses empty were

**Búlgaro**

- I.(54) a. lae kuáceto 'the DOG is barking'  
 barks dog-ART  
 b. kuceto lae 'the DOG is BARKing'

**Grego Moderno**

- I.(55) a. xtipise to tífefono 'the PHONE rang'  
 rang ART phone  
 b. to tífefono xtipise 'the PHONE RANG'

**Albanês**

- l.(56) a. leh qeni 'the DOG is barking'  
barks dog-ART
- b. qeni leh 'the DOG is BARKing'

**Chinês**

- l.(57) a. lái-le ké-rén 'GUESTS have come'  
come-PERF guest-person
- b. ké-rén lái-le 'GUESTS have COME'

**Tolai**

- l.(58) a. i ga io ra pal 'the HOUSE burnt down'  
it PERF burn ART house
- b. A tutana j momo 'the MAN DRANK'  
ART man he drink<sup>26</sup> (in Sasse 1987:536-537)

Finalmente, Sasse observa ainda que estruturas idênticas a olivadas podem ser usadas pelas línguas para expressão de juízo tético<sup>27</sup>. Sasse afirma que o Francês é um exemplo disto, como confirmado pelos exemplos (59) a (62):

**Tipo I: IL Y A NP QUI**

- l.(59) Maman, il y a ma poupée qui s'est cassée  
'mom, my doll's broken'

**Tipo II: C'EST NP QUI**

- l.(60) Q'est-ce qu'il y a? C'est maman qui me bat  
'what's the matter? Mom's hitting me'

**Tipo III: J'AI NP QUI**

I.(61) J'ai mon gosse qui est malade

'my kid is sick'

**Tipo IV: NP QUI**

I.(62) Que se passe-t-il? Le chat qui est tombé par la fenêtre

'what's happening? the cat has fallen out of the window'

(in Sasse 1987:538-539)<sup>28</sup>

**1.6. Deslocamento à esquerda e ordem SV: do PB ao Francês**

Ao tratar do Francês, Sasse detém-se primordialmente na expressão de juízo tético desta língua. Entretanto, Kuroda (1972), ao procurar estender a outras línguas sua análise acerca do Japonês, sugere que em Francês as construções DE seriam um forte candidato a representante, no nível sintático, do que seria interpretado no componente da gramática apropriado como juízo categórico, restando às sentenças SV uma interpretação ambígua entre leituras categórica e tética<sup>29</sup>.

Para sustentar sua hipótese, Kuroda observa que sentenças do Francês com indefinidos deslocados à esquerda acompanhados por resumptivo co-referente são agramaticais; por outro lado, sentenças com idêntica configuração, mas com definidos, ao invés de indefinidos, em posição deslocada, são bem-formadas:

- I.(63) a. Médor, il poursuit des chats.  
b. Le chien, il poursuit le chat.  
c. \* Un chien, il poursuit un chat au jardin.

(in Kuroda 1972:179)

Como visto anteriormente (cf. seção 1.1.2. deste capítulo), segundo a terminologia adotada por Kuroda, apenas [+definidos] podem ser interpretados como sujeitos de juízos categóricos (pois que apenas [+definidos] refletem a principal propriedade destes: sua natureza pressuposicional). Com base nesta implicação, Kuroda estabelece o seguinte paralelo: da mesma forma que, em Japonês, NPs-wa não podem ser interpretados como [-definidos] (e por isso sentenças com NPs-wa são tomadas pelo autor como expressão de juízo categórico), em Francês sentenças com (63a) e (63b) devem ser entendidas também como expressão de juízo categórico, uma vez que não suportam [-definidos]. Mas, e quanto ao paradigma (64) a seguir, o que o autor tem a dizer?

- I.(64) a. Le chien poursuit le chat.  
b. Un chien poursuit un chat au jardin.

Quanto a (64a), Kuroda observa que a interpretação da sentença será ambígua entre as leituras de juízo tético e de juízo categórico, da mesma forma que em uma sentença como (65a):

- I.(65) a. The dog is chasing a cat.  
 b. A dog is chasing a cat.

(in Kuroda 1972:165)

o NP *the dog* pode ser traduzido para o Japonês tanto como *inu-ga* quanto *inu-wa*. Nas palavras do autor:

*A specific sentence may either be of the subject-predicate type and represent a categorical judgment, or be subjectless and represent athetic judgment or a judgment material without a judgment form (in Kuroda 1972:178). (Hence, if a sentence is specific and its syntactic subject is definite, it can either be categorical orthetic) (in Kuroda 1972:180).<sup>30</sup>*

Já em relação a (64b), a interpretação que lhe cabe é a de expressão de juízo tético, devendo o NP *un chien* ser traduzido para o Japonês como NP-*ga*. Adaptando os casos acima apresentados (cuja análise foi feita a partir do caráter [+ definido] dos NPs relevantes) à terminologia proposta por Enç (1991), baseada no valor [+ específico] destes, os mesmos resultados são obtidos. Afinal, como defende a autora, NPs específicos podem ser [+definido], ao contrário dos não-específicos, obrigatoriamente [-definido]. Se o traço [+ específico] é o que envolve pressuposição de existência como condição necessária, logo apenas a NPs [+específico][+definido] cabe a interpretação de sujeitos de juízos categóricos, sendo as sentenças com NPs [-específico] (e conseqüentemente [-definidos]) interpretadas como expressão de juízo tético. Para um exemplo como (65b), que consiste em uma sentença isolada, a única interpretação possível para o NP é a de este ser caracterizado

como [-específico]; em virtude da ausência de material discursivo anterior à sentença, nenhuma co-relação entre o referente do NP em questão e referentes discursivos estabelecidos previamente, quer se considerando para esta uma relação de inclusão, quer se considerando uma relação de identidade, poderá ser estabelecida, satisfazendo-se assim a condição necessária e suficiente, segundo Enç, para que a interpretação de um NP como [-específico] seja obtida<sup>31</sup>.

## **1.7. Conclusão**

Partindo da assunção, defendida por Kuroda (1972), Kato (1988) e Martins (1994), de que as línguas naturais codificam sintaticamente juízos, foram comparadas neste capítulo diversas estratégias de codificação sintática de juízos presentes em várias línguas (especificamente, o Japonês e o PE, e, de forma mais geral, as línguas arroladas por Sasse (1987) – i.e., as demais línguas românicas de sujeito nulo, assim como o Inglês, Alemão, Húngaro, Búlgaro, Grego Moderno, Albanês, Chinês, dentre outras), com o intuito de averiguar qual estratégia seria a utilizada pelo PB. Esta comparação, corroborada pelos dados de fala espontânea, de Duarte (1995), indicou, sob o ponto de vista descritivo, em PB, assim como em Francês, juízos categóricos são sintaticamente codificados por construções DE acompanhadas por resumptivo sujeito, ao passo que construções SV codificam juízos téticos.

Para melhor sustentação dos resultados até aqui obtidos, entretanto, outros mais argumentos em defesa da hipótese a ser defendida neste estudo devem ser arrolados. Por isso, dedicado mais especificamente às construções DE do PB, o capítulo a seguir é dirigido a confirmar a generalização segundo a qual sentenças predicativas com deslocado à

esquerda coindexado ao resumptivo sujeito serão bloqueadas em PB toda vez que o NP deslocado não puder ser interpretado como sujeito do juízo categórico.

### 1.8. Notas

---

<sup>1</sup> Observe-se que a diferença entre a proposta de Martins (segundo a qual todas e quaisquer construções VS do PE codificam sintaticamente juízo tético) e a de Kato (de acordo com a qual apenas VS inacusativas codificam tal juízo em PB) é uma consequência do fato de que, no PB atual, apenas em construções inacusativas a ordem VS sobrevivee (cf. Andrade 1996, acerca da ordem VS no PB corrente).

<sup>2</sup> Fazemos referência aqui ao ano da primeira publicação de Frege (v. ao final deste trabalho, em *Bibliografia*, Frege 1978).

<sup>3</sup> Segundo observa Kuroda (1969), não é que uma fórmula da lógica moderna passível de ser interpretada como representando uma estrutura sujeito-predicado não seja bem-formada (por exemplo, algo como  $S(a, P(\_, b))$ , interpretada como sendo  $\underline{a}$  o sujeito de uma propriedade segundo a qual há uma certa relação  $\underline{P}$  ocorrente entre  $\underline{a}$  e  $\underline{b}$ ). O problema é a possibilidade da não existência de uma justificativa lógica para tal. Nas palavras do autor: "It should be clear that from the purely logical point of view introduction of formulas like  $S(a, P(\_, b))$  has no effect other than to complicate the system of axioms and rules of inference, and is only superfluous" (in Kuroda 1969:112). Voltaremos a este tópico no capítulo IV, seção IV.2.4.

---

<sup>4</sup> Em outras palavras, a proposta de Kuroda tem por objetivo demonstrar que a forma do juízo é de algum modo expressa no nível da sintaxe do Japonês, embora a correlação não seja juízos com forma sujeito-predicado implicando sentenças com sujeito-predicado ou juízos sem sujeito implicando sentenças sem sujeito, mas juízos com e sem a forma sujeito-predicado implicando respectivamente sentenças com NP-wa inicial e sentenças com NP-ga inicial. Em suma, a idéia do autor resume-se a demonstrar que em algum nível as línguas têm a estrutura sujeito-predicado (não incluso, portanto, na proposta qualquer esboço dos porquês da existência da estrutura sujeito-predicado nas línguas). Como Kuroda observa, "it is first recalled that, as remarked at the beginning of this article, the *raison d'être* of the subject-predicate structure cannot be supplied by logic. Hence, it is conceivable that languages totally lack subject-predicate structure. Why it does not is a question to be answered independently of our present problem. (...) the fact [is] that the subject-predicate structure or the existence of the categorical judgment is a reality in language" (*in* Kuroda 1972:172).

<sup>5</sup> Segundo a terminologia usada por Kuroda, NPs específicos podem ser subdivididos em definidos e indefinidos. Por outro lado, genéricos (que serão comentados a seguir) não se inserem no grupo dos específicos. Nesse sentido, para autor a noção de especificidade está contida na de referencialidade. Nas palavras de Kuroda (cf. Kuroda 1972:165): "let us note that noun phrases may be used referentially or nonreferentially. A noun phrase in referential use refers to some specific individual entity or a group of individual entities in either the real world or some imaginary world. A noun phrase in nonreferential use functions much like a logical variable bound by a universal or existential quantifier. (...) the referential use of noun phrases may now be divided into definite and indefinite use".

---

<sup>6</sup> Como afirma Kuroda, no que diz respeito às sentenças universais, o conflito de sua proposta frente à de Brentano e Marty tem como cerne a postura filosófica positivista assumida por Brentano, com base na qual apenas para indivíduos (mas não para classes ou grupos) é possível o ato de reconhecimento de entidade nomeada pelo sujeito do juízo categórico. Entretanto, segundo Kuroda, a idéia básica acerca da distinção categórico/tético não necessariamente precisa estar vinculada a tal postura filosófica, bastando, para manter tal distinção, assumir que, para o ato de destacar mentalmente um determinado objeto para depois afirmar ou negar uma propriedade deste objeto, não deve ser relevante o tipo de objeto tratado (i.e., se um indivíduo ou não). Acerca deste tópico relativo a sentenças universais, vale ainda a ressalva de que o autor denomina sentenças universais as sentenças com sujeito universalmente quantificado interpretadas como sentenças genéricas (no sentido de Carlson 1982).

<sup>7</sup> Conforme sistematicamente utilizadas na bibliografia especializada, as letras maiúsculas assinalam os elementos com proeminência acentual.

<sup>8</sup> A proposta de Enç (1991) está exposta na seção I.4. deste trabalho.

<sup>9</sup> Como aponto anteriormente, vale lembrar que, segundo Kuroda (1972:170), não é o caso de toda e qualquer sentença subordinadas não permitirem sintagmas-wa, mas sim de que "certain subordinate or embedded contexts do not allow wa-sentences" [grifo meu].

<sup>10</sup> Frente ao fato de o fenômeno que restringiu a posição dos NP<sub>sujeito</sub> de transitivos e inergativos não ter afetado os NP<sub>sujeito</sub> de inacusativos, duas hipóteses lógicas podem ser levantadas: (a) os NP<sub>sujeito</sub> de inacusativos são especialmente diferenciados (como assume o já comentado estudo de Kato 1988 relativo aos inacusativos do PB) ou (b) tais NPs não são NP<sub>sujeito</sub>. Sobre esta segunda possibilidade, Nascimento & Kato (1995) propõem que verbos como *chegar* podem ser interpretados como selecionando mini-orações do tipo [[locativo<sub>Ø</sub> NP] (na qual um nome predica sobre um lugar) ou [NP locativo<sub>Ø</sub>] (inversamente, um lugar predica sobre um nome). Desse modo, sentenças do PB como (1) poderiam comportar a seguinte análise:

- (1) a. chegou [[locativo<sub>Ø</sub>] [a carta]]  
 (com alinhamento em sintaxe visível do argumento da mini-orção (i.e., [locativo<sub>Ø</sub>] para [spec,IP], resultando na ordem superficial chegou a carta)
- b. chegou [[a carta] [locativo<sub>Ø</sub>]]  
 (com alinhamento em sintaxe visível do argumento da mini-orção (i.e., [a carta] para [spec,IP], resultando na ordem superficial a carta chegou)

<sup>11</sup> Note-se que, conforme demonstrado por Evani Vioti (comunicação pessoal), as sentenças em (18b) de Martins (1994) - como exemplificado em (1) abaixo - são transcritas para o PB como existenciais (como em (2)):

- (1) Está um gato lá a dormir no jardim.  
 (2) Tem um gato dormindo lá no jardim.

---

Quanto ao fato de as existenciais só suportarem NPs não específicos (e serem apresentativas por excelência, expressando sempre, portanto, juízo tético), este será tratado adiante nesta mesma seção deste trabalho.

<sup>12</sup> Observe-se que apenas o exemplo (28) está presente em Martins (1994). O exemplo (29) é de minha autoria.

<sup>13</sup> A expressão de juízos categóricos também se dá em sentenças com transitivos, como em (1) e (2):

- (1) A: – Helena, e o homem que esteve lá na tua casa, como é que foi mesmo?  
B: – Ah! Essa foi ótima! Semana passada um homem ele entregou umas caixas lá em casa e aí ele disse que era presente de Jesus. Não! Eu posso! Ele disse que eu tinha sido eleita, que Jesus me amava (...)
- (2) A: – Conta aí, Camila, a história do judeu, lá, quando você (es)teve advogando lá em Israel!  
B: – Ah! Essa história foi horrível. Um judeu ele matou um homem lá da Embaixada. Ai, (...).

<sup>14</sup> Note-se que também em Inglês partitivos são bloqueado em existenciais:

(1) a. There are some cows in the backyard.

b. \*There are some of the cows in backyard.

(in Eng 1991: 14(45))

---

<sup>15</sup> V. Santos (1996), acerca da noção de pressuposição em sentenças encaixadas do PB.

<sup>16</sup> Vale observar que o paralelismo encontrado entre *sentenças wa* do Japonês e *sentenças DE* do PB parece não se encerrar nos contextos citados. Como apontado por Muromatsu (1997), (1a) é ambígua entre as interpretações integral e especial, no sentido de Hornstein *et. al.* (1994), enquanto a (1b) cabe apenas a leitura integral. *Mutatis mutandis*, em PB (2a) é ambígua entre as leituras existencial e possessiva – conforme indicado pelo confronto entre (2a) e suas potenciais paráfrases (2b) e (2c); por outro lado, (3a) é restrita inambiguamente à leitura possessiva, segundo confronto entre (3a) e suas paráfrases em potencial (3b) e (3c):

- (1) a. Kuruma ni enzin ga aru.  
       car     in engine NOM be  
       'there is an engine'
- b. Kuruma wa enzin ga aru.  
       car     TOP engine NOM be  
       'the car has an engine'
- (2) a. O Rio de Janeiro sempre teve um certo charme *indiscreto* pairando no ar.  
       b. No Rio de Janeiro sempre existiu um certo charme *indiscreto* pairando no ar.  
       c. O Rio de Janeiro sempre possuiu um certo charme *indiscreto* pairando no ar.
- (3) a. O Rio de Janeiro, ele sempre teve um certo charme *indiscreto* pairando no ar.  
       b. \* No Rio de Janeiro sempre existiu um certo charme *indiscreto* pairando no ar.  
       c. O Rio de Janeiro sempre possuiu um certo charme *indiscreto* pairando no ar.

---

<sup>17</sup> Segundo Duarte, neste total de 1756 dados, não estão incluídos (i) os casos de sujeitos nulo ou lexicais categóricos; (ii) sentenças raízes com espistêmicos do tipo “eu acho”, assim como (iii) 2ª coordenadas com sujeito co-referente ao de sua 1ª coordenada correspondente (cf. Duarte 1995:39-40).

<sup>18</sup> Note-se que, deste exemplo, se extrai uma interpretação genérica, o que vai de encontro ao que defendido neste trabalho (v. n. 17).

<sup>19</sup> Conforme me apontou Eduardo Raposo (comunicação pessoal), ao paradigma (49) – abaixo repetido como (1) – deve ser acrescido (2), justificando-se a pertinência ou não desta configuração:

- (1) a. Yo<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> AGR<sub>i</sub> [<sub>VP</sub>V]].  
 b. VOCÊ<sub>i</sub> ['cê<sub>i</sub> disse que (...)].  
 c. VOCÊ<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> disse que (...)].  
 d. ∅ ['cê<sub>i</sub> disse que (...)].  
 e. ∅ [pro<sub>i</sub> disse que (...)].
- (2) 'cê<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> disse que (...)].

Como será tratado no capítulo III deste estudo, o bloqueio de uma derivação como (2) pode ser sustentado, se para tanto for considerado que a forma 'cê possui as características usualmente encontradas em pronomes defectivos, não podendo, tal como um pronome forte, ocorrer em contextos de coordenação, de acentuação contrastiva, de modificação ou

---

em posição sentencial periférica (cf. Cardinaletti & Starke 1993; Laenzlinger & Shlonsky 1997; Cardinaletti 1997, dentre outros):

- (3) a. *Você e ela/Ocê e ela/\*Cê e ela* deviam sair mais juntos.  
b. *Somente você/Somente 'ocê/\*Somente 'cê* não foi na festa.  
c. *VOCÊ/OCÊ/\*CÊ* é uma mentirosa (não eu)!  
d. *VOCÊ/OCÊ/\*CÊ*, 'cê precisa ver como 'tão as coisas por aqui!

Assumindo, juntamente com Cardinaletti (1997), que às formas pronominais fracas cabe a posição [spec, IP] – e não qualquer posição mais alta na sentença –, o bloqueio a uma configuração como (2) é, então, derivado.

<sup>20</sup> No capítulo 3 deste estudo, voltaremos em detalhes à proposta de Kato *et alii* (1996).

<sup>21</sup> Como apontam os resultados de Moraes (1984), no dialeto do PB do qual sou falante nativa (e, logo, com base no qual os dados a que esta nota se refere foram julgados), tal estratégia parece não ser empregada.

<sup>22</sup> Conforme já mencionado na nota 5, as letras maiúsculas assinalam os elementos com proeminência acentual.

<sup>23</sup> Cf. Cinque (1993), que também apresenta exemplos deste tipo a respeito do Inglês.

<sup>24</sup> Uma vez que, em Inglês, deslocados à esquerda não são interpretados como condificação sintática de juízo categórico – pois que, como observa Sasse, a distinção tético/categórico em Inglês é realizada via entonação –, poderíamos nos perguntar qual interpretação de deslocados à esquerda nesta língua. Segundo Creider (1979), em Inglês, NPs deslocados acompanhados por um resumptivo são interpretados como tópico contrastivo. De acordo com Creider, tanto a topicalização, quanto o deslocamento à esquerda no Inglês parecem ter o mesmo comportamento do que diz respeito à não-asserção do elemento fronteado:

*Topicalização:*

- (1) What kind of breakfast food can you eat every morning?  
 a. I can eat English muffins every morning.  
 b. \* English muffins I can eat every morning.
- (1') a. I don't like to have waffles very often in the morning.  
 b. English muffins I can eat every morning.

*Deslocamento à esquerda*

- (2) Whose husband do you hope to meet?  
 a. I hope to meet Griselda's husband someday.  
 b. \* Griselda, I hope to meet her husband someday.
- (2') What do you find exciting about Griselda?  
 a. \* I hope to meet Griselda's husband someday.  
 b. Griselda, I hope to meet her husband someday.

Como Creider procura demonstrar com base em (1)-(1') e (2)-(2'), sentenças com elementos em posição deslocada à esquerda ou em posição topicalizada (no sentido de Chomsky 1977) só são gramaticais, caso tais elementos sejam, mesmo que indiretamente, pressupostos (no sentido de Chomsky 1971). Em relação à natureza contrastiva de tais tópicos, exemplos como (1'), para topicalização, ou (3), para DE, revelam tal interpretação:

- (3) An' I got a red sweater, an' a white one, an' a blue one, an' a yellow one, an' a couple other sweaters, you know, and uh my sister loves borrowing my sweaters because they're pullovers, you know, an' she c'n wear a blouse under'em an' she thinks 'well this is great' (pause) An' so my red sweater, I haven't seen it since I got it.

(in. Foley & Van Valin Jr. 1984:356 (142))

<sup>25</sup> Duas observações se fazem importantes aqui:

(i) segundo Sasse (1987:524), a observação de Kuroda para o Japonês, segundo a qual proposições genéricas e universais sempre são expressas por declarações categóricas, aplica-se também ao Inglês e ao Alemão. Daí, o comportamento de (1) e (2):

- (1) a. The Lion is friendly BEAST  
b. ?The Lion is friendly beast

- (2) a. All Lions are friendly BEASTS  
b. ?All Lions are friendly beasts

(in Sasse (1987:524 (ex.. (14) e (15)))

---

Também sobre genéricos, Maria-Luiza Zubizarreta (comunicação pessoal) observa o fato de que a mesma incompatibilidade entre os genéricos presentes em (1) e (2) e o padrão melódico para declarações téticas é encontrada em exemplos do Inglês com genéricos nus. Entretanto, novamente segundo Sasse, a restrição presente em (1b) e (2b) parece aplicar-se somente àquelas sentenças nas quais são predicadas propriedades sobre os genéricos, pois quando os referentes de sujeitos genéricos constituem parte de um evento, tais sujeitos podem (e devem) ocorrer em declarações téticas:

(3) Teacher: What happened in the Cretaceous period?

Pupil: The Dinosaur became extinct.

(in Sasse (1987:524 (ex. 17))

Para Sasse, "it is not a semantic restriction concerning generics, but a general extralinguistic property of generics and universals - that they are more likely candidates as entities to be talked about -, i.e. a pragmatic restriction, which explains the rarity ofthetic statements with generics subjects" (in Sasse 1987:524).

(ii) no que diz respeito ao Alemão, a estratégia de acentuação do sujeito para extração de juízo tético parece ter alguma relação com a subcategorização do verbo. Assim, "subject-accented sentences are mostly confined to impersonal expressions and sentences with intransitive verbs; transitive verbs with a pronominalized object and passive verbs are less common, but still acceptable; verbs with two full noun participants do not normally occur in subject-accented sentences" (in Sasse 1987:529).

<sup>26</sup> Embora Sasse arrole também o Tolai no grupo de línguas cujas sentenças com ordem VS expressam juízo tético, ao passo que as com ordem SV expressam juízo categórico,

---

destaco o único exemplo de Sasse relativo a esta língua. Isto porque, conforme hipótese aqui desenvolvida para o PB, o Tolai também parece codificar sintaticamente a expressão de juízo categórico a partir de sentenças que apresentam NP pleno aliado à presença de resumptivo, como exemplificado em (58b) ([grifos meus]). Entretanto, esta observação pode estar equivocada, uma vez que, como Jairo Nunes (comunicação pessoal) me apontou, também em (58a) há um aparente pronome ("I") na posição sujeito de 3ª pessoa do singular. O que isto indica? Que pode ser o caso que tanto "I" (it), em (58a), quanto "I" (he), em (58b) sejam tão somente morfemas de concordância do sujeito.

<sup>27</sup> Conforme observa Sasse (1987:535), "since this construction is often identical in form with a cleft sentence expressing focus on the subject (...), earlier scholars sometimes confused it with focus marking (...). Nevertheless, there have been investigators such as Müller-Hauser (1943) who noticed the difference between two types of this construction, one answering the question 'who was it who did something?' (thus constituting a clear instance of subject focus), and one answering the question 'what happened?'. The latter was regarded as an instance of focus on the whole sentence ('mise en relief de la phrase entière, Müller-Hauser 1943:225)".

<sup>28</sup> Codificar juízo tético com estruturas sintáticas de foco não é uma particularidade do Francês, do Japonês (como aponta Kuroda (1972) – cf. seção 1.1.2.), ou do PE (como observa Martins (1994) – cf. seção 1.3.1). Remeto o leitor a Sasse (1996), o qual observa que tal comportamento ocorre em uma significativa série de línguas europeias e não-europeias, e, por esse motivo, a depender da abordagem utilizada, o termo *tético* é, algumas vezes, desconsiderado em favor de termos como *all-new sentences* ou *sentences focus*.

---

<sup>29</sup> Vale observar que, apesar de a proposta de Kuroda ser anterior a uma série de outras acerca de DEs do Francês e PB (dentre elas, Duranti & Ochs 1979; Barnes 1985; Zribi-Hertz 1994; Auger 1995; Braga & Mollica 1985-86; Braga 1987; Duarte 1995), nenhuma destas aponta quer para o fato de as DEs com resumptivo sujeito poderem ocorrer em ambas estas línguas com todo e qualquer tipo de NPs [+específico] em posição deslocada – inclusive, como já dissemos anteriormente, com NPs universalmente quantificados –, quer o fato de essas estruturas não poderem ocorrer em sentenças das quais a interpretação de juízo categórico não possa ser extraída. Voltaremos a uma destas propostas (especificamente, Auger 1995) no capítulo IV, seção IV.3.0.

<sup>30</sup> Cf. nota 5 deste capítulo, acerca das noções de referencialidade, especificidade, definitude e indefinitude, segundo Kuroda (1972).

<sup>31</sup> Cf. a proposta de Dobrovie-Sorin (1996) acerca da distribuição de NPs definidos, genéricos, universalmente quantificados e NPs indefinidos em Francês segundo o tipo de predicado que os acompanha e a relação entre tal distribuição e as interpretações tética e categórica.

## Capítulo II

### Sentenças copulares e construções com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito no PB

---

#### II.0. Introdução

Como visto no capítulo anterior, ao serem transpostos para o PB os contextos do Japonês, PE e demais línguas dos quais as interpretações de juízos tético e categórico são extraídas, o seguinte resultado foi obtido: sentenças SV codificam a expressão de juízo tético, enquanto a expressão de juízo categórico cabe às construções com deslocado à esquerda+resumptivo sujeito.

No que diz respeito especificamente às expressões sintáticas a serem interpretadas como juízo categórico, três opções poderiam ser levantadas com relação a qual constituinte sintático de estruturas DEs do PB deve ser tomado como o constituinte a ser interpretado no componente apropriado como sujeito do juízo categórico: (i) se apenas o NP em posição DE; (ii) se o resumptivo lexical em posição sujeito isoladamente, ou ainda (iii) se o complexo DE+resumptivo.

Um esboço de defesa de (i) é o propósito deste capítulo<sup>1</sup>.

Com base em resultados de testes sintáticos (a saber, distribuição sintática dos resumptivos lexicalizados e extração de constituintes internos a NPs) aplicados a sentenças copulares do PB, o presente capítulo tem por objetivo confirmar a seguinte generalização:

### II.(1) *Generalização*

***Sentenças predicativas com deslocado à esquerda coindexado ao resumptivo sujeito serão bloqueadas no PB toda vez que o NP deslocado não puder ser interpretado como sujeito do juízo categórico<sup>2</sup>.***

A proposta para tal generalização foi motivada pela observação do comportamento assimétrico das seguintes copulares no que diz respeito à presença do resumptivo:

- II.(2) a. [O pai da Fernandinha Torres]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> é o marido da Fernanda Montenegro.  
a'. [O marido da Fernanda Montenegro]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> é o pai da Fernandinha Torres.  
b. [Aquele moço]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é a amiga da Eva.  
b'. \* [A amiga da Eva]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é aquele moço.  
c. [O roubo do material]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> foi a causa do problema.  
c'. \* [A causa do problema]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> foi o roubo do material.<sup>3</sup>

Para explicar o comportamento assimétrico de copulares como as presentes em (2), foram analisadas as propostas de Fodor (1976), de Heggie (1988), de Stowell (1989), e de Napoli (1989) para copulares equativas e identificacionais, a de Moro (1993), para copulares predicativas do Italiano, e a hipótese de Heycock & Kroch (1996), contrária a de Moro.

## II.1. Os dados

Observe-se o comportamento assimétrico dos dados, a seguir apresentados, que serão os relevantes para o início desta discussão:

- II.(3) a. O pai da Fernandinha Torres é o marido da Fernanda Montenegro.  
a'. O marido da Fernanda Montenegro é o pai da Fernandinha Torres.  
b. [O pai da Fernandinha Torres]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> é o marido da Fernanda Montenegro.  
b'. [O marido da Fernanda Montenegro]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> é o pai da Fernandinha Torres.<sup>4</sup>
- II.(4) a. A Mary é a minha orientadora.  
a'. A minha orientadora é a Mary.  
b. [A Mary]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é a minha orientadora.  
b'. \* [A minha orientadora]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é a Mary.
- II.(5) a. Aquela moça é a amiga da Eva.  
a'. A amiga da Eva é aquela moça.  
b. [Aquela moça]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é a amiga da Eva.  
b'. \* [A amiga da Eva]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> é aquela moça.
- II.(6) a. O roubo do material foi a causa do problema.  
a'. A causa do problema foi o roubo do material.  
b. [O roubo do material]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> foi a causa do problema.  
b'. \* [A causa do problema]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> foi o roubo do material.

Segundo Stowell (1989), em estruturas do tipo NP1-cópula-NP2 como em (3a); (4a); (5a) e (6a), o que se tem com relação à cópula é o uso referencial do verbo ser, e não o seu uso predicativo, uma vez que nessas construções a cópula toma por complemento um NP referencial, e não um NP predicativo. Assumindo que, ao tomar um NP referencial como complemento, a cópula parece funcionar como um predicador de dois lugares (ao invés de como um verbo de alçamento), é possível, segundo Stowell, explicar o comportamento de (3a)-(3a'); (4a)-(4a'); (5a)-(5a') e (6a)-(6a') no que diz respeito à reversibilidade dos NPs, comportamento este que não se observa em estruturas como (7):

- II.(7) a. João é um estúpido.  
b. \* Um estúpido é João.

Para o autor, tal comportamento de (3a)-(3a') a (6a)-(6a') deve-se exatamente ao fato de que os chamados predicados identificacionais são simétricos, e, por isso, apenas na estrutura identificacional os dois argumentos referenciais são reversíveis (cf. Stowell 1989:255)<sup>5</sup>. Mas, se assim são os fatos, por que haveria de ocorrer no PB a assimetria presente em (4b)-(4b') a (6b)-(6b') no que diz respeito à presença do pronome resumptivo na posição de sujeito co-referente ao NP deslocado à esquerda?<sup>6</sup> Se em tais construções tanto NP1 quanto NP2 são argumentos, por que o resumptivo, diferentemente do que ocorre em (3), pode estar presente na estrutura apenas quando um dos argumentos está deslocado, para que obtenhamos uma sentença gramatical?

## II.2. A proposta de Moro (1993) para sentenças copulares

### II.2.0. Preliminares

Segundo Moro (1993), se permutamos a posição dos sintagmas nominais em uma estrutura NP1-verbo-NP2 de línguas como o Inglês, o Italiano e as demais línguas românicas, geralmente obtemos um significado diferente do que o extraído quando se encontram os sintagmas em sua posição original:

- II.(8) A greve causou a demissão de funcionários.  
II.(9) A demissão de funcionários causou a greve.

Moro, entretanto, frisa ser este o resultado obtido geralmente, porque há casos em que ao ocupar um NP o lugar do outro não se observa uma sensível alteração no significado das sentenças: são os casos de estruturas NP1-verbo-NP2 nas quais a cópula é o verbo:

- II.(10) a. O roubo do material foi a causa do problema.  
b. A causa do problema foi o roubo do material.

Para Moro

*Dal momento che in generale si ammette che la copula possa esprimere identità, è ovvio aspettarsi che dire che x è identico ad y sia del tutto equivalente a dire che y è identico ad x. Fatta questa precisazione, non c'è*

*nessun motivo per ritenere che le due frasi copulari in questione abbiano strutture diverse da quella (semplificata) rappresentata in (2):*

(2) [S NP [VP V NP]]

(in Moro 1993:7-8)

O problema apontado pelo autor frente a tal assunção é que esta não dá conta dos resultados obtidos quando se observa o comportamento sintático de sentenças copulares como (10) no que diz respeito ao movimento de elemento-Q, por exemplo<sup>7</sup>, frente ao que se denominou na literatura gerativista como assimetria sujeito-objeto. A esse respeito, Moro observa que em sentenças não-copulares a literatura especializada tem mostrado, sob o rótulo assimetria sujeito-objeto, que a extração de um NP encaixado no NP objeto resulta em uma estrutura bem-formada, o mesmo não ocorrendo quando se trata de extração de um NP encaixado no NP sujeito:

- II.(11) a. \* Di quale muro pensi che [[NP la distruzione t] causò la rivolta della città]?  
 b. Di quale muro pensi che [la rivolta della città causò [NP la distruzione t]]?

Entretanto, em sentenças copulares, o comportamento encontrado pelo autor é anômalo, uma vez que o movimento-Q pode ser bloqueado mesmo quando se dá a partir do NP objeto, como em (12b), embora não ocorra o bloqueio em (12a), apesar da similaridade frente à posição de extração ao serem comparadas as duas construções:

- II.(12) a. [Di quale rivolta] pensi che una foto del muro fu [la causa t]?
- b. \* [Di quale muro] pensi che la causa della rivolta fu [una foto t]?
- (in Moro 1993:9)

Adaptando este exemplo de Moro a (6a)-(6a') (abaixo repetido como (13)), obtemos em PB o mesmo tipo de restrição presente no Italiano, como se observa em (14):

- II.(13) a. O roubo do material foi a causa do problema.
- b. A causa do problema foi o roubo do material.
- II.(14) a. [De que problema] você acha que o roubo do material foi [a causa t]?
- b. \* [De que material] você acha que a causa do problema foi [o roubo t]?

### II.2.1. Frases copulares canônica e inversa

Com o objetivo de propor uma teoria acerca de sentenças copulares que capture tanto as restrições sintáticas que tais sentenças apresentam, como demonstrado nos exemplos (11) a (14), quanto o fato de que em tais construções uma mesma interpretação é obtida mesmo se alternadas as posições dos sintagmas nominais, como visto em (10), Moro sugere primeiramente abandonar a idéia de que apenas sujeitos da predicação devem ocupar a posição de [spec, IP], propondo que também NPs predicativos podem ser alçados à tal posição. O autor estende a proposta de Stowell (1978), segundo a qual o verbo *to be* é um verbo de alçamento que subcategoriza uma mini-orção, e assume que não só o argumento da mini-orção pode ser alçado a [spec, IP], mas também o seu predicado<sup>8</sup>. Assim sendo, para um exemplo como (15)

- II.(15) a. [IP [a picture of the wall]<sub>i</sub> was [sc t<sub>i</sub> [the cause of the riot]]]  
 b. [IP [the cause of the riot]<sub>i</sub> was [sc [a picture of the wall] t<sub>i</sub>]]

Moro propõe:

*Tanto il NP soggetto di predicazione (a picture of the wall) quanto il NP predicado (the cause of the riot) sono uniformemente generati nella stessa posizione nelle due frasi e successivamente sollevati in spec-IP in distribuzione complementare. Quando a salire è il soggetto (come in (15)a), chiameremo la struttura risultante "frase (copulare) canonica"; quando invece è il predicato a sollevarsi (come in (15)b), chiameremo la risultante frase "frase (copulari) inversa" (in Moro 1993:16).*

### II.2.2. A distinção canônica/inversa em copulares do Inglês

Assumindo, assim, a validade da distinção canônica/inversa, Moro aponta e deriva as seguintes propriedades das sentenças inversas: (i) o fato de o sujeito de uma frase inversa não poder ser extraposto via movimento-A'; (ii) o fato de nenhum constituinte do sujeito de uma frase inversa poder ser extraído. Ao comentar o comportamento do seguinte exemplo

- II.(16) a. [Which picture]<sub>i</sub> do you think [IP t<sub>i</sub> was [sc t<sub>i</sub> the cause of the riot]]?  
 b. \* [Which picture]<sub>i</sub> do you think [IP [the cause of the riot]<sub>i</sub> was [sc t<sub>i</sub> t<sub>i</sub>]]?

(in Moro 1993:21)

Moro observa primeiramente que em Inglês, diferentemente do Italiano, a cópula concorda sempre com o NP preverbal, como demonstrado em (17):

- II.(17) a. Le foto del muro furono/\*fu la causa della rivolta.  
 b. The pictures of the wall were/\*was the cause of the riot.  
 c. La causa della rivolta furono/\*fu le foto del muro.  
 d. The cause of the riot was/\*were the pictures of the wall.

(in Moro 1993:12)

O que ocorre então em (16)? Segundo o autor, em (16a) o vestígio do sujeito interno à mini-oração é apropriadamente regido, uma vez que ao passar pelo [spec, IP], o NP sujeito ativa a concordância, tomando-a por regente. Por outro lado, em (16b) o predicado alçado toma a concordância por regente (como já observado em (17d)), ficando o vestígio do NP sujeito não regido apropriadamente. Em (16b) há, portanto, violação do Princípio das Categorias Vazias (ECP)<sup>9</sup>. Quanto a (18)

- II.(18) a. [Which riot]<sub>i</sub> do you think [a picture of the wall] was [<sub>sc</sub> t [<sub>NP</sub> the cause of t<sub>i</sub>]]?  
 b. \* [Which wall]<sub>i</sub> do you think [the cause of the riot] was [<sub>sc</sub> [<sub>NP</sub> a picture of t<sub>i</sub>] t<sub>i</sub>]?

Moro sustenta que, neste caso, a agramaticalidade de (18b) não se deve à violação do ECP. Afinal, o fato de a posição [spec, IP] estar preenchida por um NP não gera qualquer interferência com relação à extração de um NP encaixado, conforme a gramaticalidade de (18a) indica. Também o vestígio interno ao NP do qual a extração é feita não sofre qualquer

violação, pois se assim não fosse não só (18b), abaixo repetida como (19), mas também (20), que não é agramatical, o seria:

II.(19) \* [Which wall]<sub>i</sub> do you think [the cause of the riot] was [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> a picture of t<sub>i</sub>] t<sub>i</sub>]?

II.(20) [Which wall]<sub>i</sub> do you think [John saw [<sub>NP</sub> a picture of t<sub>i</sub>]]?

O problema tampouco tem relação somente com a função do NP a partir do qual se faz a extração, i.e. se NP sujeito (como (18b) e (19)) ou predicado (como (18a)). Como indica o comportamento de (21), a extração a partir de um NP predicado pode gerar um sentença agramatical por violar Subjacência:

II.(21) \* [Which riot]<sub>i</sub> do you think [<sub>IP</sub> [<sub>NP</sub> the cause of t<sub>i</sub>] was [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> a picture of the wall] t<sub>i</sub>]]?

Para explicar (21), Moro assume a definição de Subjacência, de Chomsky (1986), segundo a qual (i) uma projeção máxima conta como nóculo limitrofe (e é denominada barreira inerente) se não é regida por um núcleo que lhe atribui papel temático (i.e., se não é L-marcada); (ii) uma projeção máxima é denominada barreira por herança, caso a projeção máxima mais próxima que domine seja uma barreira inerente; (iii) IP só pode ser uma barreira por herança, visto que C<sup>o</sup> não lhe atribui papel temático; (iv) a condição de Subjacência é ativada caso o elemento movido atravessasse duas barreiras. Voltando a (21), o NP do qual se faz a extração é uma barreira pelo fato de não ser não é L-marcado e o IP que o domina é barreira por dominar o NP; logo neste caso a condição de Subjacência é violada.

Esta explicação tem ainda sucesso parcial, uma vez que, quando a extração se dá de um predicado (como em (18a)), não há violação da condição de Subjacência. O problema passa a ser, portanto, explicar o porquê de não haver violação de Subjacência ao se extrair um NP do NP predicado *in situ*. Na procura de uma solução, o autor propõe duas linhas de raciocínio a se percorrer. Pela primeira delas, o autor sugere que poderíamos supor ser a mini-oração uma projeção de um núcleo abstrato, que regesse e atribísse um papel- $\theta$ , ou L-marcasse o predicado. Sabendo-se que a cópula não atribui papel- $\theta$ , e por isso não poderia L-marcá-lo (no sentido de Chomsky) o predicado, Moro opta pela definição de L-marcação proposta por Cinque (1990), que substitui em sua definição a noção de atribuição de papel- $\theta$  pela noção de seleção categorial. Assim sendo, se o núcleo abstrato (do qual a estrutura mencionada é uma projeção) L-marca (ou, no sentido de Cinque, c-seleciona) o predicado, este não mais se configura como uma barreira, e por isso a extração de um NP encaixado no predicado não viola Subjacência. Obviamente, o custo teórico de tal solução não é desprezível, uma vez que o núcleo abstrato mencionado não é motivado independentemente. A segunda solução proposta por Moro tem por base a proposta original de Stowell de considerar a mini-oração como um caso de adjunção, i.e. diferente das orações plenas por não ser a projeção de um núcleo independente, mas por ser a expansão direta de um predicado ao qual um sujeito vem adjunto. Neste caso, a ausência de violação de Subjacência quando se trata de extração de NP encaixado no NP predicado segue-se da própria definição da condição de Subjacência: segundo o raciocínio do autor, sob a configuração  $[_{XP}[_{NP}[\dots\alpha\dots]]][_{XP}[\dots\beta\dots]]$ , os elos da cadeia ( $\beta$ , t) se encontrariam entre dois segmentos de uma mesma projeção, e não entre duas projeções; por outro lado, os elos de ( $\alpha$ , t) se posicionariam entre NP (não L-marcado) e  $XP^{10}$ .

Finalmente, ainda a respeito do Inglês Moro observa, com base em sentenças como (22), que nas frases canônicas a cópula pode ou não estar presente, como em (22a), diferentemente do que ocorre nas inversas, em que sua presença é obrigatória para que a sentença seja gramatical, como apontado em (22b):

- II.(22) a. John considers [a picture of the wall (to be) the cause of the riot].  
 b. John considers [the cause of the riot \*(to be) a picture of the wall].  
 (in Moro 1993:11)

Moro afirma que tal assimetria se deve ao fato de que, como em qualquer movimento, o alçamento do predicado só é possível caso haja um lugar de pouso para este: estando a cópula presente, o movimento do predicado tem como alvo o [spec, IP] de I<sup>o</sup> [-finito]; estando a cópula ausente, não há lugar de pouso para o predicado, e o movimento é bloqueado.

### II.2.3. A distinção canônica/inversa em copulares do Italiano

Retornando ao Italiano, Moro aponta novamente para o comportamento distinto desta língua frente ao Inglês em relação ao já mencionado paradigma (17), que abaixo repetimos como (23):

- II.(23) a. Le foto del muro furono/\*fu la causa della rivolta.  
 b. The pictures of the wall were/\*was the cause of the riot.  
 c. La causa della rivolta furono/\*fu le foto del muro.  
 d. The cause of the riot was/\*were the pictures of the wall.  
 (in Moro 1993:12)

Diferentemente do Inglês, a cópula em Italiano sempre concorda com o sujeito independentemente de sua posição pré ou posverbal. Uma vez em (23c) a concordância entre I° e o NP preverbal não é ativada, pode-se supor que o NP preverbal (ou um vestígio seu) não se encontra em [spec, IP]. Por outro lado, tendo em vista a assimetria presente no paradigma (24), não é possível se admitir que entre (24a) e (24b) se perceba o mesmo tipo de relação presente entre (25a) e (25b):

- II.(24) a. sono io  
b. \* io sono

- II.(25) a. telefono io  
b. \* io telefono

A proposta de Moro para as copulares do Italiano é a de que a gramática desta língua dispõe de NPs nulos do tipo *pro*, e isto independe do fato de o NP ter o papel de sujeito ou predicado, pois o desempenho de tais papéis consiste numa propriedade geral dos NPs. Assim sendo, para as construções (23c) e (24a) o autor propõe haver nestas a presença de um *pro* predicativo, o que implica serem suas configurações as seguintes:

- II.(26) a. [<sub>IP</sub> *pro*<sub>i</sub> sono [<sub>sc</sub> io t<sub>i</sub>]]  
b. [<sub>IP</sub>[<sub>NP</sub> la causa della rivolta] [<sub>IP</sub> *pro*<sub>i</sub> sono [<sub>sc</sub> [<sub>NP</sub> le foto del muro] t<sub>i</sub>]]]<sup>11</sup>

Quanto ao conjunto de traços que compõem *pro*, Moro observa que, embora este elemento possa representar qualquer combinação de traços de concordância, como demonstrado em (27),

- II.(27) a. *pro* arrivo  
b. *pro* arrivano

em construções como (26a) os traços de concordância de *pro* devem ser equivalentes aos do NP sujeito; caso contrário as sentenças são mal-formadas:

- II.(28) a. *pro* sono io  
b. \* *pro* é io  
c. \* *pro* siamo io

Segundo Moro, este comportamento do elemento *pro* predicativo pode dever-se ao fato de que, por não ter traços próprios e em virtude de sua relação predicativa com o NP sujeito, tal elemento obtém seus traços com base nos traços do NP sujeito.

Para sustentar a idéia de que na construção (26b) o NP preverbal é gerado fora na sentença, não se tratando, portanto, de um caso de movimento, como em Inglês, Moro argumenta da seguinte forma: (i) se tal NP fosse gerado no interior da frase copular e depois alçado diretamente desta posição, o vestígio deixado após o movimento não seria apropriadamente regido; (ii) para que tal vestígio não violasse o ECP, seria necessário que o NP movido pousasse primeiro na posição [spec; IP] e tomasse a concordância como regente; (iii) tal pouso, entretanto, acionaria a concordância, mas empiricamente sabemos

que tal opção é excluída, como já demonstrado anteriormente em (23c)<sup>12</sup>. Por outro lado, para demonstrar que o NP preverbal não só é gerado fora da sentença, mas em posição adjunta a IP (e não adjunto a CP ou em posição de topicalização, i.e. [spec, CP]), Moro lança mão do seguinte paradigma, baseado no movimento do auxiliar para C° (i.e., *Aux-to-Comp*) presente em gerundivas, conforme defendido por Rizzi (1982):

- II.(29) a. [CP [C° essendo]] [IP la causa de la rivolta [IP pro<sub>i</sub> t<sub>i</sub> [SC le foto del muro] t<sub>i</sub>]] (...)  
 b. \* [CP la causa de la rivolta [CP [C° essendo]] [IP pro<sub>i</sub> t<sub>i</sub> [SC le foto del muro] t<sub>i</sub>]] (...)  
 c. \* [CP la causa de la rivolta [C° essendo]] [IP pro<sub>i</sub> t<sub>i</sub> [SC le foto del muro] t<sub>i</sub>]] (...)<sup>13</sup>

Finalmente, Moro deriva para o Italiano as duas propriedades das frases inversas, respectivamente representadas abaixo por (30) e (31):

**Propriedade I: o NP sujeito de uma copular inversa não pode sofrer movimento A'**

- II.(30) a. [quale foto del muro] pensi che t fu la causa della rivolta?  
 b. \* [quale foto del muro] pensi che la causa della rivolta fu t?

**Propriedade II: nenhum constituinte do NP sujeito de uma copular inversa pode ser extraído**

- II.(31) a. [Di quale rivolta] pensi che una foto del muro fu [la causa t]?  
 b. \* [Di quale muro] pensi che la causa della rivolta fu [una foto t]?

Segundo o autor, em (30b), há violação do ECP: o vestígio do NP sujeito não é apropriadamente regido; isto porque tal NP não entra em momento numa relação de

concordância com I<sup>o</sup>, pois para isso deveria ocupar a posição [spec, IP], já ocupada por *pro* predicativo. Quanto a (31b), o mesmo que ocorre em Inglês se dá em Italiano: violação de Subjacência.<sup>14</sup>

#### II.2.4. A distinção canônica/inversa em copulares do PB

Obtemos (33) e (34), uma vez transpondo para o PB exemplos com estrutura similar a (22) do Inglês (abaixo repetido como (32)):

- II.(32) a. John considers [a picture of the wall (to be) the cause of the riot].  
 b. John considers [(the cause of the riot \*(to be) a picture of the wall)].
- II.(33) a. O Conselho considera [(ser) o representante da diretoria a causa do problema].  
 b. O Conselho considera [(ser) a causa do problema o representante da diretoria].
- II.(34) a. O deputado julgou [(ser) a assessora do FHC o motivo da briga].  
 b. O deputado julgou [(ser) o motivo da briga a assessora do FHC].

Tendo em vista que no PB, diferentemente do Inglês, em tais estruturas a cópula, se não gramaticalmente ausente da estrutura, deve preceder obrigatoriamente ambos os sintagmas nominais que compõem a mini-orção, o teste sintático relativo ao alçamento do NP predicado tal qual o do Inglês (i.e., o predicado fronteando a cópula) não tem em PB aplicação com resultado sintático satisfatório (ou seja, um resultado compatível com a geração de sentenças gramaticais); desse modo nenhum argumento a favor da hipótese de Moro é obtido ao ser este teste aplicado ao PB<sup>15</sup>. Entretanto se aplicamos o teste de

extração proposto por Moro a estas construções, obtemos (35) e (36), e estas apresentam as mesmas restrições já encontradas em (14), abaixo repetida como (37):

II.(35)

- a. De que problema o Conselho considera [(ser) o representante da diretoria a causa t]?
- b. \* De que diretoria o Conselho considera [(ser) a causa do problema o representante t]?

II.(36)

- a. De que briga o deputado julgou [(ser) a assessora do FHC o motivo t]?
- b. \* De que político o deputado julgou [(ser) o motivo da briga a assessora t]?

II.(37)

- a. [De que problema] você acha que o roubo do material foi [a causa t]?
- b. \* [De que material] você acha que a causa do problema foi [o roubo t]?

O comportamento dos exemplos em (37) é idêntico ao de sentenças equivalentes do Inglês e do Italiano, como já apontado respectivamente em (18) e (31), abaixo representadas por (38) e (39):

II.(38)

- a. [Which riot] do you think [a picture of the wall] was [sc t [NP the cause of t]]?
- b. \* [Which wall] do you think [the cause of the riot] was [sc [NP a picture of t] t]?

II.(39)

- a. [Di quale rivolta] pensi che [<sub>IP</sub> una foto del muro fu [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> la causa ]<sub>t</sub>]]?
- b. \* [Di quale muro] pensi che [<sub>IP</sub>[<sub>NP</sub> la causa della rivolta] [<sub>IP</sub> pro<sub>i</sub> fu [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> una foto del muro] <sub>t</sub>]]]?

Admitamos, conforme Moro, que a agramaticalidade de sentenças como (38b) e (39b) pode ser derivada da distinção canônica/inversa, configuracionalmente representada acima nestes mesmos exemplos. Já que os exemplos (37) do PB são perfeitamente simétricos aos exemplos (38), do Inglês, e (39), do Italiano, assumo que também a assimetria presente entre (37a) e (37b) em PB deve ser derivada com base na distinção frase copular canônica/frase copular inversa, proposta por Moro. E o que dizer sobre a assimetria presente no PB no que diz respeito aos exemplos abaixo (tema central de nossa investigação)?

- II.(40) a. [O roubo do material]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> foi a causa do problema.
- b. \* [A causa do problema]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> foi o roubo do material.
- II.(41) a. [O representante da diretoria]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> foi a causa do problema
- b. \* [A causa do problema]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> foi o representante da diretoria
- II.(42) a. [A assessora do FHC]<sub>i</sub> ela<sub>i</sub> foi o motivo daquela briga
- b. \* [O motivo daquela briga]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> foi a assessora do FHC

Uma vez que, da mesma forma que no Italiano, em PB a cópula concorda sempre com o NP sujeito, independentemente de sua posição pré ou posverbal, considero que, em copulares inversas, em ambas as línguas a configuração pertinente será aquela na qual esta particularidade é derivada. Em outras palavras, assumirei para o PB a representação (26) do Italiano, abaixo repetida como (43):

II.(43) [IP<sub>[NP</sub> la causa della rivolta] [IP pro<sub>i</sub> sono [sc [NP le foto del muro] t<sub>j</sub>]]]

Entretanto, em virtude de que nas copulares canônicas do PB se verifica a presença do resumptivo-sujeito, assumo que nesta língua também o NP sujeito das copulares canônicas se encontrará acima da posição [spec, IP] (e não apenas o NP sujeito das copulares inversas, como no Italiano)<sup>16</sup>. Comparando, então, o Italiano e o PB teremos:

II.(44)

- a. [IP le foto del muro sono [sc t [NP la causa della rivolta]]]  
 b. [IP<sub>[NP</sub> la causa della rivolta] [IP pro<sub>i</sub> sono [sc [NP le foto del muro] t<sub>j</sub>]]]

II.(45)

- a. [IP<sub>[NP</sub> os roubos dos materiais] [IP eles<sub>i</sub> foram [sc t<sub>i</sub> [NP a causa do problema]]]]<sup>17</sup>  
 b. [IP<sub>[NP</sub> a causa do problema] [IP pro<sub>i</sub> foram [sc [NP os roubos dos materiais] t<sub>j</sub>]]]

Com tal configuração facilmente derivamos a impossibilidade da presença do resumptivo-sujeito nas estruturas em que o NP predicado ocupa uma posição preverbal: a posição [spec, IP] em copulares inversas não pode ser ocupada por um resumptivo, uma vez que em tais copulares esta posição se encontra preenchida por *pro* predicativo.

### II.3. A proposta de Heycock e Kroch (1996) para sentenças copulares: contra Moro (1993)

#### II.3.0. Preliminares

Contra a análise de Moro relativa à distinção canônica/inversa, há a proposta defendida por Heycock e Kroch (1996). Os autores apresentam o que julgam ser sólidos e convincentes motivos com bases nos quais propõem que seja rejeitada a principal linha de argumentação de Moro em prol de tal distinção: o comportamento assimétrico desses dois tipos de copulares frente à extração do sintagma poscopular (ou de uma parte sua). Nesta presente seção, procuraremos refutar os argumentos apresentados por Heycock e Kroch, revalidando, assim, a análise de Moro.

#### II.3.1. Os dados

Primeiramente, Heycock e Kroch tomam (46) como um exemplo de sentença equativa. Nestas, diferentemente do que ocorre nas copulares predicativas, não se encontra um NP menos referencial/mais predicativo do que o outro, mas, ao contrário, dois NPs igualmente referenciais. Consistente com tal fato está o comportamento agramatical de tais estruturas quando sob a forma de mini-oração complemento de *considerar*, como em (47):

- II.(46) a. Your opinion of Edinburg is my opinion of Philadelphia.  
b. My opinion of Philadelphia is your opinion of Edinburg.

- II.(47) a. \* I consider [your opinion of Edinburg my opinion of Philadelphia].  
 b. \* I consider [my opinion of Philadelphia your opinion of Edinburg].

Aos exemplos em (46) os autores aplicam o teste de extração proposto por Moro em (48), e um resultado absolutamente não esperado, ilustrado em (49), é encontrado: assim como ocorre nas copulares inversas, também nas equativas é agramatical a extração de um sintagma interno ao NP poscopular:

II.(48)

- a. A picture of the wall was the cause of that riot.  
 b. The cause of that riot was the picture of the wall.  
 c. [Which riot] do you think [a picture of the wall] was [sc t [NP the cause of t]]?  
 d. \* [Which wall] do you think [the cause of the riot] was [sc [NP a picture of t] t]?

II.(49)

- a. Your opinion of Edinburg is my opinion of Philadelphia.  
 b. My opinion of Philadelphia is your opinion of Edinburg.  
 c. \* [What city] do you think your opinion of Edinburg is my opinion of t?  
 d. \* [What city] do you think my opinion of Philadelphia is your opinion of t?

Uma vez atestado o fato de que tanto as predicativas inversas quanto as equativas apresentam o mesmo comportamento no que tange à extração – (48) versus (49) –, o principal argumento de Moro a favor da existência de copulares inversas (i.e. estruturas nas quais há movimento do NP predicado para [spec,IP]) é refutado, e uma nova proposta é

trazida por Heycock e Kroch: as chamadas copulares inversas e as equativas são, na verdade, um mesmo objeto sintático. Para sustentar tal hipótese, os autores observam que a assimetria presente entre (50a) e (50b) – muitas vezes atribuída a questões de Caso – é eliminada em (50c)<sup>18</sup>:

- II.(50) a. John is proud of his daughters.  
b. \* Proud of his daughters is John.  
c. Proud of his daughters is what John is.

Para Heycock e Kroch, ao contrário de (50b) – na qual o sintagma precopular, que denota uma propriedade, é equiparado a um NP que denota um indivíduo –, a gramaticalidade de (50c) deve-se ao fato de que neste exemplo ambos os NPs denotam propriedade e, assim, compõem uma estrutura equativa.

#### II.4. Argumentando contra Heycock e Kroch (1996)

A principal observação que merece ser apontada contra Heycock e Kroch diz respeito à caracterização das sentenças em (46) – abaixo repetidas como (51) – como exemplo de equativas.

- II.(51) a. Your opinion of Edinburg is my opinion of Philadelphia.  
b. My opinion of Philadelphia is your opinion of Edinburg.

Se, por um lado, como os próprios autores apontam, em tais sentenças a cópula não parece mesmo estar seguida por um NP predicativo (daí o comportamento agramatical de tais estruturas em (47)), por outro, estas sentenças não se comportam como verdadeiras equativas, quando as submetemos ao critério comentado por Fodor (1976). Segundo a autora, os NPs que compõem uma copular equativa remetem-se a um mesmo referente; logo, "a sentence of the form NP is NP expresses an identity statement (...) if it can be paraphrased with the phrase the same person as or the same object as " (*in* Fodor 1976:122). De fato, o NP *a minha idéia sobre x* tem um referente distinto de *a sua idéia sobre x*, embora tais referentes possam ser, de alguma forma, igualados. O que isto quer dizer? Quer dizer que em (51) o que temos, na verdade, é uma sentença comparativa de igualdade, equivalente a (52), e não uma equativa:

- II.(52) a. A sua opinião sobre Edimburgo é igual a minha opinião sobre a Filadélfia.  
b. A minha opinião sobre a Filadélfia é igual a sua opinião sobre Edimburgo.

Tanto é assim que ao tomarmos verdadeiras equativas (e não comparativas) para análise, não só estas respondem satisfatoriamente ao critério para equativas mencionado por Fodor, como também não mais são encontradas restrições à extração. Vejamos as sentenças do PB abaixo (similares às anteriormente apresentadas deste capítulo como (3)):

- II.(53) a. O pai do Príncipe Charles é o marido da Rainha.  
b. O marido da Rainha é o pai do Príncipe Charles.

Tais sentenças não só admitem, as duas, a presença do resumptivo sujeito, como também (i) podem ser parafraseadas da forma como propõe Fodor e (ii) não sofrem qualquer restrição à extração:

- II.(54) a. [O pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> é o marido da Rainha.  
b. [O marido da Rainha]<sub>i</sub> ele<sub>i</sub> é o pai do Príncipe Charles.
- II.(55) a. O pai do Príncipe Charles e o marido da Rainha são a mesma pessoa.  
b. O marido da Rainha e o pai do Príncipe Charles são a mesma pessoa.
- II.(56) a. [De que mulher]<sub>i</sub> você acha que o pai do Príncipe Charles é [o marido t<sub>i</sub>]?  
b. [De que rapaz]<sub>i</sub> você acha que o marido da Rainha é [o pai t<sub>i</sub>]?

Em Inglês, o mesmo ocorre: equativas verdadeiras podem ser parafraseadas como propõe Fodor e não sofrem qualquer restrição à extração:

- II.(57)
- a. Prince Charles' father is the husband of The Queen.  
b. The Queen's husband is the father of Prince Charles.
- II.(58)
- a. Prince Charles' father and the husband of The Queen are the same person.  
b. The Queen's husband and the father of Prince Charles are the same person.

II.(59)

- a. [Which woman]<sub>i</sub> do you think Prince Charles' father is [the husband of t<sub>i</sub>]?
- b. [Which young man]<sub>i</sub> do you think The Queen's husband is [the father of t<sub>i</sub>]?<sup>19</sup>

Se assim são os fatos, logo, com base na comparação entre (57)/(59) e (48) – abaixo repetidas como (60) e (61) respectivamente –, a equiparação das inversas às equativas, proposta por Heycock e Kroch, é desfeita:

II.(60) **copulares equativas**

- a. Prince Charles' father is the husband of The Queen.
- b. The Queen's husband is the father of Prince Charles.
- c. [Which woman]<sub>i</sub> do you think Prince Charles' father is [the husband of t<sub>i</sub>]?
- d. [Which young man]<sub>i</sub> do you think The Queen's husband is [the father of t<sub>i</sub>]?

II.(61) **copulares predicativas canônica (a e c) e invervas (b e d)**

- a. A picture of the wall was the cause of that riot.
- b. The cause of that riot was the picture of the wall.
- c. [Which riot]<sub>i</sub> do you think [a picture of the wall] was [sc t [NP the cause of t<sub>i</sub>]]?
- d. \* [Which wall]<sub>i</sub> do you think [the cause of the riot] was [sc [NP a picture of t<sub>i</sub>] t<sub>i</sub>]?

A proposta de Moro torna, então, o seu lugar novamente: as equativas e as predicativas canônicas, que não portam qualquer NP de caráter predicativo em posição precopular, não apresentam restrição alguma quanto à extração de sintagmas internos ao NP poscopular, diferenciando, portanto, essas duas estruturas das copulares invertidas, que apresentam o

comportamento oposto. Mas, e quanto à argumentação de Heycock e Kroch para as estruturas em (50), abaixo repetidas como (62)?

- II.(62) a. \* Proud of his daughters is John.  
b. Proud of his daughters is what John is.

Como já comentado anteriormente, segundo Heycock e Kroch, a assimetria presente entre (62a) e (62b) não se deve a questões de Caso (argumento este eficaz para explicar a agramaticalidade de (62a) , porém insuficiente para explicar a gramaticalidade de (62b))<sup>20</sup>; para os autores, tal assimetria se deve ao fato de que, em (62a), o sintagma precopular, que denota uma propriedade, é equiparado a um NP que denota um indivíduo, ao passo que em (62b) ambos os sintagmas denotam propriedade e, assim, compõem uma estrutura equativa. Para os autores ainda, assim como indicado em (62b), o AP preverbal parece mesmo ocupar [spec,IP], o mesmo ocorrendo em (63), cujas estruturas apresentam alçamento sujeito-a-sujeito:

- II.(63) a Proud of his daughters seems to be what he is.  
b. the best candidate for the job seems to be what John is.

O fato é que, se, ao transpormos para o PB, pluralizamos as sentenças em (63), o resultado obtido é o seguinte:

- II.(64) a Orgulhoso de suas filhas parece ser o que ele é.  
b. Orgulhosos de suas filhas parece ser o que eles são.

- c. \* Orgulhosos de suas filhas parecem ser o que ele são.
- d. O melhor candidato ao cargo parece ser o que o João é.
- e. Os melhores candidatos ao cargo parece ser o que João e Pedro são.
- f. \* Os melhores candidatos aos cargos parecem ser o que o João e o Pedro são.

Novamente o comportamento destas sentenças no que diz respeito à concordância entre o sintagma preverbal e o verbo, ao menos em PB, é diferente do comportamento observado nas verdadeiras equativas desta língua, pois a assimetria entre as estruturas gramaticais (64b) e (64e) e as agramaticais (64c) e (64f) aponta para o fato de que são agramaticais exatamente aquelas nas quais o sintagma preverbal parece ter sido alçado para a posição [spec,IP], o que demonstra que em PB novamente o sintagma predicativo não se encontra em tal posição da projeção IP, como já defendido por Moro para o Italiano<sup>21</sup>.

## II.5. A distinção entre copulares predicativa e referencial em PB

Conforme demonstrado no início deste capítulo, quando submetidas ao teste de reversibilidade de NPs, as sentenças copulares equativas (65), identificacionais (66) e predicativas (67) do PB apresentam o seguinte comportamento quanto à presença do resumptivo coindexado ao NP deslocado à esquerda:

- II.(65) a [O pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub>; ele<sub>i</sub> é o marido da Rainha.
- b. [O marido da Rainha]<sub>i</sub>; ele<sub>i</sub> é o pai do Príncipe Charles.
- II.(66) a. [A Mary]<sub>i</sub>; ela<sub>i</sub> é a minha orientadora.
- b. \* [A minha orientadora]<sub>i</sub>; ela<sub>i</sub> é a Mary.

- II.(67) a. [O roubo do material]; ele; foi a causa do problema. (*canônica*)  
b. \* [A causa do problema]; ela; foi o roubo do material. (*inversa*)

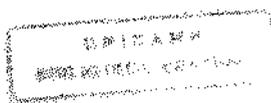
Adotando-se a generalização proposta no início deste capítulo *ipsis litteris*, isto é, assumindo-se que **sentenças predicativas com deslocado à esquerda coindexado ao resumptivo sujeito serão bloqueadas no PB toda vez que o NP deslocado não puder ser interpretado como sujeito do juízo categórico, ou sujeito da predicação**, seríamos levados a tomar apenas as construções (65a) e (65b), (66a) e (67a) como exemplos de estruturas cujos NPs deslocados são interpretados como sujeitos de juízos categóricos, ou sujeitos de predicação. Em defesa de tal assunção, nossa argumentação poderia, então, ser a seguinte:

(i) as sentenças (65a) e (65b), uma vez que não apresentam qualquer restrição à presença do resumptivo (independentemente do NP ao qual este está coindexado), comportam-se de modo a permitir que ambos os seus NPs possam ser interpretados no componente apropriado como sujeito da predicação (i.e., como *tópico*, do sentido de Kuroda (1972)). Visto que apenas argumentos de um predicado, e nunca o próprio predicado, podem ser interpretados como sujeito da predicação, logo ambos os NPs de da sentenças em (65) – as únicas do paradigma (65) a (67) a serem classificadas, como vimos anteriormente (cf. seção II.4), como verdadeiras equativas – são NPs argumentais, o que vai ao encontro do que defendido por Stowell (1989), segundo o qual neste tipo de sentenças a cópula se comporta como um predicado de dois lugares, e não como um verbo de alçamento;

(ii) se, por um lado, Stowell (1989) defende o fato de a cópula dever ser considerada, em certas estruturas, como um predicado de dois lugares, por outro o critério, baseado na

reversibilidade dos NPs argumentais, proposto pelo autor para caracterização de sentenças com tal cópula, parece equivocada, quando aplicado ao PB, tal como indicado pelo comportamento assimétrico entre (65a)-(65b), de um lado, e (66a)-(66b)/(67a)-(67b), de outro. Para dar conta desta assimetria, poderíamos supor, com base no comportamento sintático de tais sentenças, que as copulares equativas se diferenciam das copulares identificacionais – diferentemente do que defendido por Stowell (1989), porém como propõe Higgins (1973 *apud* Heggie 1988) e Schmitt (1994) – e por isso estas últimas deveriam ser classificadas como copulares predicativas, no sentido de Moro (1993).

Quais os problemas de tal argumentação, quando expomos em detalhes os dados de (65) a (67) à argumentação de Moro, que acabamos de ver neste capítulo, e a de Martins (vista no capítulo anterior, seção 1.3.1), segundo a qual o lugar de pouso do sujeito em sintaxe visível (spec de  $\Sigma P$ , AgrsP ou TP) revela distinções semânticas relativas a juízos? Começemos por Moro. Segundo Moro, o fato de a extração do NP ser lícita apenas em (68c), porém não em (69c), é consequência do fato de que apenas em (68c) não há violação de Subjacência, uma vez que a extração se dá do NP predicado da mini-orção, e apenas neste caso (e não no caso de uma extração que se dê do NP sujeito, como em (69c)), os elos da cadeia ( $\beta$ , t) da configuração  $[XP[NP[... \alpha ...]]][XP[... \beta ...]]$  (que esquematiza a configuração relevante em (68)) se encontrariam entre dois segmentos de uma mesma projeção, e não entre duas projeções:



II.(68) **predicativa canônica**

- a. foi [NP1 [NP2O roubo do material] [NP1a causa do problema]]
- b. [o roubo do material] foi [NP1 [NP2 t] [NP1a causa do problema]]
- c. [De que problema]i, você acha que [o roubo do material]j foi [NP1 [NP2 t] [NP1a causa t]]?

II.(69) **predicativa inversa**

- a. foi [NP1 [NP2O roubo do material] [NP1 pro<sub>predic</sub>]]
- b. [iP a causa do problema [iP pro<sub>i</sub> foi [NP1 [NP2O roubo do material] [NP1 t]]]]
- c. \* [De que material]i, você acha que [iP a causa do problema [iP pro<sub>i</sub> foi [NP1 [NP2O roubo t] [NP1 t]]]]

Ora, se como indicado em (70), a extração em equativas é sempre lícita, logo a representação das sentenças em (70) deve ser aquela segundo a qual a extração se dá a partir de um NP predicado ((71) e (72)), e não de um NP argumento ((73) e (74)), o que implica que as equativas são predicativas canônicas, e, ao contrário do que proposto por Stowell (1989), também as equativas são mini-orações selecionadas por um predicado de um lugar:

II.(70)

- a. [De que mulher]i, você acha que o pai do Príncipe Charles é [o marido t]?
- b. [De que rapaz]i, você acha que o marido da Rainha é [o pai t]?

II.(71)

- a. é [<sub>NP1</sub> [<sub>NP2</sub> o pai do Príncipe Charles] [<sub>NP1</sub> o marido da Rainha]]
- b. [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> é [<sub>NP1</sub> [<sub>NP2</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>NP1</sub> o marido da Rainha]]
- c. [De que mulher]<sub>j</sub> você acha que [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> é [<sub>NP1</sub> [<sub>NP2</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>NP1</sub> o marido t<sub>j</sub>]]?

II.(72)

- a. é [<sub>NP1</sub> [<sub>NP2</sub> o marido da Rainha] [<sub>NP1</sub> o pai do Príncipe Charles]]
- b. [o marido da Rainha]<sub>i</sub> é [<sub>NP1</sub> [<sub>NP2</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>NP1</sub> o pai do Príncipe Charles]]
- c. [De que rapaz]<sub>j</sub> você acha que [o marido da Rainha]<sub>i</sub> é [<sub>NP1</sub> [<sub>NP2</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>NP1</sub> o pai t<sub>j</sub>]]

II.(73)

- a. [[<sub>NP1</sub> o pai do Príncipe Charles] [é [<sub>NP2</sub> o marido da Rainha]]]
- b. [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> é<sub>j</sub> [[<sub>NP1</sub> t<sub>i</sub>] [t<sub>j</sub> [<sub>NP2</sub> o marido da Rainha]]]
- c. [De que mulher]<sub>k</sub> você acha que [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> é<sub>j</sub> [[<sub>NP1</sub> t<sub>i</sub>] [t<sub>j</sub> [<sub>NP2</sub> o marido t<sub>k</sub>]]]

II.(74)

- a. [[<sub>NP1</sub> o marido da Rainha] [é [<sub>NP2</sub> o pai do Príncipe Charles]]]
- b. [o marido da Rainha]<sub>i</sub> é<sub>j</sub> [[<sub>NP1</sub> t<sub>i</sub>] [t<sub>j</sub> [<sub>NP2</sub> o pai do Príncipe Charles]]]
- c. [De que rapaz]<sub>k</sub> você acha que [o marido da Rainha]<sub>i</sub> é<sub>j</sub> [[<sub>NP1</sub> t<sub>i</sub>] [t<sub>j</sub> [<sub>NP2</sub> o pai t<sub>k</sub>]]]

## II.6. Equativas, identificacionais e predicativas com resumptivo sujeito

Se às equativas, identificacionais e predicativas sem resumptivo sujeito propusemos as configurações (68) a (74), o que dizer das estruturas às equativas, identificacionais e predicativas com resumptivo sujeito? Começemos por propor a tais estruturas as seguintes configurações:

### II.(75) *predicativas canônica (equativas)*

- a. [XP<sub>[NP o pai do Príncipe Charles]</sub> [IP ele<sub>i</sub> é [NP<sub>1</sub> [NP<sub>2</sub> t<sub>i</sub>] [NP<sub>1</sub> o marido da Rainha]]]].
- b. [XP<sub>[NP o marido da Rainha]</sub> [IP ele<sub>i</sub> é [NP<sub>1</sub> [NP<sub>2</sub> t<sub>i</sub>] [NP<sub>1</sub> o pai do Príncipe Charles]]]].

### II.(76) *predicativas canônica (a) e inversa (b)*

- a. [XP<sub>[NP os roubos dos materiais]</sub> [IP eles<sub>i</sub> foram [NP<sub>1</sub> [NP<sub>2</sub> t<sub>i</sub>] [NP<sub>1</sub> a causa do problema]]]].
- b. [XP<sub>[NP a causa do problema]</sub> [IP pro<sub>i</sub> foram [NP<sub>1</sub> [NP<sub>2</sub> os roubos dos materiais] [NP<sub>1</sub>t<sub>i</sub>]]]].

### II.(77) *identificacionais canônica (a) e inversa (b)*

- a. [XP<sub>[NP a Mary]</sub> [IP ela<sub>i</sub> é [NP<sub>1</sub> [NP<sub>2</sub> t<sub>i</sub>] [NP<sub>1</sub> a minha orientadora]]]].
- b. [XP<sub>[NP a minha orientadora]</sub> [IP pro<sub>i</sub> é [NP<sub>1</sub> [NP<sub>2</sub> a Mary] [NP<sub>1</sub>t<sub>i</sub>]]]].

No que tange às posições preverbiais, todas as representações acima são simétricas, uma vez que em todas elas os pronomes ocupam a posição [spec, IP], enquanto os NPs ocupam uma posição acima de [spec, IP]. Se contemplamos a proposta de Cardinaletti (1997) acerca das posições estruturais para sujeitos preverbiais, poderíamos pensar em estabelecer uma mesma estrutura sintática para todas. Entretanto, esta não será a análise

defendida neste trabalho, uma vez que há argumentos empíricos contra a análise da autora, como demonstrado abaixo.

### II.6.0. Contra Cardinaletti (1997)

A partir da observação e análise do comportamento e distribuição sintática de sujeitos fortes e fracos em linguas pro-drop e não-pro-drop, Cardinaletti – também com uma proposta na qual estão previstas duas posições para sujeitos preverbiais (assim como a de Martins – cf. capítulo I, subsecção I.3) –, propõe as configurações em (78), defendendo a idéia de que, para tipos diferentes de sujeitos (vale dizer, diferentes no que diz respeito à sua distribuição e comportamento sintáticos), há posições de especificador distintas:

II.(78) a.	[AgrP1 [Gianni/lui/egli] <sub>i</sub>	[AgrP2 t <sub>i</sub>	V <sub>fin</sub>	{...}
a'.		[AgrP2 [pro]	V <sub>fin</sub>	{...}
b.	[AgrP1 [John/he] <sub>i</sub>	[AgrP2 t <sub>i</sub>	Agr2	[V <sub>fin</sub> ...]
b'.		[AgrP2 [It]	Agr2	[V <sub>fin</sub> ...]
c.	[AgrP1 [Jean/lui] <sub>i</sub>	[AgrP2 t <sub>i</sub>	V <sub>fin</sub>	{...}
c'.		[AgrP2 [It]	V <sub>fin</sub>	{...}

Cardinaletti não só defende a hipótese de que, para sentenças românicas SV, a configuração pertinente é aquela na qual o sujeito lexical não está adjunto, porém ocupando uma posição de especificador (79)

II.(79)	[AgrP1 DP <sub>i</sub>	[AgrP2 [ t <sub>i</sub> ]	V <sub>fin</sub>	[VP t <sub>i</sub> ...]
---------	------------------------	---------------------------	------------------	-------------------------

como também, ao especular acerca da natureza das duas posições de sujeito propostas, propõe que a posição [spec, AgrP1] esteja reservada para os elementos a serem interpretados como sujeito de predicação (no sentido de Calabrese 1986)<sup>22</sup>. Nas palavras da autora:

*what seems to be put together subject DPs and fronted phrases is a semantic property: their being subjects of predication (see also Calabrese 1986:29 (...). If so, AgrP1 must contain a 'subject of predication' feature. AgrP1 would thus be SubjP, meaning that the Specifier of this projection defines the subject of predication (in Cardinaletti 1997:55).*

Para a defesa de tal idéia, Cardinaletti parte exatamente dos mesmos exemplos de copulares inversas de Moro (1993), os quais a autora reanalisa de modo a demonstrar que os NPs lexicais preverbais das copulares inversas ocupam a posição [spec, Agr1P]:

***copulares inversas, segundo Moro (1993)***

II.(80) [IP [NP la causa della rivolta] [IP pro<sub>i</sub> furono [NP1 [NP2 le foto del muro] [NP1<sub>t</sub>]]]].

***copulares inversas, segundo Cardinaletti (1997)***

II.(81) [Agr1P [DP la causa della rivolta]<sub>i</sub> [Agr2P pro<sub>expl</sub> furono [ [ le foto del muro] [ t<sub>i</sub>]]]].

Entretanto, ao serem confrontadas as conclusões de Calabrese (1986) à proposta de Cardinaletti, os resultados empíricos obtidos são insatisfatórios, uma vez que certas sentenças, que pela proposta da autora deveriam ser gramaticais, são agramaticais.

### II.6.1. A proposta de Calabrese (1986)

Tendo por objetivo investigar os fatores que regem a atribuição de um antecedente aos pronomes fortes e fracos (ou, em seus termos, acentuados e não-acentuados) do Italiano, Calabrese (1986) observa que, se os Princípios B e C da Teoria da Ligação (TL) permitem que sejam preditas as possíveis coindexações presentes em (82), o mesmo não se dá quando as estruturas a serem consideradas são aquelas presentes em (83) (na numeração de Calabrese, (7)-(10) e (14a), respectivamente):

- II.(82) a. \* Carlo<sub>i</sub> lo<sub>i</sub> loda sempre.  
 Carlo sempre elogia ele.
- b. Carlo<sub>i</sub> ha detto che Sandra lo<sub>i</sub> loda sempre.
- c. Carlo<sub>i</sub> ha detto che [pro]<sub>i</sub> andra a casa.
- d. \* [Pro]<sub>i</sub> ha detto que Carlo<sub>i</sub> andra a casa.
- II.(83) a. Poiché pro<sub>i</sub> ha visto quel film, Mário<sub>i</sub> si è spaventato.  
 Porque ele viu aquele filme, M. estava com medo.
- b. \* Poiché lui<sub>i</sub> ha visto quel film, Mário<sub>i</sub> si è spaventato.

Conforme observa Calabrese, se, por um lado, com base em Princípios da TL é possível derivar a gramaticalidade e agramaticalidade das sentenças em (82), por outro, nada com relação à assimetria entre *pro* e *lui* e respectivos antecedentes presente em (83) pode ser derivado a partir dos Princípios acima mencionados. Para além da assimetria presente em (83), Calabrese observa ainda mais dois fatores, que, com os exemplos anteriormente mencionados, compõem três faces, segundo o autor, de um mesmo fenômeno. Como

Calabrese aponta, diferentemente do que ocorre ao pronome-sujeito fraco de (84), o qual só pode tomar como antecedente um elemento em posição também sujeito (enquanto o forte toma para seu antecedente obrigatoriamente o NP objeto), um pronome fraco ou forte em posição objeto, como indicado em (85), pode tomar como seu antecedente quer um NP em posição-sujeito, quer um NP em posição-objeto:

- II.(84) a. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, pro<sub>i</sub>/r<sub>i</sub> era ubriaco.  
quando C. bateu em A., ele estava bêbado.
- b. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, lui<sub>j</sub>/r<sub>j</sub> era ubriaco.

- II.(85) a. Mentre Sandro<sub>i</sub> ritraeva Carlo<sub>j</sub>, Antonio lo<sub>i</sub> fotografava.  
enquanto S. retratava C., A. fotografava ele.
- b. Mentre Sandro<sub>i</sub> ritraeva Carlo<sub>j</sub>, Antonio fotografava lui<sub>j</sub>.

Por outro lado, como indicado pelo comportamento das sentenças em (86), sujeitos posverbiais do Italiano não podem ser nem antecedentes de pronomes fracos, nem de pronomes fortes:

- II.(86) a. \* Quando é arrivato Carlo<sub>i</sub>, pro<sub>i</sub> ha parlato.
- b. \* Quando é arrivato Carlo<sub>i</sub>, lui<sub>i</sub> ha parlato.
- c. \* Quando é arrivato Carlo<sub>i</sub>, l'ho presentato a Maria.
- d. \* Quando é arrivato Carlo<sub>i</sub>, ho presentato lui<sub>i</sub> a Maria.
- e. \* Quando pro<sub>i</sub> é arrivato, ha iniziato a parlare Carlo<sub>i</sub>.
- f. \* Quando lui<sub>i</sub> é arrivato, ha iniziato a parlare Carlo<sub>i</sub>.

- g. \* Dopo che l'ho incontrato, ha parlato Franco<sub>i</sub>.
- h. \* Dopo che ho incontrato lui<sub>i</sub>, ha parlato Franco<sub>i</sub>. (*in* Calabrese 1986:12-13)

Mesmo nos casos em que os NPs posverbais são sujeito de uma sentença matriz, e os pronomes se encontram na sentença subordinada correspondente, a co-referência entre o NP posverbal e o pronome não é licenciada:

- II.(87) a. \* Ha parlato Carlo<sub>i</sub> quando pro<sub>i</sub> é arrivato.
- b. \* Ha parlato Carlo<sub>i</sub>, dopo che l'ho incontrato.
- c. \* Ha parlato Carlo<sub>i</sub>, quando lui<sub>i</sub> é arrivato.
- d. \* Ha parlato Carlo<sub>i</sub>, dopo che ho incontrato lui<sub>i</sub>.

(*in* Calabrese 1986:13)

Entretanto, para todos os casos mencionados acima, estando o NP em posição preverbal nenhum comportamento agramatical no que diz respeito à coindexação entre NP e pronome é observado.

Procurando detectar primeiramente o que da natureza básica dos pronomes parece ser incompatível com a natureza básica dos sujeitos posverbais, Calabrese assume, como principal noção diferenciadora de sujeitos pré e posverbais, a noção de predicação, sustentando que sujeitos preverbais, contrariamente aos posverbais, são sujeitos de predicação (ou, segundo sua terminologia, são temas). Desse modo, tema é definido não nos moldes de Halliday (1967) – que o associa à noção de dado em oposição à novo –, mas sim como a expressão referencial que se refere a um referente sobre o qual algo é predicado, ou a expressão referencial predicada numa sentença predicativa, sendo tal

relação de predicação definida em termos sintático-configuracionais e restrita à predicação primária, como propõe Rothstein (1983). Como principal argumento para sustentar que apenas sujeitos preverbiais são sujeitos de predicação, Calabrese demonstra, com base nos exemplos em (88), que a negação é suportada apenas em sentenças SV, pois que apenas nestas há uma expressão referencial que se refere a um referente ao qual alguma propriedade lhe é afirmada ou, no caso, negada:

II.(88)

- a. ? Non é arrivatto Mario.
- b. ? Non é scoppiata una bomba.
- c. Mario non é arrivatto.
- d. Una bomba non é scoppiata. (in Calabrese 1986:19)

Segundo Calabrese, as apresentativas (88a) e (88b) só são gramaticais se interpretadas como negação da propriedade do evento, expresso pelo verbo + o sujeito posverbal:

II.(89) Non é scoppiata una bomba. É arrivatto Mario. (com alusão ao fato de Mario ser muitíssimo barulhento) (in Calabrese 1986:19)

Em resumo:

*the Thema will be the syntactic element of the predicational sentence, that in LF [i.e., logical form] is interpreted as the external argument of the predication (...). The presentational sentences, on the contrary, don't have a Thema, because there is not*

*a referential expression in them that refers to a referent of which a property is asserted or negated; and the presupposed event is not a referential expression (in Calabrese 1986:20)*

Uma vez diferenciadas as predicativas, com ordem SV, e as apresentativas, VS, a partir da noção de tema, Calabrese propõe como suas possíveis configurações em LF as representações (90) e (91) - (33) e (34) na numeração do autor -, observando, em consonância a Burzio (1981), que a representação (91), relativa às apresentativas, espelharia a propriedade destas de serem interpretadas como uma predicação vazia, sendo, na verdade, o sujeito pertencente ao predicado:

II.(90) ((Arg NP) (Pred VP))

II.(91) ((Arg ) (Pred VP NP))

Entretanto, apesar de atribuir (91) apenas às apresentativas, primordialmente formadas por verbos ergativos, Calabrese defende a extensão aos sujeitos posverbais dos demais verbos a propriedade de também não poderem ser interpretados como tema. Para tanto, vale-se do seguinte teste de controle de PRO: partindo de sentenças não-finitas participiais, gerundivas e infinitivas, cujo sujeito de suas respectivas sentenças-matriz é o controlador de PRO, o autor apresenta os seguintes exemplos:

**ordem SV em sentença-matriz com verbo [-ergativo]**

- II.(92) a. Appena PRO<sub>i</sub> uscito di casa, Carlo<sub>i</sub> l'ha vista.  
b. PRO<sub>i</sub> passeggiando nel parco, Carlo<sub>i</sub> l'ha abbracciata.  
c. Dopo PRO<sub>i</sub> aver conosciuto Sandra, Mario<sub>i</sub> l'ha lasciata.

**ordem VS em sentença-matriz com verbo [-ergativo]**

- II.(93) a. \* Appena PRO<sub>i</sub> uscito di casa, l'ha vista Carlo.  
b. \* PRO<sub>i</sub> passeggiando nel parco, l'ha abbracciata Carlo.  
c. \* Dopo PRO<sub>i</sub> aver conosciuto Sandra, l'ha lasciata Mario.

**ordem VS em sentença-matriz com verbo [+ergativo]**

- II.(94) \* Appena PRO<sub>i</sub> uscito di casa, è caduto Giovanni.

Uma vez já comprovado, por um lado, que sujeitos preverbais são interpretados como tema, o autor infere, com o exemplo (92), em oposição a (93) e (94), que temas são controladores. Por outro lado, o comportamento similar entre sujeitos posverbais de apresentativas-matriz (v. (94)) e sujeitos posverbais de não apresentativas-matriz (v. (93)) no que diz respeito ao fato de ambos não poderem ser controladores tem a inevitável consequência: sujeitos posverbais de quaisquer verbos não são temas.

A noção de tema, além de ser, como observado acima, a noção pertinente para a diferenciação entre sujeitos pré e posverbais, é também fundamental para Calabrese tratar da distribuição complementar existente entre as duas séries pronominais (forte e fraca) do Italiano. O autor observa que, se por um lado quaisquer pronomes (i.e. expressões referenciais que não possuem referente inerente) precisam tomar como seu referente o referente a que se refere uma expressão referencial, por outro lado, ele afirma que os pronomes fracos do Italiano em posição sujeito tomam sempre como antecedente um tema:

- II.(95) a. Poiché pro<sub>i</sub> ha visto quel film, Mário<sub>i</sub> si é spaventato.  
Porque ele viu aquele filme, M. estava com medo.
- b. \* Poiché lui<sub>i</sub> ha visto quel film, Mário<sub>i</sub> si é spaventato.

Partindo de Rothstein (1983), o autor sugere que predicado primário, tema e domínio de um tema (ou domínio-T) devem ser da seguinte forma definidos:

***predicato primário***

*x* is a primary predicate of *y* if and only if *x* and *y* form a constituent which is either  $\theta$ -marked or [+INFL]

***Tema***

The Thema is the subject of a primary predication

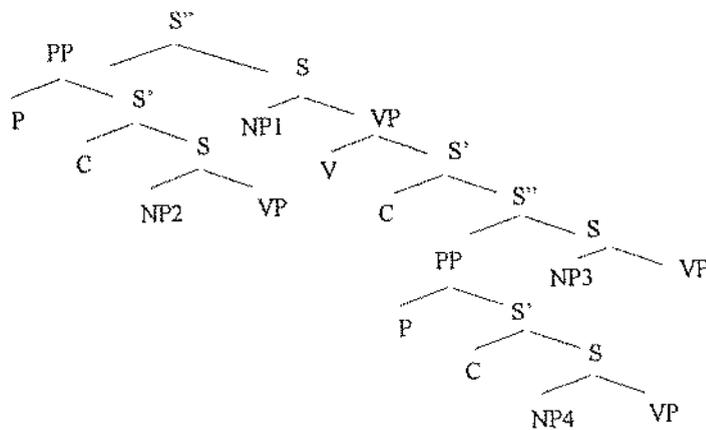
***Domínio-T***

The T-domain of Thema is given by the c-domain of its predication

(in Calabrese 1986:27)

Com base em tais definições, o autor explica, com base na formalização em (96), o comportamento dos exemplos em (84), abaixo repetidos em (97):

II.(96)



- II.(97) a. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, pro/<sub>i</sub> era ubriaco,  
quando C. bateu em A., ele estava bêbado.
- b. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, lui/<sub>i</sub> era ubriaco.

(in Calabrese 1986:28)

Para dar conta da gramaticalidade de (97a), é necessário entender que na configuração (96) são temas NP1 (i.e., *pro* em (97a)) e NP2 (i.e., Carlo na mesma estrutura), assim como NP3 e NP4; porém, no domínio-T de NP1 está toda a sentença (e, assim, todos os NP tema), uma vez que o predicado de NP1 c-comanda a adverbial anteposta e contém a completiva seguinte. Para dar conta tanto de (97) quanto de (98) e similares, o autor acrescenta ainda o princípio segundo o qual em um domínio-T, um pronome não-acentuado em posição de tema deve tomar como antecedente somente um tema de um predicado adjacente ao predicado que o contém, derivando, assim, o comportamento da distribuição dos pronomes fracos:

II.(98) \* [[Dopo che Mario ha detto [che Sandra è una stupida]] pro, si é arrabiata]

Note-se que esta proposta de Calabrese vem capturar a idéia, já abordada por Duranti (1980), de que a distinção entre (99) e (100) abaixo reside no fato de os referentes de pronomes fortes em posição sujeito, diferentemente dos fracos nesta mesma posição – que tomam por antecedente temas –, terem interpretação contrastiva, no sentido de contrastarem com o que é esperado para desempenhar o papel que o pronome desempenha no evento descrito na sentença (cf. Calabrese 1986:7):

II.(99) pro é venuto.

II.(100) Lui é venuto.

Finalmente, quanto aos sujeitos posverbiais em apresentativas e a impossibilidade destes de se comportarem como antecedentes quer de pronomes fracos, quer de pronomes fortes, como mencionado anteriormente com os exemplos em (86) e (87), Calabrese observa: se pronomes em geral tomam por antecedente uma expressão referencial qualquer, e os fracos em especial tomam por tal um tema, então tais sentenças, expressas sob a ordem VS, não portam nenhum antecedente pronominal em potencial, pois que não apresentam nem tema, uma vez que não consistem em uma predicação primária, nem expressão referencial alguma, visto que não constitui uma expressão referencial o evento expresso por essas estruturas, como já devidamente comentado segundo a configuração em (91).

### II.6.2. O confronto entre Calabrese (1986) e Cardinaletti (1997)

Aplicando a hipótese de Cardinaletti (1997) – relativa às copulares inversas do Italiano – à proposta de Calabrese (1986), deveríamos esperar que, em uma estrutura como (101), o pronome fraco, *pro*, tomasse como antecedente o sintagma **la causa della rivolta** (note-se que a estrutura (101) consiste em uma combinação entre a estrutura (76), de Cardinaletti – abaixo repetida como (102) –, e a estrutura (1), de Calabrese – anteriormente mencionada como (84) e abaixo repetida como (103)):

II.(101) Essendo la causa della rivolta la politica di importazione instaurata nel 1996, *pro* è stata eliminata.

II.(102) Essendo la causa della rivolta Gianni e Maria...

II.(103) Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>k</sub>, *pro*<sub>i/k</sub> era ubriaco.

Afinal, segundo Cardinaletti, **la causa della rivolta** ocupa a posição de especificador (i.e., [spec, Agr1P]) que deve abrigar os sintagmas que checarão seu traço **sujeito da predicação** junto ao traço **sujeito da predicação** do núcleo relativo a este especificador (i.e., Agr1°). Se (i) para a autora, a noção de sujeito da predicação deve ser interpretada conforme propõe Calabrese (1986) e (ii) segundo Calabrese (1986), *pro* toma o sujeito da predicação como antecedente, então a coindexação expressa em (104) seria a esperada:

II.(104) Essendo [la causa della rivolta]<sub>i</sub>: [la politica di importazione instaurata nel 1996]<sub>k</sub>, *pro*<sub>i/k</sub> è stata eliminata.

Entretanto, com relação a (101), o julgamento de falantes nativos do Italiano é o de que (104) é uma estrutura agramatical, sendo (105) a representação gramatical:

II.(105) Essendo [la causa della rivolta]i [la politica di importazione instaurata nel 1996]k, pro<sub>ik</sub> è stata eliminata.

Logo, ao tomar o sintagma precopular das copulares invertidas como sujeito da predicação, o modelo de análise proposto por Cardinaletti prevê como gramatical uma estrutura que não o é.

### II.6.3. As análises de Calabrese e Cardinaletti aplicada ao PB

Assumindo que em PB o pronome lexical em posição sujeito é um pronome fraco (assim como o é a categoria vazia *pro* do Italiano), a transposição para o PB de alguns dos exemplos apresentados por Calabrese leva a observação de que, da mesma forma que em Italiano, em PB pronomes fracos tomam temas e apenas temas como antecedentes. Vejamos os exemplos em (84) – abaixo repetidos como (106):

III.(106) a. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, pro<sub>i/1</sub> era ubriaco.  
b. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, lui<sub>i/1</sub> era ubriaco.

Como observa Calabrese, o pronome fraco *pro* só pode tomar como antecedente o NP tema da sentença adverbial preposta à matriz (i.e., o NP *Carlo*, que se encontra em posição sujeito sob ordem SV).

E o que vemos em PB com base em um exemplo similar? Observe-se o exemplo abaixo (note-se que, por hora, assumiremos que em PB não se encontra a visível distinção fônica, que há em Italiano, entre os pronomes fracos e fortes, mas, ao contrário, um quadro pronominal no qual o pronome forte é quase homófono ao pronome fraco nominativo; portanto, para melhor compreensão dos exemplos em PB, os pronomes fortes serão escritos com a primeira letra em maiúsculo):

- III.(107) a. Quando [o Michelangelo], [ele] terminou [o Moisés], [Ele] falou<sub>[intransit.]</sub>.  
b. \* Quando [o Michelangelo], [ele] terminou [o Moisés], [ele] falou<sub>[intransit.]</sub>.

Na emissão de (107a), espera-se não só a pronúncia plena do pronome na sentença matriz, assim como uma pausa entre esta e a sentença adverbial. Dando-se deste modo a emissão, a interpretação imediata que se toma frente à estrutura é a de que o referente do pronome lexical da matriz é o NP *Moisés*. Por isso, é possível interpretar nesta estrutura o verbo *falar* em seu sentido intransitivo (i.e., como equivalente a *ter a capacidade de se expressar verbalmente*). Isto porque, por parecer um ser humano, e não mais uma representação deste, Moises, uma vez concluído, portaria a capacidade de se expressar pela fala. Por outro lado, em (107b) o pronome fraco, cuja emissão é débil e sem pausa que o anteceda, é interpretado como coindexado ao tema da oração adverbial. Em virtude de ser feita desta forma a interpretação e a conseqüente coindexação entre o pronome fraco da matriz e o tema da sentença adverbial em (107b), a interpretação do verbo *falar* como intransitivo não é cabível. Afinal, não corresponde ao nosso conhecimento o fato de que Michelangelo era mudo até o último momento em que terminava a famosa estátua, e o deixou de ser no momento exato em que a concluiu. Ao contrário, por admitirmos que o escultor tinha a capacidade de se expressar

verbalmente, e já a exercitava muito antes de começar ou terminar a estátua, tomamos o verbo *falar* em seu sentido transitivo, e a interrupção da sentença antes de o complemento verbal (ou uma estrutura de discurso direto) ser explicitado impede a adequada interpretação da estrutura. Tanto é assim que, estando o complemento de falar explícito, como indicado em (108), a estrutura (107b), e não mais a (107a), passa a ser interpretada adequadamente:

- III.(108) a. \* Conta a lenda que quando [o Michelangelo]<sub>i</sub> [ele]<sub>j</sub> terminou [o Moisés]<sub>i</sub>, [Ele]<sub>j</sub> falou: "Parla!"
- b. Conta a lenda que quando [o Michelangelo]<sub>i</sub> [ele]<sub>j</sub> terminou [o Moisés]<sub>i</sub> [ele]<sub>j</sub> falou: "Parla!"

Também ao serem aplicados às copulares do PB os testes vistos anteriormente em copulares do Italiano, os resultados obtidos indicam que em predicativas equativas e canônicas do PB (v. (109) e (110)) o NP precopular se comporta como sujeito da predicação, contrariamente ao que ocorre às copulares inversas (v. (111)):

II.(109) ***copular equativa***

- a. [O pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> [ele]<sub>j</sub> é o marido da Rainha.
- a'. Embora [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> seja [o marido da Rainha]<sub>k</sub>, [ele]<sub>j/rk</sub> não tem direito ao trono.
- a". Embora [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> [ele]<sub>j</sub> seja [o marido da Rainha]<sub>k</sub>, [ele]<sub>j/rk</sub> não tem direito ao trono.
- a". Mesmo sendo [o pai do Príncipe Charles]<sub>i</sub> [o marido da Rainha]<sub>k</sub>, [ele]<sub>j/rk</sub> não tem direito ao trono.

- b. [O marido da Rainha]<sub>i</sub> [ele]<sub>i</sub> é o pai do Príncipe Charles.
- b'. Embora o [o marido da Rainha]<sub>i</sub> seja [o pai do Príncipe Charles]<sub>k</sub>, [ele]<sub>i/k</sub> não tem direito ao trono.
- b". Embora o [o marido da Rainha]<sub>i</sub> [ele]<sub>i</sub> seja [o pai do Príncipe Charles]<sub>k</sub>, [ele]<sub>i/k</sub> não tem direito ao trono.
- b'''. Mesmo sendo [o marido da Rainha]<sub>i</sub> [o pai do Príncipe Charles]<sub>k</sub>, [ele]<sub>i/k</sub> não tem direito ao trono.

II.(110) ***copular canônica***

- a. [A política de importação de 1996]<sub>i</sub> [ela]<sub>i</sub> foi a causa da revolta.
- b. Uma vez que [a política de importação de 1996]<sub>i</sub> tinha sido [a causa da revolta]<sub>k</sub>, [ela]<sub>i/k</sub> foi eliminada.
- c. Uma vez que [a política de importação de 1996]<sub>i</sub> [ela]<sub>i</sub> tinha sido [a causa da revolta]<sub>k</sub>, [ela]<sub>i/k</sub> foi eliminada.
- d. Tendo sido [a política de importação de 1996]<sub>i</sub> [a causa da revolta]<sub>k</sub>, ela<sub>i/k</sub> foi eliminada.

II.(111) ***copular inversa***

- a. \* [A causa da revolta]<sub>i</sub> [ela]<sub>i</sub> foi a política de importação de 1996.
- b. Uma vez que [a causa da revolta]<sub>i</sub> tinha sido [a política de importação de 1996]<sub>k</sub>, [ela]<sub>i/k</sub> foi eliminada.
- c. Tendo sido [a causa da revolta]<sub>i</sub> [a política de importação de 1996]<sub>k</sub>, ela<sub>i/k</sub> foi eliminada.

Assim sendo, apenas os NPs precopulares de predicativas canônicas e equativas devem ocupar a posição de especificador reservada a sujeitos de predicação – na terminologia de Cardinaletti, [spec, Agr1P] –, ao passo que, aos NPs precopulares de copulares inversas, deve ser reservada uma outra posição (que admitiremos ser a posição de adjunção a [spec, IP], como propõe Moro (1993)<sup>23</sup>.

## II.7. Conclusão do capítulo

Os resultados mostrados acima parecem apontar francamente para a pertinência da generalização apresentada no início deste capítulo, cuja confirmação (ou não) consistia no propósito desta investigação acerca de copulares do PB:

### II.(112) *Generalização*

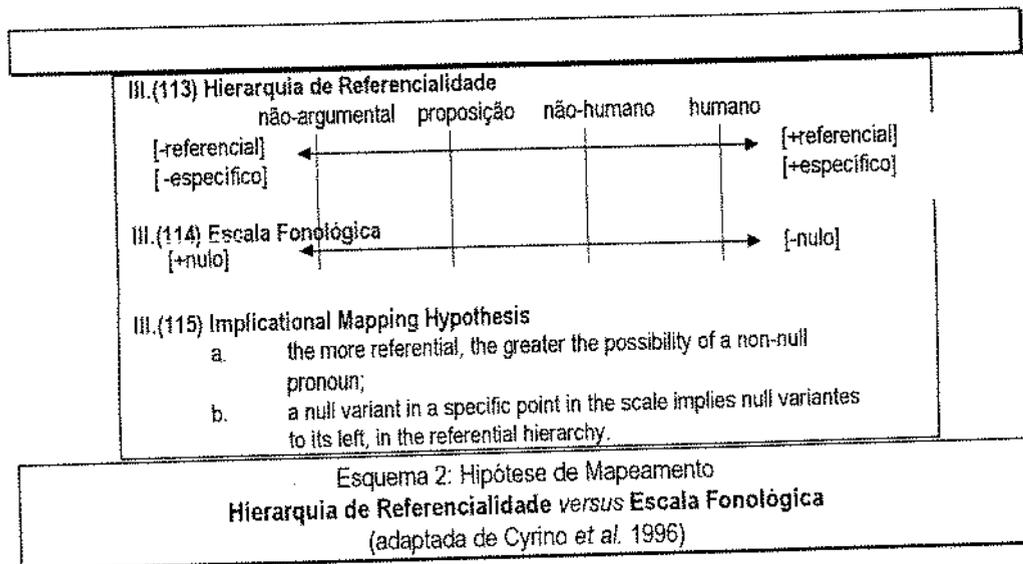
*Sentenças predicativas com deslocado à esquerda coindexado ao resumptivo sujeito serão bloqueadas no PB toda vez que o NP deslocado não puder ser interpretado como sujeito do juízo categórico, ou sujeito da predicação.*

Entretanto, permanecem as seguintes questões:

- (a) por que o pronome em estruturas canônicas é lexicalizado, enquanto em inversas o pronominal é nulo?
- (b) os pronomes lexicalizados nas copulares canônicas são pronomes realmente fracos ou não?
- (c) há, de fato, em PB uma série de pronomes fracos homófono aos fortes?

Primeiramente, o fato de os resumptivos lexicalizados deverem não aparecer em sentenças predicativas inversas pode ser consequência do fato de que o paradigma de pronomes da língua não dispõe de formas pronominais lexicalizadas de caráter [+predicativo], i.e. um pronome lexical [+predicativo], correspondente ao pronominal lexicalizado de natureza [+referencial] presente em estruturas canônicas.

Como já demonstrado por Cyrino, Duarte & Kato (1996), ao ser comparado com línguas francamente pro-drop, o PB atual, no que diz respeito aos DPs *objeto*, se comporta, por um lado, como uma língua não pro-drop (tipo-Inglês), em contextos amplamente referenciais, mas, por outro lado, como uma língua pro-drop (tipo-Espanhol) em contextos [-referenciais]. Segundo as autoras, ao relacionar paralelamente a hierarquia de referencialidade, em (113), à escala fonológica, em (114), a seguinte hipótese de mapeamento, em (115), pode ser estabelecida (v. Esquema 2). Assim delineada, a generalização proposta por Cyrino *et al.* (1996), uma vez estendida a DPs *sujeito* (nos termos da Teoria do Caso), não só explica o paradigma em (116), como também nos dá suporte para defender a afirmativa de que pronomes não-argumentais/predicativos em PB são de natureza nula<sup>24</sup>.



II.(116)PB

'cê<sup>25</sup> mandou a carta?

pro chove.

Espanhol

pro enviaste la carta?

pro llove.

Inglês

did you send the letter?

it rains?<sup>26</sup>

Quanto ao fato de os resumptivos presentes nas estruturas abordadas neste trabalho serem pronomes fracos ou não, esta é uma questão que pode ser relacionada a uma outra: como derivar o fato de estruturas SV do PE serem interpretativamente equivalentes às estruturas com NP deslocado à esquerda + resumptivo sujeito do PB? A responder estas perguntas, dedicamos o próximo capítulo deste trabalho.

## II.8. Notas

---

<sup>1</sup> No capítulo III deste estudo, serão apresentados não só (a) mais argumentos em defesa de (i), como também (b) argumentos contra a hipótese (ii); a argumentação contrária a hipótese (iii) será apresentada no capítulo IV.

<sup>2</sup> A esta generalização, que será devidamente refinada ao final deste capítulo e no decorrer do próximo, devemos acrescentar a idéia presente nas seções anteriores, expressa na generalização em (1) abaixo:

- (1) Sentenças com deslocado à esquerda coindexado ao resumptivo sujeito serão bloqueadas no PB toda vez que uma interpretação de predicação ordinária não puder ser extraída da construção, pois a construção codifica um juízo tético.

Entretanto, uma vez já tendo demonstrado no capítulo anterior que os dados do PB então apresentados (em confronto com os do PE, de Martins (1994) e com os do Inglês e outras linguas, de Sasse (1987)) parecem confirmar (1), concentrarei minha atenção no momento em testar a pertinência da generalização a que esta nota se refere.

<sup>3</sup> O uso de exemplos do PB nos quais houvesse diferenças mórficas (de gênero ou número) visíveis entre NP1 e NP2 me foi sugerido por Anna Cardinaletti (comunicação pessoal) a exemplo do que faz Moro (1993).

---

<sup>4</sup> Este muito apropriado exemplo de equativa me foi sugerido por Carlos Mioto (comunicação pessoal).

<sup>5</sup> Em seu texto, Stowell (1989:255) equipara, portanto, exemplos como (1) a exemplos como (2) (na numeração do autor, (42b); (43)), o que equivale a dizer que o autor não diferencia copulares equativas (1) de copulares identificacionais (2), diferentemente, portanto, do que faz Higgins (1973). Voltaremos ao final deste capítulo à pertinência ou não da diferenciação de tais copulares no que diz respeito às copulares do PB que serão abordadas neste trabalho:

- (1) a. The morning star is the evening star.
- b. The evening star is the morning star.
- (2) a. That teacher over there is my great aunt.
- b. My great aunt is that teacher over there.

<sup>6</sup> Deixemos de lado, por enquanto, os exemplos em (3b)-(3b'), pois serão tratados mais adiante. Cf. nota 8.

<sup>7</sup> O autor menciona também o comportamento anômalo de sentenças não copulares *versus* sentenças copulares no que diz respeito à assimetria sujeito-objeto frente ao chamado efeito *that-t*, como também frente a alçamento de quantificador.

<sup>8</sup> Na bibliografia presente em Moro (1993) não consta Stowell (1989). Neste, conforme expusemos anteriormente, Stowell propõe que, em copulares identificacionais, a cópula não

é um predicado de um só lugar que subcategoriza uma mini-orção, mas um predicado de dois lugares. Stowell, entretanto, não observa as restrições sintáticas que Moro aponta acerca de extração de NP encaixado no NP sujeito *versus* NP encaixado no NP objeto nas chamadas copulares identificacionais. Conforme já mencionado (cf. nota 5), exemplos como (3b) e (3b'), que serão tratados a seguir, serão o ponto de partida para a comparação que faremos mais detalhadamente adiante entre as propostas de Stowell (1989) e Moro (1993).

<sup>9</sup> Para o paradigma (16) – abaixo repetido como (1)

- (1) a. [Which picture]<sub>i</sub> do you think [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> was [<sub>sc</sub> t<sub>i</sub> the cause of the riot]]?  
 b. \* [Which picture]<sub>i</sub> do you think [<sub>IP</sub> [the cause of the riot]<sub>i</sub> was [<sub>sc</sub> t<sub>i</sub> t<sub>j</sub>]]?

Moro aponta um possível contra-exemplo. Contra a idéia da impossibilidade de movimento A' por sujeitos de copulares inversas (tendo em vista que apenas um vestígio interno à frase copular pode ser apropriadamente regido), Moro apresenta a sentença (2):

- (2) [what]<sub>i</sub> do you think [a picture of the wall]<sub>j</sub> was [<sub>sc</sub> t<sub>i</sub> t<sub>j</sub>]

Para (2) Moro propõe a configuração em (3):

- (3) [what]<sub>i</sub> do you think [a picture of the wall]<sub>j</sub> was [<sub>sc</sub> t<sub>i</sub> [<sub>NP</sub> (t<sub>j</sub>) D° t<sub>j</sub>]]

Assim, ao tomar a configuração em (3), o problema de não-regência do vestígio do elemento-Q presente em (1b) não mais é encontrado, uma vez que em (3), o vestígio de *what* é apropriadamente regido por D<sup>o</sup>.

<sup>10</sup> Frente a esta segunda solução, Moro observa que "a sfavore di questa ipotesi, però, sta il fatto che la struttura ad aggiunta non spiegherebbe come è possibile sollevare un solo NP, come accade nelle frasi copulari: occorrerebbe stipulari che la struttura ad aggiunta è 'trasparente' al movimento di una sua sottoparte, contraddicendo in un certo senso la nozione stesa di aggiunta" (in Moro 1993:25). O autor observa, ainda, que para o escopo de seu trabalho é suficiente concluir que (i) a violação contida no paradigma (18) se deve à violação da condição de Subjacência e que (ii) por um motivo qualquer tal restrição não se aplica à extração de um NP encaixado no NP predicativo quando este está *in situ*.

<sup>11</sup> Observe-se que a estrutura (22b) – abaixo repetida como (1) – obedece à configuração presente em (26b), resultando em uma configuração como (2):

- (1) John considers [the cause of the riot \*(to be) a picture of the wall].  
 (2) John considers [<sub>IP</sub> [<sub>NP</sub> la causa della rivolta] [<sub>IP</sub> pro<sub>i</sub> to be [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> le foto del muro] t<sub>j</sub>]]]

<sup>12</sup> Ao contrário de Moro (1993) – que defende a configuração em (1) para (23c) –, Cardinaletti (1997) propõe para (23c) uma configuração como em (2):

- (1) [<sub>IP</sub> [<sub>NP</sub> la causa della rivolta] [<sub>IP</sub> pro<sub>i</sub> sono [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> le foto del muro] t<sub>j</sub>]]]  
 (2) [<sub>AGR1P</sub> [<sub>DP</sub> la causa della rivolta] [<sub>AGR2P</sub> pro sono [Gianni e Maria t<sub>j</sub>]]]

---

Para Cardinaletti, o movimento do DP predicativo é motivado pela natureza de sujeito da predicação (no sentido de Calabrese (1986)) deste elemento, que migra para a posição [spec, Agr1P], onde sintagmas com tal natureza têm seus traços checados. (Ao final deste capítulo, voltaremos a Cardinaletti (1997), com argumentos contrários à sua análise).

<sup>13</sup> Note-se que, ao comparar (28) e (29), vê-se que, como defende Moro, a categoria vazia *pro* predicativo é licenciada pelos traços de concordância do NP sujeito (v. capítulo III deste estudo, para uma breve discussão acerca da ausência da categoria *pro* [+referencial] em sentenças não-finitas, segundo a proposta de Soriano (1989)).

<sup>14</sup> Moro assume em sua análise que *pro* predicativo não é facultativo, mas, pelo contrário, obrigatório. Por defender que *pro* sujeito e *pro* predicativo, apesar de se diferenciarem no que diz respeito a seus traços de concordância, conforme observamos com base nos exemplos (27) e (28), são, em última instância, um mesmo elemento disponível em uma dada gramática, Moro sugere ser *pro* sempre obrigatório, independentemente da função gramatical que desempenhe. Em outras palavras, se a representação apresentada em (26a), abaixo repetida como (1)

(1) a. [IP *pro*, sono [sc *io* t]]

é correta, isso implica que a posição [spec, IP] em Italiano está sempre preenchida por um *pro*, o que equivale dizer que um NP preverbal em Italiano está sempre adjungido a IP. Esta proposta de Moro é bastante compatível com a proposta de Soriano (1989). A autora, ao tratar dos pronomes nominativos do Espanhol, propõe serem estes gerados em adjunção à

sentença, na posição deslocada de TOP, enquanto o sujeito é ocupado por *pro*, um pronome fraco. O fenômeno seria o mesmo da reduplicação do clítico em posição objeto:

(2) Yo<sub>i</sub> [*pro*<sub>i</sub> AGR<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> Cl<sub>i</sub> V *pro*<sub>j</sub>] a e<sub>i</sub>]

Como veremos no capítulo III deste estudo, a compatibilidade entre essas duas abordagens nos será de grande valia, uma vez que, ao tratar das propriedades do pronome resumptivo-sujeito do PB, assumiremos a proposta de Kato *et al.* (1996), que é baseada em Soriano, segundo a qual, como já mencionado no capítulo anterior deste trabalho, "em PB ao lado do pronome fraco *pro*, caindo em desuso, temos um sistema (...) em que o pronome forte é quase homófono ao pronome fraco nominativo (...) (cf. Lyons, 1975, com proposta semelhante para dois "there", um forte e um fraco)" (in Kato *et al.* 1996:262).

<sup>15</sup> Pelo contrário, o que acontece no PB é que parece ser possível frontear o predicado independentemente da presença ou ausência da cópula. Frente aos dados (33) e (34) duas hipóteses poderiam ser levantadas preliminarmente: (i) (33b) e (34b) são copulares-inversa cuja posição ocupada pelo NP predicado não é [spec, IP]; (ii) (33b) e (34b) não são copulares-inversa, mas canônica, da mesma forma que (33a) e (34a) o são. Estas hipóteses, entretanto, não devem ser consideradas mais do que preliminares, uma vez que não contemplam, em sua formulação, qualquer observação sobre o infinitivo flexionado – presente no PB, porém ausente no Inglês – e as repercussões configuracionais, proveniente de sua presença, em estruturas como (33) e (34), como já apontado por Raposo e Uriagereka (1995). Voltaremos no capítulo III à análise destes autores.

---

<sup>16</sup> No capítulo IV, discutiremos a exata posição ocupada pelo NP preverbal de tais copulares.

<sup>17</sup> A título de simplificação da exposição, não será discutida neste capítulo a exata posição sintática ocupada pelo NP deslocado no esqueleto sintático. Esta informação será devidamente apresentada no capítulo deste trabalho relativo à formalização das estruturas aqui abordadas. Entretanto, antecipando a análise a ser desenvolvida no capítulo IV deste estudo, a configuração proposta será aquela em que o NP precopular é gerado na base em uma posição de especificador acima da projeção IP, sendo o pronome alçado de sua posição de base à posição [spec, IP].

<sup>18</sup> Como apontam Heycock & Kroch, para se derivar a agramaticalidade de (50b) em comparação à gramaticalidade de (50a), poder-se-ia argumentar no sentido de que, diferentemente do que ocorre em (50a) – onde o movimento do sintagma nominal *John* é justificado pela necessidade de atribuição de Caso nominativo a tal sintagma por I<sup>o</sup> –, em (50b) o alçamento do sintagma adjetival *proud of his daughters* seria de natureza vácuca com relação à atribuição de Caso.

<sup>19</sup> Mesmo quando igualados os NPs genitivos sob a forma NP PP, os resultados obtidos são idênticos aos de (57) a (59), sendo todas as sentenças gramaticais:

- (1) a. The father of Prince Charles is the husband of The Queen.  
b. The husband of The Queen is the father of Prince Charles.
- (2) a. The father of Prince Charles and the husband of The Queen are  
the same person.

- 
- b. The husband of The Queen and the father of Prince Charles are the same person.
- (3) a. [Which woman] do you think the father of Prince Charles is [the husband of t<sub>i</sub>]?  
 b. [Which young man] do you think the husband of The Queen is [the father of t<sub>i</sub>]?

<sup>20</sup> Note-se que, com dito anteriormente, para explicar a oposição entre (1a) e (1b), poder-se-ia alegar que (i) em (1a) o alçamento do NP *John* seria devido a Caso e, por isso, (ii) sendo o alçamento de um sintagma adjetival bloqueado por questões de Caso, (1b) seria agramatical, por violar este bloqueio; entretanto, como advogam Heycock e Kroch, esta explicação deveria também explicar a agramaticalidade de (1c), mas não o faz:

- (1) a. John is proud of his daughters.  
 b. \* Proud of his daughters is John.  
 c. Proud of his daughters is what John is.

<sup>21</sup> Vale lembrar que, para o Inglês, o próprio Moro já observou que nesta língua o NP predicativo precopular ocupa mesmo a posição [spec, IP]. Portanto esta argumentação de Heycock e Kroch não se opõe diretamente a Moro. Entretanto, de fato, a oposição em (1) apontada por esses autores não é diretamente derivada da análise proposta por Moro:

- (1) a. \* Intelligent is John.  
 b. Intelligent is what John is.

---

<sup>22</sup> Como veremos em detalhes no capítulo IV deste estudo, a noção de tópico, proposta por Kuroda (1992), é bastante compatível com a noção de sujeito da predicação, proposta por Calabrese (1986), principalmente ao ser a análise de Calabrese, que tem por base a análise de predicação, de Rothstein (1983), reformulada a partir da crítica de Heycock (1994).

<sup>23</sup> V. capítulo IV, para uma discussão mais aprofundada acerca desta matéria.

<sup>24</sup> Apesar de recuperar a franca tendência de as línguas de sujeito nulo terem em geral expletivos nulos, a generalização, proposta por Cyrino *et al.* aos pronomes acusativos e aqui estendida aos pronomes nominativos, não explica o Galego, uma língua de sujeito nulo com expletivo lexicalizado (cf. Raposo & Uriagereka 1990). Entretanto, como aponta Rizzi (1997), a franca tendência supracitada pode ser descrita nos termos de que elementos nulos são dados diretamente pela Gramática Universal (UG). Assim, se reformulado enquanto uma restrição que obriga o uso de *pro* sempre que possível, o princípio *Evite Pronome* (i.e., *Avoid Pronoun Principle*) pode ser entendido como uma maximização do uso de entidades puras da UG. Sendo tal princípio de economia não só atuante na construção da representação lingüística, mas também na constituição do inventário lexical das línguas, a presença de expletivos foneticamente manifestos em línguas pro-drop pode ser encarada como um reflexo da arbitrariedade comumente presente no domínio relativo a escolhas lexicais que compõem o léxico das línguas naturais. (Para uma abordagem similar à derivação do princípio *evite pronome* presente em Rizzi 1997, v. no capítulo III deste estudo a proposta de Soriano 1989).

---

<sup>25</sup> Cf. exemplo (49), na seção I.4.2 deste trabalho, acerca da proposta de Kato *et al.* (1996) para uma tipologia de pronomes fracos/fortes no PB atual.

<sup>26</sup> Sobre esta matéria, v. a proposta de Figueiredo Silva (1996), resumidamente apresentada no próximo capítulo deste estudo.

## Capítulo III

### Pronomes fortes e fracos e construções com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito no PB

---

#### III.0. Introdução

Conforme visto no capítulo I deste trabalho, a comparação entre sentenças SV do PE (v. Martins 1994 e Sasse 1987) e sentenças com NP em posição DE + resumptivo lexicalizado em posição sujeito do PB indicou que tais estruturas são interpretativamente equivalentes (i.e. as estruturas SV do PE são interpretadas como codificação sintática de juízo categórico, da mesma forma que as com NP em posição DE acompanhado por resumptivo sujeito do PB o são). Para confirmar a descrição segundo a qual sentenças com NP em posição DE do PB são interpretadas como expressão sintática de juízo categórico, dedicamos o capítulo II do presente trabalho à aplicação de testes sintáticos (especificamente, de distribuição de resumptivos-sujeito lexicalizados e extração de constituintes internos a NPs) em sentenças copulares predicativas canônicas e inversas do PB. Dos resultados obtidos destes testes, concluímos que sentenças predicativas com deslocado à esquerda coindexado ao resumptivo sujeito são bloqueadas no PB sempre que

o NP deslocado não pode ser interpretado como o constituinte sintático a ser interpretado no componente apropriado como sujeito do juízo categórico

Para derivar o fato de sentenças SV do PE serem equivalentes, do ponto de vista interpretativo, às sentenças com NP em posição DE + resumptivo sujeito do PB será desenvolvida neste capítulo a hipótese de que sentenças SV do PE e sentenças com NP em posição DE + resumptivo sujeito do PB têm mesma interpretação porque projetam um mesmo esqueleto sintático, residindo a diferença entre tais configurações na natureza nula ou lexical do pronome fraco nominativo de tais línguas. Exemplificando, para as sentenças em (1), já anteriormente apresentadas (v. capítulo I, subseção I.3.1 e I.4.1), procuraremos defender às configurações em (2):

- III.(1) a. A Joana telefonou. (PE)  
 b. A Joana ela telefonou. (PB)

- III.(2) a. [XP [A Joana]<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> pro<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> telefonou]] (PE)  
 b. [XP [A Joana]<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> ela<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> telefonou]] (PB)<sup>1</sup>

O presente capítulo será da seguinte forma estruturado: primeiramente, serão discutidas as propostas acerca de pronomes fracos de línguas pro-drop, com base nas propostas de Soriano (1989), Cardinaletti e Starke (1993), Barbosa (1996), Negrão (1996), Figueiredo Silva (1996) Cardinaletti (1997) e Barbosa (1997); em seguida, trataremos da caracterização do PB como uma língua não pro-drop, segundo o que propõem Figueiredo Silva (1996) e Duarte (1995); restando à última seção deste trabalho o tópico pronomes fracos em línguas não pro-drop, nos moldes propostos por Laenzlinger & Shlonsky (1997).

### III.1. Pronomes fortes e fracos e estruturas SV em linguas pro-drop

#### III.1.0.A proposta de Soriano (1989)

Ao traçar uma comparação entre estruturas SV (com S pronominal) de linguas pro-drop e iguais estruturas SV de linguas não pro-drop (Inglês, Francês, Espanhol e Italiano são as linguas consultadas pela autora), Soriano (1989) observa que tais estruturas das linguas não pro-drop são usadas nos mesmos contextos e interpretativamente comparáveis não às estruturas com sujeito pronominal lexicalizado, mas às estruturas com sujeito nulo das linguas pro-drop.

Os principais contextos que a autora se dedica a analisar são os seguintes:

a) ligação por um quantificador: embora em linguas não pro-drop, o sujeito pronominal de uma estrutura SV possa ser ligado por um quantificador, apenas pronomes nulos – e nunca pronomes lexicalizados – de linguas pro-drop o podem (como já apontado por Montalbetti 1984):

- III.(3) a. [Muchos chicos]<sub>i</sub> dijeron que pro<sub>i</sub> /\*ellos<sub>i</sub> no lo habian hecho.  
b. [Many boys]<sub>i</sub> said that they<sub>i</sub> did not do it.

- III.(4) a. [Muchos chicos]<sub>i</sub> dijeron que las chicas los<sub>i</sub> miraban pro<sub>i</sub> /\*a ellos<sub>i</sub>.  
b. [Many boys]<sub>i</sub> said that the girls were looking at them<sub>i</sub>.

b) pronomes e seus antecedentes: com base em Luján (1984 *apud* Soriano, *op.cit.*) – que propõe um teste similar ao de Calabrese (1986 – v. capítulo II, subseção II.6.1) –,

observa-se que pronomes lexicalizados de línguas pro-drop não precedem seus antecedentes, diferentemente do que ocorre nas línguas não pro-drop:

III.(5) a. Cuando  $pro_i$  / \* $él_i$  trabaja, Juan $_i$  no bebe.

b. When  $he_i$  works, John $_i$  does not drink.

III.(6) a. Cuando  $lo_i$  miran  $pro_i$  / \* $a\ él_i$ , Juan $_i$  se pone nervioso.

b. When they look at  $him_i$ , John $_i$  gets nervous.

Com o propósito de derivar a equivalência, do ponto de vista de distribuição sintática, entre as estruturas com sujeito nulo preverbal das línguas pro-drop e as estruturas com pronome sujeito pronominal lexical das línguas não pro-drop, a autora reformula o Princípio Evite Pronome, de modo a fazê-lo equivaler a uma restrição que obriga o aparecimento de **pro** em certas estruturas de línguas pro-drop (v. (7)):

### III.(7) *Avoid Pronoun Principle*

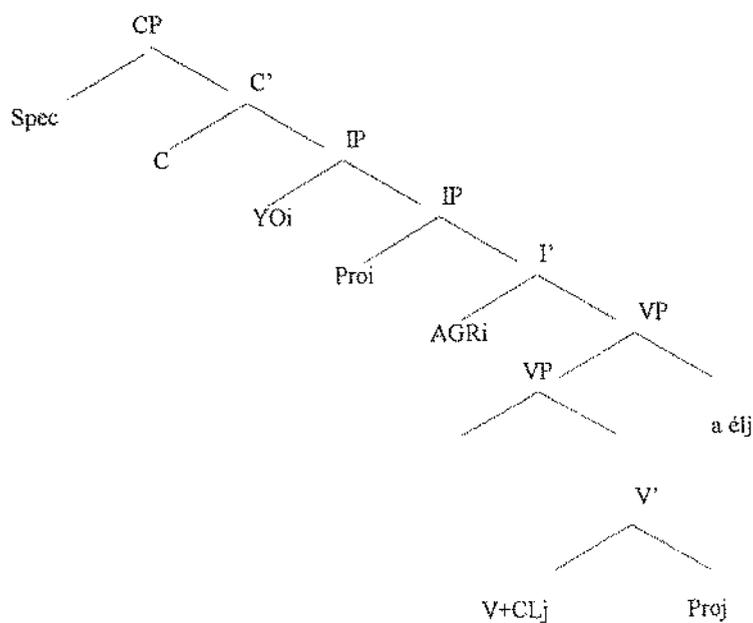
***Pro is obligatory when it is licensed and fully identified***

(in Soriano 1989:231)

Com base nesta reformulação, Soriano propõe uma configuração de deslocamento à esquerda – por adjunção a IP – para as estruturas com sujeito lexical preverbal do Espanhol e Italiano (v. (8)), advogando a favor da hipótese de que, em línguas pro-drop, pronomes fortes e fracos não têm mesma distribuição, i.e., não estão em alternância em uma mesma posição sintática, mas sim que :

*if an overt pronoun appears in a context in which a pro is licensed and fully identified, this is (...) a case of doubling (in the same sense as we understand clitic doubling) (in Soriano 1989:229)<sup>2</sup>*

III.(8)



Aos possíveis contra-exemplos à sua análise – a saber, pronomes fortes de línguas pro-drop e línguas não pro-drop igualmente presentes em sentenças infinitivas e gerundivas (v. (9)) – a autora observa que, em tais contextos, **pro** não é licenciado, em virtude da ausência de Agr licenciador desta categoria<sup>3</sup>:

- III.(9) a. Muchos chicos dijeron que, para ellos hacer eso, tendrían que estar locos.  
 b. Many boys said that, for them to do that, they would have to be crazy  
 c. Muchos chicos dijeron que, siendo ellos felices, no les importa cómo se sientan los demás.  
 d. Many boys said that, being they happy, they do not care how the others feel.

### III.1.1.A proposta de Barbosa (1996) e (1997)

Também defendendo a idéia de que as estruturas com sujeitos preverbiais das línguas românicas de sujeito nulo são, na verdade, estruturas de deslocamento à esquerda, Barbosa (1997) inicialmente examina o seguinte paradigma:

#### *construções com sujeito nulo:*

- |             |            |              |
|-------------|------------|--------------|
| III.(10) a. | pro parli  | (Italiano)   |
| b. *        | pro parli  | (Trentino)   |
| c.          | te parli   | (Trentino)   |
| d. *        | pro parli  | (Fiorentino) |
| e.          | tu parli   | (Fiorentino) |
| f. *        | pro parles | (Francês)    |
| g.          | tu parles  | (Francês)    |

#### *construções SV com clítico obrigatório versus clítico opcional:*

- |               |                    |            |
|---------------|--------------------|------------|
| III.(11) a. * | El Mario parla.    | (Trentino) |
| b.            | El Mario el parla. | (Trentino) |

- c. Jean parle. (Francês)  
 d. Jean il parle. (Francês)

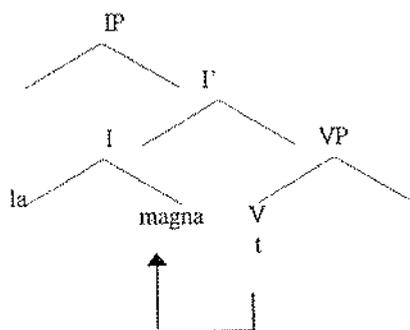
**construções expletivas – expletivo preverbal não especificado quanto a número ou pessoa + sujeito posverbal:**

- III.(12) a. pro é vegnú qualche putela. (Trentino)  
 b. pro ha telefoná qualche putela. (Trentino)  
 c. pro é vegnú Marie. (Trentino)  
 d. Gl' é venuto delle ragazze. (Fiorentino)  
 e. Gl'ha telefonato delle ragazze. (Fiorentino)  
 f. E gli parla la maestra. (Fiorentino)  
 g. Il est venu des filles. (Francês)  
 h. \* Il a telephoné des filles. (Francês)  
 i. \* Il a telephoné Marie. (Francês)

Conforme indicado pelo paradigma acima, o Fiorentino e o Trentino se parecem, por um lado, mais com o Francês do que com o Italiano no que diz respeito a construções com sujeito nulo (v. (10)), pois obrigatoriamente trazem o pronome sujeito lexicalizado<sup>4</sup>; entretanto, por outro lado, tais dialetos italianos se distanciam configuracionalmente do Francês, uma vez que, diferentemente desta língua não pro-drop, admitem a característica inversão das línguas pro-drop: a chamada inversão românica (i.e., construções com sujeitos posverbaís definidos (v. (12c) e (12f)) ou não, acompanhados não só por verbos inacusativos (v. (12a) e (12d)), mas também por inergativos (v.(12b) e (12e)) e transitivos (12f))<sup>5</sup>. Em virtude deste comportamento no que diz respeito à inversão românica, os

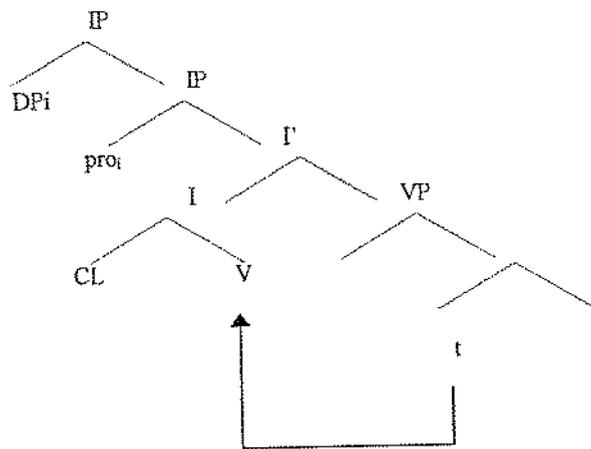
dialetos italianos são classificados como línguas de sujeito nulo. A configuração em (13) é, então, tomada como a configuração relevante para construções como (10c) e (10e), sendo o sujeito clítico analisado como uma manifestação visível em Forma Fonética (FF) dos traços de concordância de I<sup>o</sup> – como o faz Rizzi (1986) e, segundo Barbosa, também Brandí & Cordin (1989):

III.(13)



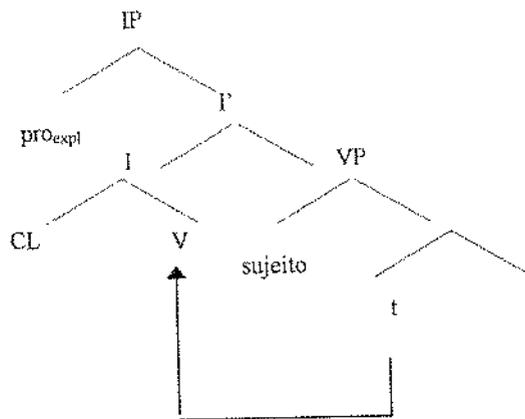
Finalmente, com as estruturas em (14), (15a) e (15b) – para sentenças com sujeitos lexicalizados preverbiais não focalizados, estruturas VS e para estruturas com sujeito (i) -Q ou (ii) focalizado por movimento, respectivamente –, a autora deriva o paradigma (16) a (18), do Fiorentino :

III.(14)

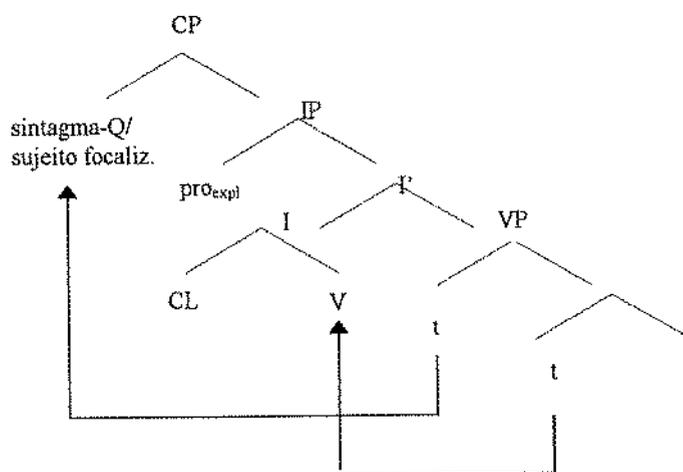


III.(15)

(a)



(b)



III.(16) *sentenças SV com (i) sujeito lexical e (ii) sujeito nulo, com clítico*

*flexionado de acordo com os traços de pro:*

- a. Delle ragazze/le/hanno/telefonato.  
algumas garotas/cl-3ª-fem-pl/têm/telefonado.
- a'. \* Delle ragazze/gli/hanno/telefonato.  
algumas garotas/cl-3ª-masc-sing/têm/telefonado.
- b. le/hanno/telefonato.  
cl-3ª-fem-pl/têm/telefonado
- b'. \* gli/hanno/telefonato.  
cl-3ª-masc-sing/têm/telefonado

III.(17) **sentenças VS, com clítico não especificado morfologicamente:**

- a. gli/ha/telefonato/delle/ragazze.  
cl-3<sup>a</sup>-masc-sing/tem/telefonado/algumas/garotas.
- b. \* le/hanno/telefonato/delle/ragazze.  
cl-3<sup>a</sup>-fem-pl/tem/telefonado/algumas/garotas.

III.(18) **sentenças com (i) sujeito-Q e (ii) sujeito focalizado, com clítico**

**também não-especificado morfologicamente:**

- a. quante ragazze/gli/è/venuto?  
quantas garotas/cl-3<sup>a</sup>-masc-sing/é/vindo
- a'. \* quante ragazze/le/sono/venute?  
quantas garotas/cl-3<sup>a</sup>-fem-pl/são/vindas
- b. La Maria/gli/è/venuto, non la Carla.  
a Maria/cl-3<sup>a</sup>-masc-sing/é vindo, (...)
- b'. \* La Maria/l' /è/ venuto, non la Carla.  
a Maria/cl-3<sup>a</sup>-fem-sing/é/vinda

Conforme aponta Barbosa:

(a) se, para a obtenção da ordem SV, os sujeitos lexicalizados fossem movidos de sua posição de base para [spec, IP], então o movimento destes sujeitos para [spec, CP] poderia se dar da posição [spec, IP]; se assim fosse, esperaríamos que tanto as sentenças em (16) quanto as sentenças em (18) apresentassem um mesmo padrão no que tange ao comportamento dos clíticos; porém, essa predição não é confirmada pelo dados.

(b) por outro lado, admitindo-se que sentenças com ordem SV são estruturas de deslocamento à esquerda, o movimento de S para [spec, CP] nos exemplos em (18) deve se

dar diretamente da posição de base deste sintagma para [spec, CP], visto uma posição adjunta não estar disponível para esta extração. Assim, tanto nos casos de estruturas com elementos em [spec, CP], quanto nos casos de ordem VS (v. (17)), a posição [spec, IP] abrigará um **pro** expletivo, e, por isso, apenas nestes casos – e não nos casos de estruturas SV –, esperaremos encontrar clíticos neutros morfologicamente (exatamente como se comportam os dados de (16) a (18)).

Também valendo-se de um paradigma similar ao apresentado por Soriano, Barbosa aponta para o fato de que tanto em Catalão, quanto em PE pronomes lexicalizados em posição sujeito de encaixadas SV não podem ser interpretados como ligados a QPs que ocupam a posição S da sentença matriz correspondente; entretanto, sendo a encaixada uma estrutura com ordem VS, a interpretação ligada é possível:

### **Catalão**

- III.(19) a. \* [Tots els estudiants]<sub>i</sub> es pensen que ell<sub>i</sub> aprovaram. (com leitura quantificada)  
 a'. [Tots els estudiants]<sub>i</sub> es pensen que ell<sub>i</sub> aprovaram. (com leitura de grupo)  
 b. [Tots els jugadors]<sub>i</sub> están convençuts que guanyaran ell<sub>i</sub>.  
 (com leitura quantificada)

### **PE**

- III.(20) a. \* [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> falaria com ela.  
 b. ? [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que falaria ele<sub>i</sub> com ela (e não a Maria).

Como aponta a autora, o comportamento dos dados acima pode ser explicado se para tanto se assume que ligação-A se aplica apenas a argumentos. Assim, visto que, para uma

estrutura como (20a), a configuração pertinente é (21), a única possibilidade de interpretação do pronome lexical é via co-referência a pro:

III.(21) [<sub>CP</sub>[Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse [<sub>t</sub> que [<sub>IP</sub>ele<sub>k</sub> [<sub>IP</sub>pro<sub>k</sub> falaria com ela]]]]].

Por outro lado, em (20b) o pronome lexicalizado se encontra em sua posição argumental, sendo possível, então, segundo a assunção de Barbosa, a interpretação deste como ligado a uma variável:

III.(22) [<sub>CP</sub>[Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse [<sub>t</sub> que [<sub>IP</sub>pro<sub>expl</sub> falaria<sub>k</sub> [<sub>VP</sub>ele<sub>i</sub> [<sub>V'</sub>t<sub>k</sub>...]]]]]]].

### III.1.2. A natureza pro-drop parcial do PB

Ao serem aplicados ao PB e ao PE os testes propostos por Soriano (no contexto relevante para este estudo)<sup>6</sup>, a hipótese em (23) – hipótese esta que queremos defender – parece equivocada:

#### III.(23) *Hipótese I*

***Sentenças SV do PE são interpretativamente equivalentes a sentenças com deslocamento à esquerda + resumptivo sujeito do PB porque projetam um mesmo esqueleto sintático, estando a diferença entre estas línguas na natureza nula ou lexical do pronome fraco***

Afinal, diferentemente do que ocorre na comparação entre o Espanhol e o Inglês – i.e., em sentenças finitas, pronomes nulos do Espanhol têm a mesma distribuição sintática dos pronomes do Inglês –, entre PE e PB tal simetria não é perfeitamente encontrada:

- III.(24) a. [Muitos meninos]<sub>i</sub> disseram que pro<sub>i</sub> /\*eles<sub>i</sub> não fizeram aquilo. (PE)  
 b. [Muitos meninos]<sub>i</sub> disseram que pro<sub>i</sub> /eles<sub>i</sub> não fizeram aquilo. (PB)<sup>7</sup>  
 c. Quando pro<sub>i</sub> /\*ele<sub>i</sub> está a trabalhar, [o João]<sub>i</sub> não bebe. (PE)  
 d. Quando pro<sub>i</sub> /?ele<sub>i</sub> está trabalhando, [o João]<sub>i</sub> não bebe. (PB)<sup>8</sup>

Este mesmo resultado encontramos ao comparar alguns dos exemplos do PE, presentes em Barbosa (1997), a estruturas similares do PB:

- III.(25) a. [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que pro<sub>i</sub> falaria com ela. (PE)  
 b. \* [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> falaria com ela. (PE)
- III.(26) a. [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que pro<sub>i</sub> falaria com ela. (PB)  
 b. \*/? [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> falaria com ela. (PB)

Entretanto, ao ser reformulada a hipótese em (23) para (27), o problema apresentado no paradigma acima é eliminado – e, com base no que defende Negrão (1996) e Figueiredo Silva (1996) a respeito de pronomes nulos em PB, a hipótese em (27) é, de fato, a hipótese correta a ser feita:

III.(27) *Hipótese I reformulada*

***Sentenças SV do PE são interpretativamente equivalentes a sentenças com deslocamento à esquerda + resumptivo sujeito do PB porque projetam um mesmo esqueleto sintático, estando a diferença entre estas línguas na natureza nula ou lexical do pronome fraco [+referencial]***

Como aponta o estudo de Negrão (1996) acerca da distribuição sintática das formas pronominais nominativas lexicalizadas **ele/ela** versus a forma nula **pro** (em comparação à distribuição das formas possessivas correspondentes **seu/sua** versus as formas compostas por preposição+pronome forte **dele/dela**), em PB **pro** nominativo e as formas possessivas **seu/sua** ocorrem nos contextos em que podem ser interpretados como ligados a variáveis formais (v. (28a) e (29a)) ou a pronomes ligados (v. (30a); (31a); (32a) e (33a)); as formas pronominais lexicais nominativas **ele/ela** assim como as formas **dele/dela** são categoricamente bloqueadas nestes contextos (v. (28b) a (33b)); porém, estas formas estão sistematicamente presentes em contextos referenciais – contextos estes nos quais também **pro** e **seu/sua** podem ocorrer, caso haja relação de c-comando entre estas categorias e o NP a ser tomado como antecedente delas (v. (34) e (36));

- III.(28) a. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [ninguém]<sub>k</sub> acredita que  $\emptyset$  <sup>\*i/k/w</sup> vai ganhar .  
 b. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [ninguém]<sub>k</sub> acredita que ele <sub>i/k/w</sub> vai ganhar .
- III.(29) a. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [ninguém]<sub>k</sub> telefonou para [sua <sub>i/k/w</sub> mãe] no Natal.  
 b. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [ninguém]<sub>k</sub> telefonou para a [mãe dele<sub>i/k/w</sub>].
- III.(30) a. [Quem]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$  <sub>i</sub> disse que  $\emptyset$  <sub>i</sub> é inteligente?  
 b. [Quem]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$  <sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> é inteligente?

- III.(31) a. [Ninguém]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$ <sub>i</sub> disse que  $\emptyset$ <sub>i</sub> é inteligente.  
 b. [Ninguém]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$ <sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> é inteligente.
- III.(32) a. [Quem]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> disse que  $\emptyset$ <sub>i</sub> acha que [seu<sub>i</sub> filho] é inteligente?  
 b. [Quem]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> disse que  $\emptyset$ <sub>i</sub> acha que [o filho dele<sub>i</sub>] é inteligente?
- III.(33) a. [Ninguém]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> disse que  $\emptyset$ <sub>i</sub> acha que [seu<sub>i</sub> filho] é inteligente.  
 b. [Ninguém]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> disse que  $\emptyset$ <sub>i</sub> acha que [o filho dele<sub>i</sub>] é inteligente.
- III.(34) a. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [o Pedro]<sub>k</sub> acredita que  $\emptyset$ <sub>i/k/w</sub> vai ganhar.<sup>9</sup>  
 b. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [o Pedro]<sub>k</sub> acredita que [ele]<sub>i/k/w</sub> vai ganhar.
- III.(35) a. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [o Pedro]<sub>k</sub> sempre telefona para a [sua]<sub>i/k/w</sub> mãe]<sup>10</sup>.  
 b. [O Guilherme]<sub>i</sub> disse que [o Pedro]<sub>k</sub> sempre telefona para a [mãe dele]<sub>i/k/w</sub>.
- III.(36) a. [O amigo do Pedro]<sub>k</sub> disse que  $\emptyset$ <sub>i/k/w</sub> vai ganhar a competição.  
 b. [O amigo do Pedro]<sub>k</sub> disse que  $\emptyset$  sempre telefona para a [sua]<sub>i/k/w</sub> mãe]<sup>11</sup>.

A comparação apresentada por Negrão entre o PB, o Espanhol, o Catalão e o Inglês nos contextos acima abordados indica que:

a) assim como em PB, a categoria vazia **pro** em Espanhol e Catalão é a única que pode ser ligada a variáveis; entretanto, diferentemente do PB, não só **pro** é sistematicamente interpretado como [+referencial], como também a forma nominativa lexicalizada **él** em Espanhol pode ser interpretada como ligada a pronomes ligados:

**ligação de variável: pronome nulo versus pronome lexicalizado:**

- III.(37) a. [Tots els artistes] creuen que [pro] son genis. (Catalão)  
 todos os artistas crêem que são gênios
- b. [Tots els artistes] creuen que [ells]<sub>i/k</sub> son genis. (Catalão)

- III.(38) a. [Nadie]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> cree que [pro]<sub>j</sub> es inteligente. (Espanhol)  
 b. [Nadie]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> cree que [él]<sub>1</sub> es inteligente. (Espanhol)

**pro versus pronome lexicalizado em contextos [+referenciais]**

- III.(39) a. [L'Anna]<sub>i</sub> diu que [en Pere]<sub>k</sub> creu que [pro]<sub>ik</sub> guanyarà. (Catalão)  
 a Ana disse que o Pere acredita que ganhará  
 b. [L'Anna]<sub>i</sub> diu que [en Pere]<sub>k</sub> creu que [ella]<sub>1?</sub>/[el]<sub>2?</sub> guanyarà. (Catalão)

**ligação de pronomes ligados: pronome nulo versus pronome lexicalizado:**

- III.(40) a. [Nadie]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> dijo que [pro]<sub>j</sub> cree que [pro]<sub>j</sub> es inteligente. (Espanhol)  
 b. [Nadie]<sub>i</sub> [t]<sub>i</sub> dijo que [pro]<sub>j</sub> cree que [él]<sub>1</sub> es inteligente. (Espanhol)

b) diferentemente do PB, em Catalão as formas possessivas correspondentes às formas do PB *seu/sua* estão igualmente presentes quer em contextos nos quais *seu* antecedente é [+referencial], quer nos contextos em que este é [-referencial]:

- III.(41) a. [L'Anna]<sub>i</sub> diu que [en Pere]<sub>k</sub> telefona sovint a [(a seva)<sub>ik/1+k</sub> mare].  
 a Ana disse que o Pere telefona freqüentemente para sua/suas mãe/mães  
 b. [L'Anna]<sub>i</sub> diu que [en Pere]<sub>k</sub> telefona sovint a [(a mare d'[(ella)<sub>1?</sub> / ell]<sub>2?</sub> / elles<sub>2?+k</sub>]].

- III.(42) a. El temor de [tot acusat]<sub>i</sub> a [seu]<sub>j</sub> fiscal.  
 o medo de todo acusado frente a seu promotor  
 b. El temor de [tot acusat]<sub>i</sub> a fiscal d'[(el)]<sub>1/k</sub>.

c) em Inglês, em todos os contextos acima mencionados ocorrem pronomes lexicalizados correspondentes às formas nominativas e possessivas *seu/sua* do PB.

Finalmente, Negrão trata de exemplos como (43), (44) e (45) do PB – similares aos apresentados anteriormente como (24), (26) e (34):

- III.(43) a. [O Guilherme]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$ <sub>i</sub> é inteligente e [o Pedro]<sub>k</sub> também.  
 b. [O Guilherme]<sub>i</sub> acha que [ele]<sub>i</sub> é inteligente e [o Pedro]<sub>k</sub> também.
- III.(44) a. [Muitos pais]<sub>i</sub> disseram que pro<sub>i</sub> vão ajudar na festa da escola e [muitos professores]<sub>k</sub> também.  
 b. [Muitos pais]<sub>i</sub> disseram que eles<sub>i</sub> vão ajudar na festa da escola e [muitos professores]<sub>k</sub> também.
- III.(45) a. [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que pro<sub>i</sub> falaria com ela.  
 b. \*? [Nenhum aluno]<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> falaria com ela.

Antes de chegar à conclusão de seu trabalho, segundo a qual em PB

*(...) overt pronouns in subject position of tensed sentences and **de+strong pronouns** in the DP cannot be A' bound. (...) Evidence also raised some doubts for analyses that treat the empty category and the 3<sup>rd</sup> person possessive as some kind of referential pronominal element. The analysis developed showed that those anaphoric elements behave as bound variables (in Negrão 1996:20),*

Negrão se vale de elipses de VP para demonstrar, no que diz respeito a (43) e (44), que (i) pronomes nulos e (ii) pronomes lexicalizados (assim como (i) as formas *seu/sua* e (ii) as

formas *dele/dela*) ocorrem **respectivamente** (i) em contextos com interpretação imprecisa<sup>12</sup> (*i.e. sloppy identity interpretation*) e (ii) nos com interpretação estrita (*i.e. strict identity interpretation*). Um vez que apenas nos casos de interpretação imprecisa (*sloppy*) a interpretação em LF é a de que variáveis são ligadas por um operador, então apenas nos exemplos com formas nulas (assim como nos com as formas *seu/sua*) os pronomes se comportam como variáveis ligadas:

- III.(46) a. [O Guilherme]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$ <sub>i</sub> é inteligente e [o Pedro]<sub>k</sub> também.  
 b. [O Guilherme]<sub>i</sub> acha que  $\emptyset$ <sub>i</sub> é inteligente e [o Pedro]<sub>k</sub> também  
 acha que  $\emptyset$ <sub>k</sub> é inteligente.  
 a.' [O Guilherme]<sub>i</sub> acha que [ele]<sub>i</sub> é inteligente e [o Pedro]<sub>k</sub> também.  
 b.' [O Guilherme]<sub>i</sub> acha que [ele]<sub>i</sub> é inteligente e [o Pedro]<sub>k</sub> também  
 acha que [ele]<sub>i</sub> é inteligente.
- III.(47) a. [Muitos pais]<sub>i</sub> disseram que pro<sub>i</sub> vão ajudar na festa da escola e  
 [muitos professores]<sub>k</sub> também .  
 b. [Muitos pais]<sub>i</sub> disseram que pro<sub>i</sub> vão ajudar na festa da escola e  
 [muitos professores]<sub>k</sub> também disseram que pro<sub>k</sub> vão ajudar na  
 festa da escola.  
 a.' [Muitos pais]<sub>i</sub> disseram que eles<sub>i</sub> vão ajudar na festa da escola e  
 [muitos professores]<sub>k</sub> também.  
 b.' [Muitos pais]<sub>i</sub> disseram que eles<sub>i</sub> vão ajudar na festa da escola e  
 [muitos professores]<sub>k</sub> também disseram que eles<sub>i</sub> vão ajudar na  
 festa da escola.

Quanto a (48), a autora defende a idéia de que não se trata de um exemplo com pronome lexicalizado intepretado como ligado a uma variável, mas sim de um pronome co-referente ao NP sobre o qual se aplica a restrição do quantificador. Para tanto, a autora compara o comportamento de (49) ao da estrutura em (48) no que diz respeito à relação entre o NP quantificado e o pronome (lexical ou nulo). Com base no fato de que relações de c-comando não são computadas no domínio inter-sentencial, mas apenas intra-sentencialmente, a autora deriva o comportamento sintático de (49c): assumindo que a categoria vazia nominativa do PB se comporta como uma variável ligada, a ausência de c-comando entre o NP quantificado e esta categoria nula bloqueia a gramaticalidade da sentença. Por outro lado, a gramaticalidade de (49a) e (49b) é garantida, uma vez que, para a relação de co-referência entre o pronome nominativo lexicalizado e o NP sobre o qual há a quantificação, o c-comando é irrelevante:

- III.(48) a. [Nenhum menino]<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> vai trazer uma garrafa de vinho.  
b. [Algum aluno]<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> vai trazer uma garrafa de vinho.
- III.(49) a. [Nenhum morador]<sub>i</sub> concordou com o aumento do aluguel. Eles<sub>i</sub> esperam que o proprietário volte atrás.  
b. ? [Nenhum morador]<sub>i</sub> concordou com o aumento do aluguel. Ele<sub>i</sub> espera que o proprietário volte atrás.  
c. \* [Nenhum morador]<sub>i</sub> concordou com o aumento do aluguel.  $\emptyset$ <sub>i</sub> espera que o proprietário volte atrás.

Já com base em construções como (50) a (52) (cf. *op. cit* pp.120-124), Figueiredo Silva (1996) defende a idéia de que a categoria vazia **pro** de natureza [+referencial] não existe em PB:

- III.(50) a. – O João vai trazer a salada?  
 b. \* – Não, O VINHO *cv* vai trazer.  
 b.' – Não, O VINHO *ele* vai trazer.
- III.(51) a. Parece que o João passou por aqui.  
 b. \* Isso parece que o João passou por aqui.  
 b.' \* Ele parece que o João passou por aqui.
- III.(52) a. Choveu a noite inteira.  
 b. \* Isso choveu a noite inteira.  
 b.' \* Ele choveu a noite inteira.

Se comparado o PB ao PE nestes contextos abordados por Figueiredo Silva, observa-se claramente que em contextos referenciais reside a maior diferença entre o PB e o PE, pois nestes é sistemática em PE a presença de **pro** e categoricamente bloqueada a presença do pronome nominativo lexicalizado:

- |             |  |      |
|-------------|--|------|
| III.(53) a. | O que comprei ontem?                     | (PE) |
| b.          | João trará a salada? Não, O VINHO trará. | (PE) |
| c.          | Parece que João passou por aqui.         | (PE) |
| d.          | Choveu hoje pela manhã.                  | (PE) |

Como aponta a autora, ao se comparar o paradigma pronominal nominalivo associado ao paradigma verbal correspondente que se encontra no PE e o encontrado do PB, observa-se que, se, por um lado, a flexão de número ainda se encontra preservada na morfologia do PB, por outro os traços de pessoa foram drasticamente reduzidos (cf. Tabela 6).

Embora a redução do paradigma flexional sofrida pelo PB não afete o licenciamento formal da categoria vazia *pro* quer nos contextos em (51), quer nos em (52) – pois em ambos os casos é mantida a relação de concordância entre o especificador da projeção máxima que abriga *pro* (i.e., [spec, AgrP]) e seu respectivo núcleo –, a identificação de *pro* em (49) e (50) fica comprometida. Afinal, como sustenta Figueiredo Silva, assim como Rizzi (1986), se, para a identificação de *pro* quase-argumental e não-argumental (no sentido de Chomsky 1981), são suficientes os traços de número presente em Agr, para a identificação de *pro* referencial, os traços de pessoa de Agr são fundamentais. Em virtude da ausência desses traços no núcleo Agr que se projeta em PB, *pros* referenciais em PB são bloqueados<sup>13</sup>.

PB			PE		
Pronomes Nominativos	Paradigma Verbal		Pronomes Nominativos	Paradigma Verbal	
<i>eu</i>	1ª pes. sing.	<i>canto</i>	<i>eu</i>	1ª pes. sing.	<i>canto</i>
<i>tu/você</i>	2ª pes. sing.	<i>canta</i>	<i>tu</i>	2ª pes. sing.	<i>cantas</i>
<i>ele/ela</i>	3ª pes. sing.	<i>canta</i>	<i>ele/ela</i>	3ª pes. sing.	<i>canta</i>
<i>a gente</i>	1ª pes. plural	<i>canta</i>	<i>nós</i>	1ª pes. plural	<i>cantamos</i>
<i>vocês</i>	2ª pes. plural	<i>cantam</i>	<i>vós</i>	2ª pes. plural	<i>cantais</i>
<i>eles/elas</i>	3ª pes. plural	<i>cantam</i>	<i>eles/elas</i>	3ª pes. plural	<i>cantam</i>

Tabela 6: Paradigma pronominal nominativo acompanhado pelo paradigma verbal correspondente, em PE e PB (adaptado de Figueiredo Silva 1996:40)

## III.2. Pronomes fracos nulos e lexicalizados

### III.2.0. Preliminares

Com base na tipologia pronominal defendida por Cardinaletti & Starke (1993), Cardinatelli (1997) observa que, sob o ponto de vista de seu estatuto sintático, a categoria vazia *pro* das línguas verdadeiramente pro-drop (i.e., Italiano, Espanhol, PE, dentre outras) é um pronome fraco. Afinal, da comparação entre a distribuição sintática de *pro* e a distribuição sintática das duas séries pronominais do Francês – tomado juntamente com o Inglês como exemplo de línguas fracamente não pro-drop –, a autora aponta a total equivalência distribucional entre *pro* e o pronome fraco do Francês *il*: diferentemente do comportamento sintático do correspondente pronominal forte de *il* (i.e. *lui*), *pro*, assim como *il*, pode ser usado (i) como um expletivo; (ii) como um quase-argumento (no sentido de Chomsky 1981); (iii) como um impessoal e ainda (iv) como um pronominal com interpretação referencial, podendo ser seu referente [+humano] ou [-humano]:

- III.(57) a. *Il/\*lui est arrivé trois filles.*  
 b. *Il/\*lui pleut.*  
 c. *Ils<sub>imp</sub>/\*euX<sub>ipm</sub> m' ont vendu un livre endommagé, dans ce magasin.*  
 d. *Ils/\*eux sont très beaux. (=les garçons; =les livres)*  
 e. *pro/\*lui/\*loro sono arrivate tre ragazze.*  
 f. *pro/\*lui piove.*  
 g. *pro<sub>imp</sub>/\*loro<sub>ipm</sub> mi hanno venduto un libro rovinato, in quel negozio.*  
 h. *pro/\*loro sono molto belli. (=i ragazzi; =i libri)*

Quanto aos pronomes fracos lexicalizados (em Cardinaletti 1997, temos os fracos lexicais do Italiano como exemplo), os demais testes – cf. tabela 7 – propostos por Kayne (1975) (e posteriormente retomados por Cardinaletti & Starke para classificação dos pronomes em fortes, fracos e clíticos – cf. tabela 8) são aplicados, e o seguinte resultado é obtido: assim como *il*, também a série **egli/esso** não pode (i) sofrer modificação ou (ii) estar em relação de coordenação<sup>14</sup>, assim como não pode (iii) quer se manter em estrutura-S em sua posição de base, (iv) quer ocupar uma posição sintática periférica – indicando esses dois últimos critérios que pronomes fracos devem ocupar uma certa posição específica única superficialmente:

- III.(58) a. \* [Anche/Solo egli] ha dichiarato la propria disponibilità.  
 b. [Anche/Solo lui] ha dichiarato la propria disponibilità.
- III.(59) a. \* [Egli e suo fratello] hanno dichiarato la propria disponibilità.  
 b. [Lui e suo fratello] hanno dichiarato la propria disponibilità.
- III.(60) a. \* Ha aderito Egli.  
 b. Ha aderito Lui.
- III.(61) a. \* Egli me hanno detto che non si presenterà.  
 b. Lui me hanno detto che non si presenterà.

		Critérios para classificação de pronomes				
		acentuação contrastiva	modificação	coordenação	inanimacidade	independência sintagmática (em estrutura-S)
Tipo	clítico	-	-	-	+	-
de	fraco	-	-	-	+	+
pronome	forte	+	+	+	-	+

Tabela 7: Diagnóstico para a classificação de pronomes em clíticos, fracos e fortes (adaptado de Laenzlinger & Shlonsky 1997:156)

		Critérios para Classificação Pronominal							
		Critério de Distribuição Sintática			Critério Interpretativo			Critério Prosódico	
		posição theta/ de base em SS	posição periférica	coortenação/ modificação	antecedente -D	expletivo	impessoal	-humano	regras de redução
Tipo	clítico	-	-	-	+	+	+	+	+
de	fraco	-	-	-	+	+	+	+	+
pronome	forte	+	+	+	-	-	-	-	-

Tabela 8: Critérios para classificação pronominal (adaptados de Cardinaletti & Starke 1993)

### III.2.1. Pronomes fracos lexicalizados em PB

Assim como ocorre em Alemão e Hebraico (cf. Laenzlinger & Shlonsky 1997), também em PB, como já apontado em Galves (*no prelo*), a aplicação dos testes propostos por Cardinaletti & Starke permite identificar duas séries homófonas de pronomes acusativos: uma, de pronomes fortes e outra, de fracos. Se em Galves (*op. cit.*) são observadas tais séries de pronomes **acusativos** do PB, os exemplos abaixo (nos quais as estruturas em (b)

devem ser interpretados como paráfrases das presentes em (a)) indicam a série de pronomes fortes cotejada à de fracos **nominativos** (v. ex. (72) e seguintes):

- III.(62) a. O JOÃO bebe demais (e não a Maria).  
b. ELE bebe demais (e não ela).
- III.(63) a. O CARRO bebe demais (e não a moto).  
b. \* ELE bebe demais (e não ela).
- III.(64) a. O meu CACHORRO é grande (e não a minha galinha).  
b. ELE é grande (e não ela).
- III.(65) a. O SOFÁ é grande (e não a mesa de jantar).  
b. \* ELE é grande (e não ela).
- III.(66) a. O João e a Maria estão bebendo demais.  
b. Ele e ela estão bebendo demais.
- III.(67) a. O carro e a moto estão bebendo demais.  
b. \* Ele e ela estão bebendo demais.
- III.(68) a. Aqui em casa, só o meu irmão bebe demais (o resto da família quase não bebe).  
b. Aqui em casa, só ele bebe demais (o resto quase não bebe).

- III.(69) a. Aqui em casa, só o meu carro bebe muito (os outros são bem econômicos).
- b. \* Aqui em casa, só ele bebe muito (os outros são bem econômicos).

Conforme indicado na tabela 7, os pronomes fortes, que nunca são interpretados como tendo um referente [-animado], são os únicos que suportam acento contrastivo. Logo, segundo os critérios para classificação tipológica de pronomes presentes na tabela mencionada, uma vez acentuados, o pronominal só pode referir-se a um [+animado] – previsão esta confirmada pela agramaticalidade de (63b) e (65b). Também conforme os critérios dispostos na tabela 7, se apenas pronomes fortes podem ser coordenados, prevê-se que pronomes coordenados não são interpretados como possuindo referente [-animados] – pois que esta é uma propriedade exclusiva dos pronomes fracos<sup>15</sup>. Novamente, a previsão é confirmada, como aponta o contraste entre a gramaticalidade de (66b) e a agramaticalidade de (67b). Ainda, nos exemplos com pronomes acompanhados por modificadores, apenas a interpretação [+animada] do pronome é possível – logo, apenas pronomes fortes ocorrem com tal distribuição sintática (v. (68b) versus (69b)). Finalmente, seguindo os critérios dispostos na tabela 8, ainda outras restrições são encontradas em PB: só o pronome forte **ele** pode ocupar uma posição sintática periférica (v. o contraste entre (70b) e (71b)):

- III.(70) a. O João, o cabelo dele está horrível.
- b. Ele, o cabelo dele está horrível.
- III.(71) a. O carro, o motor dele está horrível.
- b. \* Ele, o motor dele está horrível.

Quanto à série de pronomes fracos do PB, os exemplos em (72) indicam que eles ocorrem como pronome lexicalizado nos ambientes em que se referem a antecedentes [ $\pm$ animados] – portanto, com interpretação [+referenciais] –, cabendo aos nulos, como já apontado por Figueiredo Silva, a função de expletivos e quase-argumentos:

III.(72) **PB**

- a. Ela/\*pro está muito curta. (=a saia)
- b. Ela/\*pro está muito comprida. (=a garota).
- c. \* Ele/ pro chegou um pacote ontem.
- d. \* Ele/ pro choveu bastante hoje.

III.(73) **PE**

- a. \* Ela/ pro está muito curta. (=a saia)
- b. \* Ela/ pro está muito comprida. (=a garota).
- c. \* Ele/ pro chegou um pacote agorinha.
- d. \* Ele/ pro choveu demais hoje.

III.(74) **Francês**

- a. Elle/\*pro est très belle. (=a saia)
- b. Elle/\*pro est très belle. (=a garota).
- c. Il /\*pro est arrivé .
- d. Il /\*pleut.

No que tange à interpretação [+impessoal], também somente o pronome fraco nulo **pro** é possível em PB:

- III.(75) a. pro telefonaram para cá hoje cedo. Eu acho que foi o teu irmão.  
 b. \* eles telefonaram para cá hoje cedo. Eu acho que foi o teu irmão<sup>16</sup>.

Também no que tange ao critério prosódico (cf. tabela 8) – que, segundo Cardinaletti & Starke (1993:19) afeta apenas pronomes deficientes monossilábicos – os pronomes fracos do PB, como já apontado por Kato (1996a) e Nunes (1994), sofrem clara redução silábica, passando os dissílabos a monossílabos átonos:

- III.(76) a. 1ª pes.sing. [ew] → [o]  
 b. 2ª pes.sing. [vo'se] → [ce]  
 c. 3ª pes.sing.masc. ['eli] → [e]  
 d. 3ª pes.pl.masc. ['elis] → [e]

### III.3. Pronomes fortes e fracos em copulares e mini-orações

Conforme apontado no capítulo II, no PB, diferentemente do Inglês, em sentenças como (77), a cópula pode não só estar gramaticalmente ausente da estrutura, como, caso presente, deve preceder obrigatoriamente ambos os sintagmas nominais que compõem a mini-orção. Como também dito anteriormente, em virtude deste comportamento, não há como julgar em PB a validade ou não do teste sintático, proposto por Moro, com o intuito de argumentar a favor da hipótese do alçamento de predicado em copulares invertidas. Segundo Moro, a agramaticalidade de uma copular invertida, como em (78b), pode ser explicada, se para tanto se admite que, não estando a cópula presente, o núcleo para o qual ela deveria ser alçada não é projetado, assim como também não o é o especificador relativo

a este núcleo; uma vez que, em copulares invertidas, sempre há o alçamento de pro predicativo, este elemento a ser movido não terá um lugar de pouso, a menos que o especificador do núcleo para o qual a cópula é alçada esteja disponível; por isso, estando a cópula presente, a sentença é gramatical; caso contrário, é bloqueada.

III.(77) a. O deputado julgou [(ser) a assessora do FHC o motivo da briga].

b. O deputado julgou [(ser) o motivo da briga a assessora do FHC].

III.(78) a. John considers [a picture of the wall (to be) the cause of the riot].

b. John considers [the cause of the riot \*(to be) a picture of the wall].

Entretanto, se os exemplos do PB acima não trazem qualquer argumento favorável ou contrário à hipótese de alçamento de *pro* predicativo, de Moro (1993), os seguintes paradigmas (79) e (80), inspirados em (77), podem dizer algo acerca da distribuição de pronomes fortes e fracos do PB em contextos de mini-oração, similares aos analisados por Raposo & Uriagereka (1995) como exemplos de estruturas que também codificam juízos<sup>17</sup>:

III.(79) a. [Aquele senador]<sub>i</sub>, o deputado considerava [(ser) o principal motivo das brigas dentro do partido], até que (...).

b. [Aquele senador]<sub>i</sub>, o deputado considerava [(ser) ele<sub>i</sub> o principal motivo das brigas dentro do partido], até que (...).

III.(80) a. [Esse tipo de reunião]<sub>i</sub>, eu considerava [(ser) o principal motivo de brigas dentro deste departamento], até que (...).

- b. ?? [Esse tipo de reunião]<sub>i</sub>, eu considerava [(ser) ele<sub>i</sub> o principal motivo de brigas dentro deste departamento], até que (...).
- c. [Aquele professor]<sub>i</sub>, eu considerava [(ser) ele<sub>i</sub> o principal motivo de brigas dentro deste departamento], até que (...).

Diferentemente de Ladusaw (1988 *apud* Raposo & Uriagereka 1995), que defende, com base na distinção tético/catagórico, no sentido de Kuroda (1972; 1992), uma proposta de caráter semântico para copulares com predicados individual e de palco (i.e. *individual level predicates* e *stage level predicates*), Raposo & Uriagereka (1995) propõem, também com base na mesma distinção, uma análise estritamente sintática (i.e., sem motivações de natureza semântica, mas com conseqüências desta natureza (cf. *op. cit.*, p.180)) não só para copulares, mas também para mini-orações com tais predicados. Segundo os autores, que adotam a perspectiva sintática minimalista, copulares que codificam sintaticamente juízo categórico projetam um esqueleto funcional distinto (e, por isso, distintos traços morfológicos) daquelas que codificam juízo tético, conforme os exemplos do Irlandês, de Doherty (1992 *apud* Raposo & Uriagereka, *op. cit.*), indicam visivelmente:

- III.(81) a. Is fhear e  
is-CAT man he-ACC ('He is a man.')
- b. Ta se ina fhear  
is-THET he-NOM in-his man ('He is a man (now).')
- (in Raposo & Uriagereka 1995:187(11))

Assim, ao invés de atribuir aos predicados individual e de palco o caráter de entidades que desempenham teoricamente um papel formal qualquer na gramática, os autores reduzem esta diferença a diferentes Infl<sup>o</sup>s, que apresentam formas de realização distintas de Caso: (i) um Caso associado ao que denominam AGR-categórico (C-AGR), que marcará em LF um *tópico* e (ii) um Caso associado a AGR-argumental (A-AGR), que, contrariamente a C-AGR, não marcará, em LF, *tópico* algum, sendo as mini-orações apenas as mais simples instâncias onde opera tal sistema proposto pelos autores (cf. *op. cit.*, p.187):

III.(82) a. [AGRP \_\_\_ [C-AGR {<sub>XP</sub> NP [<sub>XP</sub> Pred]]]} (Predicação-C)

b. [AGRP \_\_\_ [A-AGR {<sub>XP</sub> NP [<sub>XP</sub> Pred]]]} (Predicação-T)

(adaptato de Raposo & Uriagereka 1995:187(12))<sup>18</sup>

Uma vez que estruturas como a destacada em (83a) são tomadas como codificação de juízo categórico, segundo o modelo proposto por Raposo & Uriagereka, por que estruturas como (83b), que, segundo o que vem sendo defendido neste trabalho, consiste na codificação sintática de juízo categórico em PB, são bloqueadas?

III.(83) a. [Aquele senador]<sub>i</sub>, o deputado considerava [(*ser*) *ele*, o principal motivo das brigas dentro do partido], até que (...).

b. \* O deputado considerava [(*ser*) [*aquele senador*]<sub>i</sub>; *ele*, o principal motivo das brigas dentro do partido], até que (...).

O comportamento dos pronomes fortes e fracos em exemplos como (79) e (80) –repetidos a seguir – parece indicar que, diferentemente das estruturas até então analisadas neste

capítulo (nas quais não só os fortes, mas também os pronomes fracos do PB são de natureza lexical), nas estruturas a seguir destacadas, o pronome lexicalizado é preferencialmente interpretado apenas como um pronome do tipo forte, e não como um fraco, pois, parece estar restrito a antecedentes [+humano], como aponta o contraste entre a não-aceitação de (85b) e a gramaticalidade de (84b):

- III.(84) a. [Aquele senador]<sub>i</sub>, o deputado considerava [(ser) *o principal motivo das brigas dentro do partido*], até que (...).
- b. [Aquele senador]<sub>i</sub>, o deputado considerava [(ser) *ele<sub>i</sub> o principal motivo das brigas dentro do partido*], até que (...).
- III.(85) a. [Esse tipo de reunião]<sub>i</sub>, eu considerava [(ser) *o principal motivo de brigas dentro deste departamento*], até que (...).
- b. ?? [Esse tipo de reunião]<sub>i</sub>, eu considerava [(ser) *ele<sub>i</sub> o principal motivo de brigas dentro deste departamento*], até que (...).

O arcaísmo de construções como as destacadas em (84) e (85) – provavelmente geradas por uma mesma gramática que licencia pronomes nominativos fracos nulos – talvez possa ser tomado como ponto inicial de argumentação em defesa da hipótese de que a co-referência existente em estruturas como (84b) não é da mesma natureza sintática que a existente em construções do tipo [Aquele senador]<sub>i</sub> *ele<sub>i</sub> era o principal motivo de brigas dentro do partido*, pois que nesta o pronome fraco *ele* toma como seu antecedente o elemento a ser interpretado no componente apropriado como *sujeito do juízo categórico* que a sentença codifica sintaticamente – tal como se vem defendendo neste trabalho –, ao passo que em estruturas como *ser ele o principal motivo de brigas (...)*, o pronome forte, *ele*

mesmo, pode ser tomado como o elemento a ser interpretado como *sujeito do juízo categórico*, uma vez que, como sugere Cardinaletti (1997), apenas aos pronomes fortes cabe a posição sintática destinada aos elementos a serem interpretados como sujeito de predicação, no sentido de Calabrese (1986). Nas palavras da autora:

*weak and full subjects occupy distinct Specifiers. (...) In NSLs [i.e., null subject languages], overt subjects, (...), occupy the higher subject position [denominada Agr1P]. Null subjects occur in the lower subject position. In non-NSLs, on the other hand, only strong subjects occur in the higher Specifier, whereas weak subjects occupy SpecAgr2P. (...) By way of speculation, let us note that the element in SpecAgr1P is the subject of the predication that occurs in the clause. (...) Agr1 must contain a 'subject-of-predication' feature. Agr1P would thus be SubjP, meaning that the Specifier of this projection defines the subject of predication (in Cardinaletti 1997: 53,55).*

#### III.4. Conclusão: de volta a [XP <sub>IP</sub> *pro* [...]] versus [XP <sub>IP</sub> *ele* [...]]

Com base no que apresentado no decorrer deste capítulo, o pronome lexical fraco *ele* do PB (homófono ao forte *Ele*, quer do PB, quer do PE) se comporta como o correspondente sintático de *pro* em PE e demais línguas verdadeiramente pro-drop. Logo, a título de explicar o fato de as estruturas com deslocamento à esquerda+resumptivo sujeito lexical do PB terem a mesma distribuição sintática com a idêntica interpretação trazida pelas estruturas SV do PE, as análises segundo as quais *pro* é sempre encontrado presente nas estruturas SV das línguas de sujeito nulo são aquelas que apropriadamente derivam o

paralelismo encontrado entre o PB e o PE, pois para tais análises as seguintes configurações são as pertinentes:

III.(86) a.	[Elle	[pro	[compró (...)]].	(Espanhol)
b.	[Ele	[pro	[comprou (...)]].	(PE)
c.	[Ele	[ele	[comprou (...)]].	(PB)
III.(87) a.	[María	[pro	[compró (...)]].	(Espanhol)
b.	[María	[pro	[comprou (...)]].	(PE)
c.	[A María	[ela	[comprou (...)]].	(PB)
III.(88) a.	[María	[Ella	[pro [compró (...)]].	(Espanhol)
b.	[María	[Ela	[pro [comprou (...)]].	(PE)
c.	[A María	[ela	[comprou (...)]].	(PB)

Note-se ainda que, em virtude de propor configurações como (86) a (88), tais análises provêm não só (i) uma clara direção explicativa com base na qual se pode encontrar a justificativa para o fato de as estruturas em (86) e (87) serem todas interpretadas como expressão de juízo categórico, como também (ii) derivam o fato de estruturas de deslocamento à esquerda coindexado a resumptivo sujeito lexical terem interpretação [+marcada] – de tópico contrastivo, no sentido de Creider (1979), ou tópico marcado, no sentido de Duarte (1987) –, apenas nas línguas pro-drop, porém não em PB<sup>19</sup>.

Assim sendo, são propostas como as de Soriano (1989) e Barbosa (1997) que apontam para a pertinência da hipótese reformulada em (27) e abaixo repetida – hipótese esta já francamente confirmada empiricamente pelo extenso estudo sociolinguístico, de Duarte (1995), acerca dos pronomes nominativos do PB atual (v. gráfico 1):

III. (89) *Hipótese I reformulada*

*Sentenças SV do PE são interpretativamente equivalentes a sentenças com deslocamento à esquerda + resumptivo sujeito do PB porque projetam um mesmo esqueleto sintático, estando a diferença entre estas línguas na natureza nula ou lexical do pronome fraco [+referencial]*

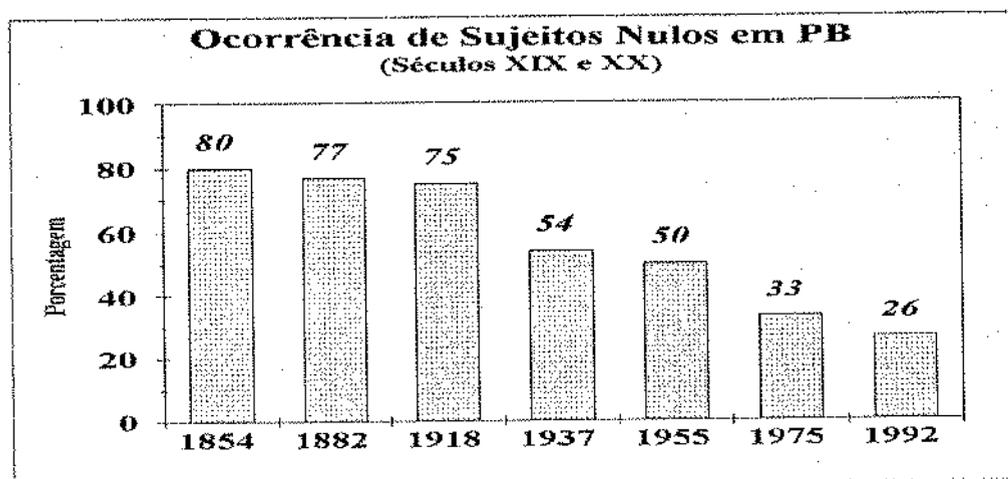


Gráfico 1: Ocorrência de sujeitos nulos no PB (séculos XIX e XX), segundo Duarte (1995)

Entretanto, as propostas de Soriano (1989) e Barbosa (1997) trazem ainda algumas questões a serem respondidas:

a) se os pronomes fracos ocupam um posição preverbal específica – [spec, AgrP], como apontam Cardinaletti & Starke (1993) –, a adjunção a IP do NP em posição de deslocamento a esquerda, defendida por Soriano e Barbosa, garantiria a interpretação deste

como sendo o correspondente sintático do item a ser interpretado no componente apropriado como sujeito de um juízo categórico?

b) ou tal NP deveria ocupar a posição de especificador da projeção responsável por abrigar em seu [spec] os elementos a serem interpretados como *sujeito da predicação*, como defende Cardinaletti (1997), ou *tópico* (casualmente marcados), como propõe Martins (1994) ao aplicar ao PE a proposta Kuroda (1972; 1992)?

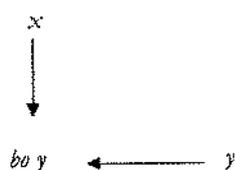
Certamente, em propostas como as de Soriano e Barbosa é garantida, via co-referência, uma certa relação entre o NP deslocado e o pronome fraco em [spec, AgrP], e esta relação, como já apontam Cardinaletti & Starke (1993), é passível de ser formalizada. Segundo os moldes propostos por estes autores, por exemplo, sendo a diferença existente entre pronomes fortes e fracos a ausência neste da projeção CP – projeção esta que abriga o índice de referencialidade –, os pronomes fracos

*have no index. Lacking index, nothing forces them to be referential: they may occur as expletives, impersonals, etc. But since they lack a referential index, they can be interpreted as referential only if they are associated to a (non-deficient) antecedent, through coreference. As a consequence, deficient pronouns can only be referential if they are 'old information', or 'specific'. They are uninterpretable in and by themselves (in Cardinaletti & Starke 1993:28)*

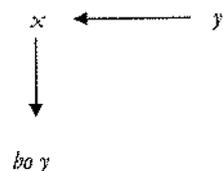
Cardinaletti & Starke (1993) observam ainda que, ao tratar de co-referência, se referem à configuração de acordo com a qual esta relação de coindexação é tomada como uma função na qual não ambos, mas apenas um dos membros do par refere, sendo o outro

membro associado ao primeiro, numa implementação similar a proposta por Fiengo & May (1994 *apud* Cardinaletti & Starke, *op.cit.*) (v. (90b)):

III.(90) a.



b.



Entretanto, apesar de poder ser garantida tal relação entre o pronome fraco e seu antecedente, em análises como as de Soriano (1989) e Barbosa (1997) não é explicitamente derivado o fato de os NPs preverbiais do Espanhol (tratados por Soriano) ou do PE (analisados por Barbosa) terem que ser interpretados como *tema*, ou *sujeito da predicação* (no sentido de Calabrese 1986) ou *tópico* (no sentido de Kuroda 1972; 1992), assim como nada com relação ao fato de sentenças SV destas línguas serem *sempre* interpretadas como sentenças predicativas (no sentido de Calabrese) ou como expressão sintática de juízo categórico (no sentido de Martins 1994 e Kuroda 1972; 1992).

Lembremos que, como observado no capítulo II deste estudo (subseção II.6.2.), ao tratar dos pronomes fracos em Italiano e seus antecedentes, Calabrese (1986) observou que em Italiano *pro* sempre toma como seu antecedente o sujeito preverbal lexical (segundo o autor, o único a poder ser interpretado como tema ou sujeito da predicação

(diferentemente do sujeito posverbal)), que se encontra presente na sentença dependente à qual a sentença com sujeito nulo é associada (v. ex (39), abaixo repetido):

- III.(91) a. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, pro<sub>i</sub>/<sub>j</sub> era ubriaco.  
quando C. bateu em A., ele estava bêbado.
- b. Quando Carlo<sub>i</sub> ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, lui<sub>i</sub>/r era ubriaco.

Em sua análise, o autor não considera hipóteses como as de Soriano (1989) e Barbosa (1997). Entretanto, se aplicadas as propostas das autoras aos exemplos de Calabrese supracitados, as configurações obtidas seriam as seguintes:

- III.(92) a. [[Quando [<sub>IP</sub>Carlo<sub>i</sub> [<sub>IP</sub>pro [<sub>IP</sub>ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, ]]]] [<sub>IP</sub>pro<sub>i</sub>/<sub>j</sub> [era ubriaco]]].
- b. [[Quando [<sub>IP</sub>Carlo<sub>i</sub> [<sub>IP</sub>pro [<sub>IP</sub>ha picchiato Antonio<sub>j</sub>, ]]]] [<sub>IP</sub>lui<sub>i</sub>/r [era ubriaco.]]]

Frente a tais configurações, novamente surge a questão: como derivar o fato de um sintagma em posição adjunta poder (e obrigatoriamente dever) ser interpretado como tema, ou sujeito da predicação, nos termos de Calabrese (1986)? (Vale lembrar que a formalização proposta por Calabrese tem por base a proposta de Rothstein (1983), de acordo com a qual, sendo x o predicado primário de y se e somente se x e y estão (i) em relação de concordância ou (ii) em relação temática, o tema é o sujeito da predicação primária – voltaremos a esta proposta no próximo capítulo). Ou ainda, como corolário da primeira questão: como derivar o fato de estas sentenças com NPs preverbiais adjuntos a IP só poderem ser interpretadas como sentenças predicativas, sendo completamente bloqueada a interpretação destas como estruturas apresentativas (no sentido de Calabrese)

ou como codificação sintática de juízo tético (no sentido de Kuroda)? A este tópico será dedicado o próximo capítulo deste trabalho.

### III.5. Notas

---

<sup>1</sup> Acerca da natureza da projeção XP, cf. capítulo IV.

<sup>2</sup> Segundo Soriano, o sujeito lexical preverbal nas línguas pro-drop certamente não se encontra quer em [spec, CP] – visto que este não é incompatível com elementos-Q –, quer em uma projeção FocP – uma vez que também não é incompatível com um elemento focalizado.

<sup>3</sup> Com este mesmo argumento (i.e., o não licenciamento de pro em virtude da ausência de Agr capaz de licenciar esta categoria vazia), a autora explica a obrigatoriedade do pronome *tu* em sentenças subjuntivas do Italiano:

(1) Ès necessario que tu vada.

<sup>4</sup> Conforme apontado por Ilari & Franchi (1993), também o Bielês, falado em Biella, província de Vercelli, Itália, apresenta a mesma propriedade sintática relativa à presença obrigatória de sujeito lexicalizado pronominal, de natureza clítica, segundo os autores, encontrada no Trentino e Fiorentino.

---

<sup>5</sup> Segundo os dados presentes em Barbosa (1997), a inversão românica em Fiorentino ocorre com todo e qualquer tipo de verbo (seja inacusativo, inergativo ou mesmo transitivo). Como afirma a autora, este tipo comportamento quanto à inversão românica afasta o Fiorentino da sintaxe do Francês (que só permite sujeito posposto nas chamadas *construções expletivas*), ao passo que o aproxima do Italiano. Entretanto, para maiores detalhes sobre a ordem VS em Italiano, cf. Zubizarreta (1997), segundo a qual a inversão românica nesta língua ocorre em estruturas inacusativas e inergativas, mas não em transitivas.

<sup>6</sup> Conforme demonstrado na subseção III.1.0., Soriano (1989) aplica os testes acima mencionados tanto para sujeitos quanto para objetos do Espanhol e do Inglês. Aqui estaremos aplicando-os apenas aos sintagmas em posição sujeito.

<sup>7</sup> Ao serem comparadas (1) e (2), os informantes do PB preferem categoricamente (1), embora também em (2) a co-indexação entre o pronome lexicalizado e o NP quantificado seja aceita:

- (1) [Muitos meninos]<sub>i</sub> disseram que pro<sub>i</sub> não fizeram nada daquilo.
- (2) [Muitos meninos]<sub>i</sub> disseram que eles<sub>j</sub> não fizeram nada daquilo.

<sup>8</sup> Voltaremos adiante a exemplos similares aos presentes neste paradigma (24). Por hora, vale notar que, de qualquer forma, (24d) pode ser interpretado como *compatível* à análise de Soriano – segundo a qual pronomes fortes e fracos não possuem uma mesma distribuição sintática. Afinal, este exemplo não parece ser um caso de oscilação entre o pronome fraco

---

nulo *pro* e o pronome fraco lexical *ele*, mas sim entre o pronome fraco nulo e o pronome forte lexical. Ao menos isto é o que parece indicar o comportamento do paradigma abaixo:

- (1) a. Quando [pro]<sub>i</sub> trabalha, [o João]<sub>i</sub>; não bebe.  
b. ? Quando [ele]<sub>i</sub> trabalha, [o João]<sub>i</sub>; não bebe.  
c. \* Quando [ela]<sub>i</sub> está cega, [a tesoura]<sub>i</sub>; não corta tecido (só papel).

Como veremos a seguir, a literatura especializada (Kayne 1975; Cardinaletti & Starke 1993, dentre outros) defende que um dos diagnósticos para a distinção entre pronomes fortes e fracos consiste na averiguação da natureza [+animada] ou [-animada] do referente do pronome, visto que apenas os pronomes fracos podem ter antecedentes inanimados, ao passo que os fortes têm obrigatoriamente antecedentes animados. Por alguma razão – talvez em virtude da ausência da relação de antecedência entre o sintagma nominal ao qual o pronome é coindexado e o pronome propriamente –, as estruturas em (1) são distintas de estruturas como (2):

- (2) a. ? Quando [o João]<sub>i</sub> trabalha, [pro]<sub>i</sub>; não bebe.  
b. Quando [o João]<sub>i</sub> trabalha, [ele]<sub>i</sub>; não bebe.  
c. Quando [a tesoura]<sub>i</sub> está cega, [ela]<sub>i</sub>; não corta tecido (só papel).

<sup>9</sup> Voltaremos a discutir exemplos como (34) quando tratarmos da proposta de Figueiredo Silva (1996) para os pronomes nulos do PB.

---

<sup>10</sup> Diferentemente do que sustenta Negrão, segundo meu julgamento e de outros falantes nativos consultados, contextos referenciais com a forma possessiva sua são interpretados sempre como associados à segunda pessoa do discurso. Dai o paradigma eu - meu/minha; você - teu/tua; seu/sua; ele - dele/dela; por isso, o comportamento em (1) abaixo:

- (1) A: – [O Neno]<sub>k</sub> me disse que [o Ricardo]<sub>k</sub> telefona sempre para [a sua<sub>1/1kw</sub> mãe].  
B: – O Ricardo liga sempre para a minha mãe?!? Eu não sabia disso!!

Conseqüentemente, para uma sentença como (1) obtemos o resultado oposto ao que defendido por Negrão.

<sup>11</sup> Assim como o que apontado na nota acima, o mesmo acontece para (1) abaixo:

- (1) A: – [A amiga da Ana]<sub>k</sub> disse que sempre telefona para [sua<sub>1/1kw</sub> mãe].  
B: – Que amiga da Ana? A Eva? Eu não sabia que a Eva telefona sempre para a minha mãe. A mamãe nunca comentou isso comigo.

<sup>12</sup> Para *sloppy interpretation*, siga a termo em português *interpretação imprecisa*, presente em Cyrino (1994).

<sup>13</sup> Figueiredo Silva observa ainda que há certos contextos em PB nos quais a presença de uma categoria vazia que tem interpretação definida ainda é possível:

---

*pro em sentenças-matriz:*

- (1) a. Comprei um carro ontem.  
 b. \* O que que *cv* comprei ontem.

*pro em sentenças encaixadas com deslocamento à esquerda na sentença matriz:*

- (2) a. [A Maria]<sub>i</sub>, o João disse que *cv<sub>i</sub>* comprou um carro.  
 b. \* [A Maria]<sub>i</sub>, o Pedro olha *pro* chão toda vez que *cv<sub>i</sub>* fala com ele.

*pro em sentenças encaixadas sem deslocamento à esquerda na sentença matriz:*

- (3) a. [O João]<sub>i</sub> disse que *cv<sub>i</sub>* comprou um carro.  
 b. [O Pedro]<sub>i</sub> olha *pro* chão toda vez que *cv<sub>i</sub>* fala com ela.

Segundo a autora, entretanto, em nenhum desses casos há um *pro* [+referencial]: em (1) e (2) há um operador nulo e em (3) um *pro* de natureza [+anafórica] (cf. Figueiredo Silva 1996:129-137).

<sup>14</sup> Quanto ao critério de acentuação contrastiva, segundo Cardinaletti & Starke (1993), o contraste presente do paradigma abaixo parece indicar que não se trata do caso de pronomes fracos nunca poderem receber acento contrastivo, mas sim que "deficient elements are permissible with contrastive stress only if they refer to an entity which is 'already prominent in the discourse'" (*in* Cardinaletti & Starke 1993:6-7):

- (1) a. \* Jean LA voit.                      b. A: – On a dit que je mangerai ce gâteau demain.  
       ✓ Jean voit elle.                      ✓ B: – Non, que JE mangerai ce gâteau demain.

---

Entretanto, em se tratando de um contexto como (1a), o critério de acentuação contrastiva é eficaz (como defende Laenzlinger & Shlonsky 1997).

<sup>15</sup> Esta propriedade, como é apontado nas tabelas 7 e 8, também é partilhada pelos clíticos. Entretanto, por não serem abordados neste trabalho, os clíticos não foram citados no corpo do texto.

<sup>16</sup> Cf. Cinque (1988) acerca de tais construções.

<sup>17</sup> Os paradigmas supracitados foram inspirados dos exemplos abaixo, de Jairo Nunes (comunicação pessoal):

- (1) a. A assessora do FHC, o deputado considerou [ser ela o motivo da briga].  
b. \* O deputado considerou [ser a assessora do FHC, ela o motivo da briga].

<sup>18</sup> Cf. ainda Raposo & Uriagereka (1995:191-194), acerca da formalização de caráter semântico proposta pelos autores a fim de derivar o porquê de os predicados categóricos serem sempre tomados como propriedades permanentes de seus sujeitos, ao passo que os téticos são tomados como propriedades transitórias.

<sup>19</sup> Observe-se também que tal análise ainda provê uma razoável explicação para o que poderia ser considerado uma exceção do PB quando comparado às línguas românicas de sujeito nulo: a possibilidade de DEs em construções encaixadas. Afinal, a comparação entre as configurações em (1) não só aponta para o fato de que (i) uma derivação sintática como

---

(1a) é absolutamente equivalente a uma como (1b) – residindo a diferença entre elas, tal como amplamente defendido no decorrer do presente capítulo, na natureza nula *versus* lexical dos pronomes fracos do PE e PB respectivamente –, assim como para o fato de que (ii) (1a) e (1c), apesar de terem idênticas saídas (*i.e.*, *outputs*) fonéticas no que diz respeito à sintaxe linear, projetam estruturas sintáticas diferentes, uma vez que a forma lexicalizada do pronome sujeito do PE deve ser classificada como um *pronome forte*, ao passo que em PB tal forma consiste em um *pronome fraco*:

- (1) a. Eu sei [que [o João [ele fuma]]. (PB)  
b. Eu sei [que [o João [pro fuma]]. (PE)  
c. Eu sei [que [o João [Ele [pro fuma]]]]. (PE)

## Capítulo IV

### A formalização sintática das estruturas com deslocado à esquerda + resumptivo sujeito no PB

---

#### IV.0. Introdução: a noção de sujeito na teoria sintática chomskyana

Como aponta McCloskey (1997), a noção de sujeito, embora nunca tendo desempenhado qualquer papel formal na teoria gramatical gerativa, já foi associada a uma significativa gama de noções: o elemento ao qual certos tipos de papéis semânticos são associados – prototipicamente *agente*; o argumento mais proeminentemente dos verbos; aquele que, por exemplo, pode ligar reflexivos e recíprocos que se encontram em outras posições argumentais, porém, sendo ele mesmo um reflexivo ou um recíproco, não pode ser ligado por outros argumentos; o elemento que tipicamente é marcado formalmente – por posição ou morficamente, etc. Entretanto, como o autor observa, se comparadas as posições ocupadas por um elemento-Q em uma sentença como (1) e as funções desempenhadas por tal elemento em cada uma dessas posições estruturais, a posição [spec, IP] tal como concebida no modelo chomskyano que vigorou até o final dos anos 80 parece ter um comportamento anômalo.

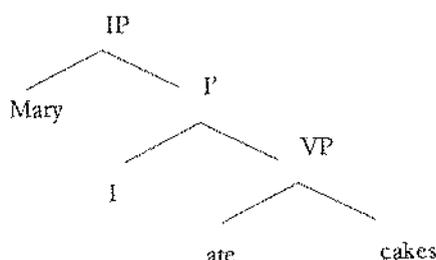
Em (1)

- (i) como complemento de V, o elemento-Q ocupa uma posição irmã de V;
- (ii) como operador, o mesmo elemento ocupa uma posição periférica à sentença.

Já em (2), diferentes funções – a saber, atribuições de Caso e papel temático – eram realizadas numa só posição:

IV.(1) What did everyone eat t?

IV.(2)



Porém, se a cada uma das relações/funções desempenhadas pelo elemento-Q na sentença acima citada estaria associada a uma posição canônica, por que para as funções desempenhadas pelo NP preverbal em (2) também não seria o caso de serem realizadas em posições específicas? Por que este agrupamento de funções associado a uma única posição estrutural não deveria ser desfeito, de modo a que cada uma das funções fosse associada a um lugar estrutural particular?

Segundo McCloskey, o desenvolvimento da hipótese do sujeito interno a VP, no decorrer da década de 90, veio cumprir esta tarefa no modelo de análise sintática gerativista<sup>1</sup>, pois se assume não haver teoricamente uma *posição para sujeito* (no sentido de uma posição única na qual todas as propriedades de sujeito são expressas e licenciadas), mas sim que tais propriedades seriam distribuídas por uma seqüência de posições

associadas derivacionalmente. McCloskey observa também que, com o reconhecimento da pertinência da hipótese do sujeito interno a VP, estudos como os de Jonas e Bobaljik (1993) acerca das construções transitivas expletivas com sujeito indefinido das línguas escandinavas indicaram que, para além das posições interna e externa a VP – especificamente [spec, IP] ou [spec, AgrP] –, mais uma outra posição acima de VP deveria estar disponível: segundo os autores, [spec, TP]<sup>2</sup>.

Cabe observar, entretanto, que, apesar da significativa retrospectiva elaborada por McCloskey (1997) a respeito das propostas sintático-gerativistas sobre posições para sujeito, o autor não menciona observação alguma acerca das propriedades relativas ao que certos autores (dentre eles, Rothstein 1983, Calabrese 1986, Heycock 1994 e Cardinaletti 1997) denominam *sujeito da predicação*, ou que outros, como Martins (1994) – com base em Kuroda (1972; 1992) –, classificam como *tópico* – i.e., o elemento sintático a ser interpretado no componente apropriado como *sujeito de juízo categórico*.

#### IV.1. Sobre *sujeito de predicação* e *tópico*

##### IV.1.0. A proposta de Calabrese (1986) via Rothstein (1983)

Diferentemente de Napoli (1989), cuja abordagem acerca do conceito de predicação se baseia em *eventos e desempenhadores de papéis nesses eventos*, Rothstein (1983) defende a tese de que a relação sintática de predicação é independente da atribuição de papel temático, sintetizadora da relação lexical de predicação. Para a autora, as projeções máximas (sejam argumentos ou predicados) são licenciadas de duas formas apenas: se argumentos, por atribuição de papel temático; se predicados, por uma *regra de ligação de predicado*, garantidora da obrigatoriedade de um predicado ter que ser ligado a um sujeito,

conforme a generalização a que se remete o Princípio de Projeção Extendida (EPP). Como formaliza a autora, segundo tal regra, para uma língua como o Inglês, por exemplo, toda e qualquer projeção máxima não marcada tematicamente deve estar ligada em estrutura-S a um argumento, sendo (i) o *c-comando mútuo* a relação entre tal argumento e a projeção máxima mencionada e (ii) tal ligação se dando da direita para a esquerda (i.e., o predicado sendo ligado ao sujeito, e não vice-versa).

Aplicando ao Italiano a noção de sujeito de predicação proposta por Rothstein (1983), Calabrese (1986) deriva o fato de os pronomes fracos desta língua só poderem tomar sujeitos preverbiais como seus antecedentes (cf. capítulo II, seção II.6.1).

#### IV.1.1. A crítica de Heycock (1994) a Rothstein (1983)

Uma vez centralmente baseada em Rothstein (*op. cit.*), à análise de Calabrese podem ser levantados contra-argumentos, quando contemplada sob a ótica de Heycock (1994).

Segundo Heycock, o estatuto especial do termo *sujeito* (no sentido dado pelo EPP tal como definido na teoria de Princípios e Parâmetros) não pode ser derivado quer por propriedades temáticas dos núcleos lexicais, quer por propriedades de Caso dos núcleos funcionais. Assim como em Rothstein, Heycock propõe o reconhecimento da *relação sintática de predicação* como um primitivo da gramática, independente e tão fundamental para a estrutura da sentença quanto a atribuição temática, a marcação de Caso e a atribuição de concordância.

Segundo a autora, a derivação do EPP sempre foi um desafio aos sintaticistas gerativistas. Como a autora observa retrospectivamente, antes do advento da hipótese do sujeito interno a VP, a assunção de que o sujeito sempre ocupava uma posição externa a

VP acabava por gerar explicações satisfatórias para uma série de fenômenos sintáticos: por não receber Caso de V, mas de INFL [+finito], em sentenças infinitivas os sujeitos receberiam Caso por Marcação Excepcional (sob regência externa) ou por alçamento; também por estar fora do domínio de regência de V, somente a posição sujeito poderia abrigar PRO.

O advento da hipótese do sujeito interno a VP veio mostrar, entretanto, que, apesar de o sujeito ocupar no início da derivação sintática uma posição interna a VP, a posição [spec, IP] ainda assim deveria ser obrigatoriamente preenchida em um certo momento derivacional. Procurando derivar esta obrigatoriedade, Heycock não se vale, entretanto, de uma regra de predicação que licencie predicados, tal como propõe Rothstein, mas sim de uma regra de predicação licenciadora da posição sujeito. Passo a passo, a análise de Heycock pode ser assim resumida. Primeiramente, a autora observa que, se tomada tal como é, a proposta de Rothstein não deriva satisfatoriamente a gramaticalidade de (3a), apesar de derivar a agramaticalidade de (3b):

- IV.(3) a. It is likely that the dollar will fall.  
b. \* Is likely that the dollar will fall.

Como apontado por Heycock, a regra de predicação tal como proposta por Rothstein licencia formalmente apenas predicados, sem nada que garanta o licenciamento da posição sujeito. Entretanto, se é mantida a distinção entre licenciamento de posições e licenciamento de cadeias argumentais (no sentido de Chomsky 1981 e sua formulação do EPP e do Critério Temático), logo o comportamento do paradigma em (3) não pode ser derivado. Afinal, segundo a regra de predicação de Rothstein, o predicado em (3) (i.e., *be likely that*

*the dollar will fall*) só é licenciado se ligado a uma posição sujeito; porém, segundo Chomsky (1981), sujeitos devem aparecer em uma posição licenciada. Se pela hipótese defendida por Rothstein, relações temáticas não licenciam a posição sujeito, o que, então, licencia a posição [spec, IP] em (3a) é a principal pergunta levantada por Heycock à análise de Rothstein. A proposta de Heycock é a de que tal posição é licenciada pela relação de predicação.

Uma vez, então, destinada a relação de predicação ao licenciamento da posição sujeito, o que dizer acerca do licenciamento de predicados? Para Heycock, das quatro hipóteses lógicas acerca do licenciamento de predicados – a saber, (i) predicados ocupam posições licenciadas por atribuição de papel temático; (ii) predicados ocupam posições licenciadas por um núcleo funcional; (iii) predicados ocupam posições da onde podem ser ligados por seus sujeitos e (iv) predicados não exigem licenciamento – a autora assume como correta a hipótese de que predicados não precisam ser licenciados.

#### IV.1.2. Lugares de pouso do NP<sub>sujeito</sub>, segundo Cardinaletti (1997)

Derivar o EPP não é um objetivo presente em Cardinaletti (1997). Entretanto, a proposta trazida pela autora leva à reflexão de que a generalização de que *toda sentença deve ter um sujeito* é pouco precisa, uma vez que posições sintáticas distintas parecem estar disponíveis para abrigar diferentes tipos de elementos preverbiais comumente denominados de *sujeito*.

Cardinaletti, que assume um esqueleto funcional no qual a projeção AgrP domina TP, defende a idéia de que sujeitos preverbiais de línguas de sujeito nulo, como Italiano, e de línguas de sujeito não-nulo, como Inglês e Francês, têm a seguinte distribuição sintática:

- IV.(4) a. [AGR1P {Gianni/lui/egli}] [AGR2P {pro/tu<sub>weak</sub>}] V<sub>fin</sub> [...]  
 b. [AGR1P {John/he}] [AGR2P {it}] Agr2<sup>o</sup> [V<sub>fin</sub> ...]  
 c. [AGR1P {Jean/lui/}] [AGR2P {il}] V<sub>fin</sub> [...]  
 (in Cardinaletti 1997:53 (73))

Para a defesa de tal hipótese, que a autora denomina de *hipótese da especialização* – de acordo com a qual as duas posições de sujeito presentes em (4) são especializadas para sujeitos de diferentes tipos: fortes ou fracos –, Cardinaletti se apóia nos resultados obtidos por alguns testes, dentre eles os seguintes:

a) estruturas parentéticas: em Italiano, tanto sujeitos plenos, quanto pronomes fortes e fracos podem ocorrer separados de V por um parentética; já em Inglês e Francês, uma vez separados de V por uma parentética, sujeitos plenos e pronomes fortes têm um comportamento sintático distinto do de pronomes fracos:

- IV.(5) a. Gianni/Lui, secondo me, è molto simpatico.  
 b. Egli, secondo me, è molto simpatico.

- IV.(6) a. John/he ( as you know) is a nice guy.  
 b. There (\* as you know) was a man in the garden.  
 c. It (\* as you know) rained the whole day.  
 d. It (?\* as you know) cots too much.  
 e. It (?\* as you know) is too expensive.

- |        |    |          |              |                           |
|--------|----|----------|--------------|---------------------------|
| IV.(7) | a. | Jean/Lui | ( je crois)  | aime beaucoup la musique. |
|        | b. | Il       | (* je crois) | aime beaucoup la musique. |
- (in Cardinaletti 1997:45 (45)-(47))

Para dar conta, primeiramente, da distribuição dos sintagmas preverbiais nas estruturas gramaticais de (5) a (7), Cardinaletti, ao assumir análises como as de Belletti (1990) – segundo a qual, em estruturas como (5) e (7a), V se encontra em Agr<sup>o</sup> –, aponta para a incompatibilidade entre esta assunção e aquela em que o sujeito preverbal de tais estruturas deveria ocupar a posição [spec, AgrP], pois isto levaria a assumir que a estrutura parentética estaria em adjunção a Agr<sup>r</sup>. Uma vez que tal opção não é teoricamente legítima, a autora conclui que nas estruturas em que o sintagma sujeito pode estar separado de V por uma parentética, tal sintagma deverá ocupar uma posição de especificador mais alta – posição esta representada em (4) por [spec, Agr1P].

b) exigência de adjacência: como já defendido por Pollock (1989), o diferente comportamento sintático encontrado entre (8) e (9) deve ser tomado como uma simples consequência de movimento de verbo: em Francês, mas não em Inglês, o verbo se move para o núcleo da categoria funcional cujo especificador deverá ser preenchido por um pronome fraco:

- |        |    |       |              |                          |
|--------|----|-------|--------------|--------------------------|
| IV.(8) | a. | * Il  | probablement | va arriver demain.       |
|        | b. | Il va | probablement | arriver demain.          |
| IV.(9) | a. | There | surely       | was a man in the garden. |
|        | b. | It    | often        | rained the whole day.    |
|        | c. | It    | probably     | costs too much.          |

Entretanto, se o movimento de V, que tem por consequência o efeito de adjacência SV em Francês, mas não em Inglês, não pode ser tomado como explicação para as sentenças agramaticais em (6) e (7) – uma vez que, diferentemente de (8) *versus* (9), em (6b) a (6e) *versus* (7b), Francês e Inglês têm o mesmo comportamento –, como, então, explicar tais agramaticalidades?

Uma explicação de cunho semântico poderia ser uma solução. Afinal, com base na diferença existente entre as sentenças entre (10a)-(10b) e (10c), poderia ser levantada a hipótese de que apenas elementos com conteúdo semântico, e não elementos do tipo expletivo, poderiam preceder estruturas parentéticas:

- IV.(10)
- a. \* There, as you know, was a man in the garden.
  - b. \* Yesterday, it, as you know, rained the whole day.
  - c. ?? I saw my favourite car again today. But I can't buy it, because it, as you know, costs too much.

Esta explicação, entretanto, não seria suficiente para dar conta satisfatoriamente da diferença entre as sentenças em (11), pois, neste caso, embora todas apresentem, em posição pré-estrutura parentética, elementos com conteúdo semântico, ainda assim, apenas (11b) e (11c) são plenamente gramaticais:

- IV.(11)
- a. ?? I saw my favourite car again today. But I can't buy it, because it, as you know, costs too much.
  - b. I'm afraid to invite the Smiths to dinner, because he, as you know, eats too much, and she, as you know, talks too much.

- c. I'm afraid to invite the Smiths to dinner, because he and his daughter, as you know, eat too much.

Também uma explicação de caráter fonológico poderia ser aventada. Segundo Cardinaletti, a agramaticalidade de uma estrutura do Francês como (7b) – abaixo repetido como (12a) – poderia ser devida ao fato de que, por não poder formar um constituinte fonológico próprio, os pronomes fracos do Francês precisariam ter um constituinte, ao qual pudessem ser cliticizados, sempre disponível. Mais uma vez, esta hipótese parece não conseguir cobrir todos os dados da língua satisfatoriamente, uma vez que, também em encaixadas, estruturas parentéticas não podem ocorrer entre V e o pronome fraco, apesar d'este poder, a princípio, estar cliticizado ao complementizador, como indicado em (12b):

- IV.(12) a. \* Il (je crois) aime beaucoup la musique.  
 b. \* The fait qu'il (selon toi) parle tre bien...

A tentativa de salvar a hipótese fonológica leva a autora a propor ainda que, se reformulada de modo a garantir que os pronomes-sujeito do tipo fraco do Francês só podem formar um constituinte fonológico com o verbo que os segue, logo (12b) poderia ser explicada por violar tal restrição. Novamente, porém, esta proposta não pode ser sustentada, pois, segundo Cardinaletti, com base em Toman (1992 *apud* Cardinaletti 1997:49), a cliticização fonológica pode ser tanto de natureza proclítica, quanto enclítica, a depender do contexto fonológico – o que implica que (12b) deveria ser gramatical.

Uma vez que quer a explicação de caráter semântico, quer a de caráter fonológico não são plenamente satisfatórias, a autora finalmente conclui que a agramaticalidade de

(6b) a (6e) e (7b) deve ser decorrência de uma restrição puramente sintática. Nas palavras a autora:

*weak pronouns occupy the Specifier position of the projection which hosts the finite verb in languages like Italian and French. Parentheticals, which occur in a position between weak pronouns and strong subjects, can only follow strong subjects (in Cardinaletti 1997:49)*

- IV.(13) a. [AGR<sub>1P</sub> {John/he} Agr1° [XP parenth. [AGR<sub>2P</sub> {it} Agr2° [V<sub>fin</sub>...  
 b. [AGR<sub>1P</sub> {Jean/Lui} Agr1° [XP parenth. [AGR<sub>2P</sub> {il} V<sub>fin</sub> [...

#### IV.1.3. Lugares de pouso do NP<sub>sujeito</sub>, segundo Martins (1994)

Apesar de motivada por argumentos distintos dos apresentados por Cardinaletti, também para Martins (1994) sujeitos podem ter, acima de VP, não só a posição [spec IP] (ou [spec, AgrP]) ou a posição [spec, TP], mas ainda um outro lugar de pouso, denominado pela autora [spec, ΣP].

Assumindo, assim como Kuroda (1972-76) e Kato (1988), que a distinção lógica entre juízos categórico e tético é sintaticamente codificada nas linguas naturais, uma das idéias centrais defendidas por Martins (1994), como já brevemente mencionado anteriormente (cf. capítulo I, seção 1.3.1), é a de que, aliado à dependência ou não da sentença, o lugar de pouso do sujeito em sintaxe visível ([spec, ΣP], [spec, AgrsP] ou [spec, TP]) revela distinções semânticas relativas a juízos. Sobre a projeção funcional ΣP, localizada imediatamente acima de AgrsP (que, por sua vez, para a autora, domina TP), Martins

assume, assim como Laka (1990), que tanto a negação quanto a afirmação são diferentes instanciações de uma mesma categoria funcional mais abstrata  $\Sigma$ ; porém altera a proposta da autora ao sustentar que a categoria  $\Sigma$  está presente em todas as frases, e não somente nas enfáticas, como Laka propõe<sup>3</sup>. Martins inicia sua argumentação partindo dos seguintes exemplos do Latim, PE e Espanhol relativos a respostas mínimas de interrogativas totais:

- IV.(14) **Latim:** – Clodius insidias fecit Miloni? – Fecit.  
 (“Clodius conspirou contra Miloni? Conspirou”)
- IV.(15) **PE:** – Viste o João? – Vi.
- IV.(16) **Espanhol:** – Viste a Juan? – Sí / \*Vi.

Assumindo, como Laka, que em respostas mínimas a interrogativas totais, obrigatoriamente o núcleo  $\Sigma$  tem que estar lexicalmente preenchido, Martins conclui, frente à assimetria interlingüística expressa pelo contraste entre as respostas do PE e Latim, de um lado, e do Espanhol, de outro, que naquelas línguas Af possui traços-V fortes, o que leva ao alçamento do verbo para o núcleo  $\Sigma$ , satisfazendo a obrigatoriedade de  $\Sigma$  ter conteúdo visível em tais contextos; nesta, por outro lado, Af possui traços-V fracos, implicando o não movimento do verbo para  $\Sigma$  em sintaxe visível. Todavia, tendo em vista a mencionada obrigatoriedade do preenchimento lexical do núcleo  $\Sigma$  nos contextos de resposta mínima a interrogativas totais, Martins lança a hipótese de que na história do Latim ao Espanhol, os traços-V de Af do Espanhol sofreram enfraquecimento, tendo o advérbio *sí* sido reanalisado como núcleo de  $\Sigma$ . Uma vez assumindo, conforme mencionado, que a projeção  $\Sigma$  está presente em todas as sentenças, Martins sustenta sua presença também nos exemplos em

(17) e (18), para as quais propõe, baseada em Chomsky (1993), as seguintes formalizações em (19) no que tange a posição do verbo:

IV.(17) **PE:** João leu o livro.

IV.(18) **Espanhol:** Juan leyó el libro.

IV.(19) a.  $[\Sigma P [\Sigma \text{ verbo}_i [\text{AgrsP} [\text{Agrs } t_i [\text{TP} ]]]]]$

b.  $[\Sigma P [\Sigma [\text{AgrsP} [\text{Agrs verbo} [\text{TP} ]]]]]$

Na verdade, por defender a tese de que a colocação dos clíticos nas línguas românicas depende da natureza da categoria  $\Sigma$  (morfologicamente forte ou fraca e com ou sem conteúdo lexical), Martins procura derivar de uma única propriedade de Af tanto (i) a assimetria do PE e do Espanhol no que se refere ao tipo de resposta mínima a interrogativas totais, quanto (ii) o contraste entre as duas línguas no que diz respeito à colocação de clíticos nas declarativas afirmativas não dependentes (colocação esta, enclítica para o PE, porém proclítica em Espanhol). Defendendo a proposta segundo a qual os clíticos se adjungem a AgrS<sup>o</sup>, Martins corrobora sua análise de que em PE Af tem traços-V fortes, em oposição aos traços-V fracos do Espanhol, a partir de exemplos como (20a) e (20b) para os quais a autora propõe as estruturas em (20c) e (20d) respectivamente:

IV.(20) a. João comprou-o.

b. Juan lo compró.

c.  $[\Sigma P [\Sigma \text{ verbo}_i [\text{AgrsP} [\text{Agrs clítico} [\text{Agrs } t_i [\text{TP} ]]]]]$

d.  $[\Sigma P [\Sigma [\text{AgrsP} [\text{Agrs clítico} [\text{Agrs verbo} [\text{TP} ]]]]]^4$

Ainda no que diz respeito a sentenças (20a) e (20b), uma vez que Af não se manifesta lexicalmente em tais estruturas, ao contrário de Neg, a autora assume que nesses tipos de sentenças Af é representado por um morfema abstrato, o que faz do verbo o constituinte  $V_{raiz}$ -T-AgrS-Af em nível morfológico<sup>5</sup>.

Consideradas estas observações acerca do papel desempenhado pela categoria  $\Sigma$  em sua análise, Martins observa, conforme já mencionado (cf. capítulo I, seção 1.3), o paralelismo semântico encontrado entre sentenças do Japonês como (21a), com a marca de Tópico –wa, e sentenças do PE como (22a-a') e (23a), com ordem SV, assim como entre sentenças do Japonês como (21b), com a marca de Nominativo –ga, e sentenças do PE como (22b-b') e (23b), com ordem VS:

- IV.(21) a.     neko wa asoko de nemutte iru  
                   o/um gato Top ali em a dormir está  
               b.     neko ga asoko de nemutte iru  
                   o/um gato Nom ali em a dormir está

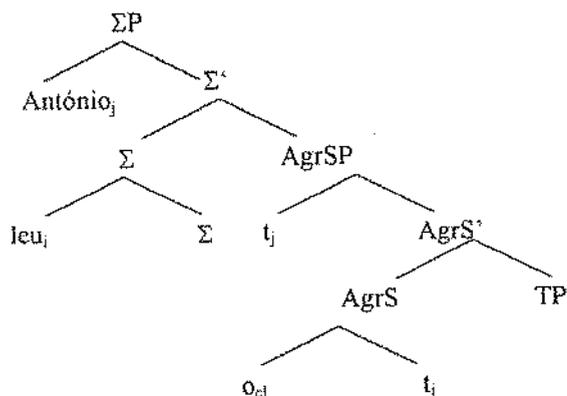
- IV.(22) a.     O gato está lá a dormir  
               a.'    Um gato está lá a dormir  
               b.     Está o gato lá a dormir  
               b.'    Está um gato lá a dormir

- IV.(23) a.     A Joana telefonou  
               b.     Telefonou a Joana

Frente a tal paralelismo, Martins, assim como Kuroda (1992), designa as frases que expressam juízos categóricos por frases topicalizadas e as que expressam juízos téticos, frases não-topicalizadas, formalizando sentenças SV do PE como (24), donde se extraem juízo categórico, segundo a representação em (25), assim como as VS como (26), que expressam juízo tético, segundo a representação em (27):

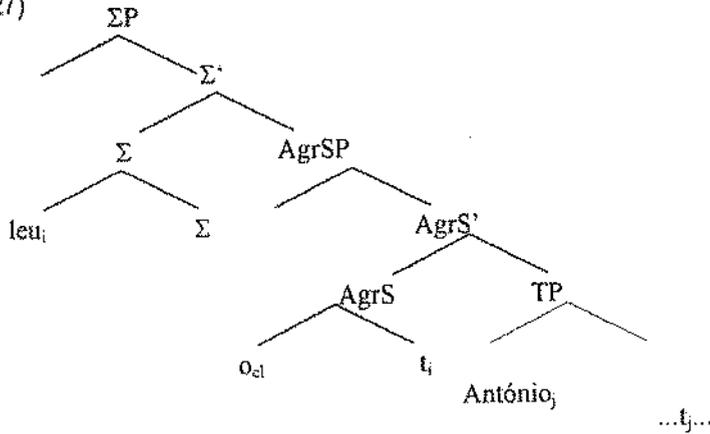
IV.(24) O António leu o ontem.

IV.(25)



IV.(26) Leu-o oAntónio ontem

IV.(27)



Para a autora,

*De acordo com a análise agora apresentada, [apenas (25), e não (27)] é uma frase 'topicalizada'. O movimento do sujeito para [spec, ΣP] poderá então ser motivado pelo seu carácter de tópico. Ou seja, pode estabelecer-se a hipótese de que [spec, ΣP] seja uma posição para tópicos (in Martins 1994:399).*

Para formalizar tal hipótese, a autora adota a proposta segundo a qual a posição [spec, ΣP] deve ser ocupada por NPs marcados com Caso Tópico, que é considerado junto com o Nominativo os potenciais Casos para NPs–sujeito. Na concepção da autora,

*Em frases 'topicalizadas', o sujeito é casualmente marcado Tópico; em frases 'não-topicalizadas', o sujeito é casualmente marcado Nominativo. Quando o sujeito recebe Caso Nominativo, Σ é inerte relativamente à atribuição de Caso;*

*quando o sujeito recebe Caso Tópico, T é inerte relativamente à atribuição de Caso (do mesmo modo que AgrO é inerte quando um só NP requer Caso estrutural – v. Chomsky 1993: 9-10) (in Martins 1994:400)<sup>6</sup>.*

Resta, entretanto, um fato a explicar: embora em Japonês NPs-sujeito e objeto marcados -wa não sejam acompanhados pelas respectivas marcas de Nominativo -ga e Acusativo -o (o que adequa empiricamente a noção de Tópico como Caso), os demais podem acumular marcas, como no caso do NP *niwa* em (28), que vem acompanhado pela partícula -ni assim como por -wa (cf. Kuroda 1992:17 *apud* Martins 1994:401):

IV.(28) *niwa ni wa neko ga iru*  
 jardim no gato estar  
 'no jardim está o/um gato'

Segundo Martins, exemplos como (28) podem ser explicados se para isso admitirmos a existência em Japonês de dois morfemas -wa, sendo o primeiro deles um marcador Casual, que identifica tópicos não-marcados, e o segundo, que pode co-ocorrer com marcadores Casuais e por isso interpretado como um marcador não-Casual, identificador de tópicos marcados. Assim, apenas NPs acompanhados pelo primeiro -wa, que consiste num marcador de Caso, posicionam-se em [spec,  $\Sigma$ P]; os demais, interpretados como tópicos marcados, estão adjuntos a  $\Sigma$ P, não possuindo portanto Caso Tópico, mas um outro qualquer. Com base nesta distinção, Martins analisa da seguinte forma as sentenças do Japonês que apresentam dois ou mais NPs marcados com -wa: apenas um deles (o NP-wa

sujeito ou objeto), localiza-se em [spec,  $\Sigma P$ ], onde verifica seu Caso Tópico, estando os demais NPs-wa em adjunção livre.

Finalmente, a autora aborda ainda sentenças com quantificadores e elementos focalizados e sua relação com a projeção  $\Sigma P$ . Calcada em exemplos como (29) a (31), Martins advoga a favor da hipótese de que, pelo fato de sintagmas-Q, quantificados e focalizados (que são objetos de mesma natureza, i.e., operadores que ligam variáveis) provocarem igualmente próclise quando em posição pré-verbal, tais sintagmas devem ocupar uma mesma posição sintática:

IV.(29) a. Quem te disse isso?

b. \* Quem disse-te isso?

IV.(30) a. Todos os cientistas se manifestaram a favor da nova legislação.

b. \* Todos os cientistas manifestaram-se a favor da nova legislação<sup>7</sup>.

IV.(31) a. Três vezes te telefonou ela (e não duas).

b. \* Três vezes telefonou-te ela (e não duas).

Uma vez que operadores não ocupam posição-A – e já se tendo assumido que Af e (também provavelmente) Neg, por conterem traços-V, fazem de seus respectivos especificados posições L-relacionadas (ou posições-A) – tais sintagmas não podem ocupar [spec,  $\Sigma P$ ], nem mesmo sob sua instanciação negativa, cuja presença frente a um clítico implica ocorrência de próclise. É certo que, há, de fato, uma motivação semântico-interpretativa independente para FP, a saber:

*Af e Neg são as instanciações não marcadas de  $\Sigma$ , F a sua instanciação marcada. FP é a expressão sintática dos processos semânticos de ênfase e marcação de escopo. F é acessível tanto a elementos intrinsecamente afirmativos como intrinsecamente negativos. Quando FP é projetado, as frases são interpretadas como afirmativas ou negativas em função dos traços dos elementos que ocupem posições dentro de FP. Assim, se um quantificador negativo, como nunca, ocupar Spec de FP, a frase recebe uma interpretação negativa. Não ocorrendo um operador negativo em [Spec, FP], no entanto, a frase recebe normalmente uma interpretação afirmativa, sendo a situação menos marcada aquela em que o elemento focalizado é o "centro" de uma asserção positiva (in Martins 1994:361).*

Entretanto, ao lado desta, há uma forte motivação de cunho sintático para FP: uma vez admitindo que [spec, FP] abriga operadores, esta posição deve ser não L-relacionada (ou posição-A'); por isso, F não deve ter traços-V, tendo como consequência o não-alçamento de V para F.

## IV.2. A projeção $\Sigma P$ no PB

### IV.2.0. Acerca do movimento I-para- $\Sigma$ de V

A argumentação de Martins sobre movimento de verbo de I-para- $\Sigma$ , uma vez aplicada ao PB, não parece satisfatória. Afinal, para uma proposta que assume (i) uma posição fixa para os clíticos (vale lembrar, como adjunto ao núcleo Agr) e (ii) deriva a característica proclítica versus enclítica das línguas via alçamento do verbo de Agr-para- $\Sigma$

(movimento este assegurado, ao ser o verbo o elemento que consiste numa resposta mínima a uma interrogativa total), o PB se comporta paradoxalmente: com alçamento de Agr-para-  $\Sigma$  (o que já implicaria a ordem V cl), porém sendo proclítico. A questão a que me proponho responder desta seção é: como tratar deste paradoxo?

Em seu clássico estudo acerca de sentenças com constituintes focalizados – no qual propõe que o foco de uma sentença seria o constituinte contendo o centro intonacional da sentença em estrutura superficial, sendo a pressuposição correspondente a este a expressão derivada pela substituição do constituinte foco por uma variável –, Chomsky (1971) aponta claramente para o fato de que perguntas sim-não são ambíguas do que tange a sua repartição foco/pressuposto<sup>8</sup>. Procurando demonstrar que um modelo, como a Teoria Padrão, (que levava em conta apenas as informações de estrutura-D para a obtenção da representação interpretativa, ou semântica, das expressões lingüísticas) deveria ser substituído por um outro (que levasse em conta a estrutura profunda das estruturas sintáticas, mas também sua estrutura superficial), Chomsky mostra, com base em exemplos como (32) que um sintagma focalizado não necessariamente correspondia a um sintagma em estrutura-D, e que, por isso, com base em tal estrutura, não se poderia obter a estrutura foco-pressuposto relativa à sentença:

IV.(32) (is John (certain (to win)))?

IV.(33) a. no, (John is (certain (to LOSE))).

b. no, (John is (likely not even to be NOMINATED))

c. no, (the election will never take PLACE) (in Chomsky 1971:202)

Também em (34), ao tomar cada um dos sintagmas entre parênteses como um sintagma candidato a ser o foco da sentença, o autor deriva o fato de todas as opções em (35) serem respostas possíveis a (34):

IV.(34) (was he (warned to (look out for (an ex-convict (with (a red (SHIRT))))))?)

- IV.(35) a. no, (he was (warned to (look out for (an ex-convict (with (a red (TIE)))))).  
b. no, (he was (warned to (look out for (an ex-convict (with (A CARNATION)))))).  
c. no, (he was (warned to (look out for (an ex-convict (WEARING DUNGAREES))))).  
d. no, (he was (warned to (look out for (AN AUTOMOBILE SALESMAN))))).  
e. no, (he was (warned to (expect a visit from the FBI))).  
f. no, (he (was simply told to be more cautions)).  
g. no, (nothing was said to anyone).

(in Chomsky 1971:202)

O fenômeno apontado por Chomsky com base nos exemplos acima ocorre igualmente no PB:

IV.(36) (aquela moça (queria (cigarro)))?

- IV.(37) a. não, (aquela moça (queria (uns chocolates))).  
b. não, (aquela moça (veio só tomar uma informação)).  
c. não, (ninguém entrou aqui).

Considerando-se o comportamento das sentenças de (32) a (37) acima, a primeira observação em prol da argumentação que será desenvolvida neste capítulo já deve ser

feita: embora, como indicado pela colocação dos parênteses nos exemplos de Chosmky, o autor pareça não englobar a partícula negativa na estrutura alvo da repartição foco/pressuposição, não é óbvio que, em se tratando de respostas mínimas, o elemento que está a ocorrer como resposta não deva (ou possa) ser considerado o foco da estrutura. Vejamos o raciocínio. Primeiramente, em línguas como o PB, Inglês, Francês, dentre outras, um constituinte focalizado, por restrição de PF, deve obrigatoriamente dominar a palavra com a principal proeminência prosódica da sentença, o que impede, por exemplo, que elementos focalizados sejam categorias nulas. Como primeira consequência desta afirmativa, poderíamos tomar por hipótese o fato de que, em testes de pares pergunta/resposta – por meio dos quais se mapeia a **estrutura de foco** de uma sentença (i.e., a repartição desta em **parte pressuposta versus parte não-pressuposta**) –, respostas mínimas devem ser tomadas como parte não-pressuposta, ou **foco**, e, por isso, respostas mínimas a interrogativas totais, se podem nos ‘dizer’ algo, devem nos ‘dizer’ quais o(s) elemento(s) ou sintagma(s) que ocupam uma posição da projeção sintática que abriga elementos de natureza *foco*. Em segundo lugar, ao serem observados os tipos de interrogativa consideradas em tais pares pergunta/resposta, Zubizarreta (1997), dentre outros, aponta para o fato de que, em se tratando de perguntas-Q, a **parte pressuposta** destas pode ser parafraseada pela substituição do sintagma-Q por um indefinido – ou, nos moldes de Chomsky (1971) e Jackendoff (1972), por uma variável (o que acarreta serem as formas em (39) francamente reconhecidas como representadoras das estruturas de foco das sentenças em (38)):

IV.(38) a. What happened?

b. What did John do?

c. What did John eat?

IV.(39) a. Something happened.

b. John did something.

c. John eat something.

(in Zubizarreta 1997:3)

Mas e quanto a perguntas sem sintagmas-Q? Também nestas **a estrutura de foco** pode ser percebida? Sim: mesmo em estruturas com ausência sintagma-Q, a repartição foco/pressuposto é preservada; ao menos, é isso o que afirma Zubizarreta (1997) ao tratar das estruturas com foco contrastivo de um modo geral (i.e. estruturas com ou sem desacentuação), e Chomsky (1971), como vimos, ao tratar especificamente das estruturas de foco contrastivo sem desacentuação<sup>9</sup>.

Voltemos ao caso do PE, suas respostas mínimas e às projeções que, no modelo proposto por Martins, abrigam elementos interpretáveis como foco. Começamos pelos exemplos (31), deste capítulo, e (26), do capítulo 1 deste trabalho - abaixo repetidos como (40) e (41) respectivamente, já com as representação sintática atribuída a eles por Martins:

IV.(40) [FP três vezes<sub>i</sub> [F' [AgrsP pro<sub>j</sub> [Agrs' te telefonou [TP a Joana<sub>j</sub> [T' [...]]]]]]] (e não duas)

IV.(41) Quem telefonou?

[ΣP [Σ' Telefonou<sub>i</sub> [AgrsP pro<sub>j</sub> [Agrs' te V<sub>i</sub> [TP a Joana<sub>j</sub> [T' [...]]]]]]]<sup>10</sup>

Como indicado nestas derivações, o PE apresenta duas projeções que podem ser ocupadas por elementos focalizados (FP e TP), porém projeções essas especializadas: FP abrigando foco contrastivo, e TP, foco não contrastivo. Tomando, assim como Zubizarreta e Chomsky, os pares *perguntas sim-não/respostas mínimas* (ou completas) como exemplo de estrutura contrastiva, somos levados a supor, então, que, em um modelo como o proposto por Martins, respostas mínimas projetariam não a projeção  $\Sigma P$ , mas a projeção FP (i.e., a projeção marcada de  $\Sigma P$ ), na qual elementos de foco contrastivo são abrigados. Sendo assim, as respostas mínimas do tipo verbal (cf. ex. (14) a (16) deste capítulo) não devem poder nos dizer coisa alguma, segundo o modelo proposto por Martins, acerca do alçamento de V-para- $\Sigma$ <sup>11</sup>, mas apenas sobre o alçamento de V-para-F. Logo, o fato de o modelo de Martins apresentar duas projeções ( $\Sigma P$  e FP), ambas abrigadoras de elementos focalizados, debilita sua análise. Note-se que esta crítica não pode ser estendida à projeção  $\Sigma P$ , de Laka (1990) – inspiradora de Martins –, uma vez que, em Laka,  $\Sigma P$  – e apenas  $\Sigma P$  – abriga exclusivamente elementos de natureza enfática (presente, portanto, tanto no esqueleto sintático de respostas mínimas a interrogativas totais, quanto nas chamadas afirmativas enfáticas, com *do* suporte). Note-se ainda que, embora problemática no aspecto supracitado, a análise de Martins é bastante plausível no que diz respeito ao fato de que sentenças declarativas que não são nem afirmativas, nem negativas são ininterpretáveis, o que faz necessária a presença de uma projeção com um núcleo da natureza de  $\Sigma$  em toda e qualquer declarativa (afirmativa ou negativa). Também, como amplamente defendido neste trabalho, é bastante plausível a defesa de Martins, assim como a de Cardinaletti (1997) a favor de uma projeção acima de IP reservada a abrigar em seu especificador sujeitos de predicação (nos termos de Cardinaletti *apud* Calabrese 1986), ou sujeitos de juízos categóricos (nos termos de Martins). Assim, note-se finalmente que a crítica à Martins está

aqui direcionada à proposta da autora em querer garantir o alçamento do verbo para  $\Sigma$  – usando para isto respostas mínimas a interrogativas totais –, uma vez que, como dito anteriormente, o modelo que propõe apresenta um outro núcleo mais abilitado para isto: F<sup>o</sup>.

#### IV.2.1. Acerca de [spec, $\Sigma$ P] versus [spec, AgrP]

Uma vez desvinculadas as respostas mínimas a interrogativas totais do alçamento de V para  $\Sigma$ , a motivação de tal alçamento em PB é anulada, e, assim, o paradoxo encontrado ao ser aplicada integralmente ao PB a proposta de Martins é desfeito. Logo, ao PB é adequadamente aplicável o esqueleto sintático proposto por Martins para análise do PE:

a) à posição [spec,  $\Sigma$ P] cabe abrigar os sintagmas a terem seu Caso tópico checado<sup>12</sup>;

b) a posição [spec, AgrP] fica reservada a abrigar aqueles que devem ter checado seu Caso nominativo.

Entretanto, motivado pela hipótese segundo a qual *sentenças SV do PE são interpretativamente equivalentes a sentenças com deslocamento à esquerda + resumptivo sujeito do PB porque projetam um mesmo esqueleto sintático, estando a diferença entre estas línguas na natureza nula ou lexical do pronome fraco [+referencial]*<sup>13</sup>, serão defendidas neste estudo as estruturas em (42) para o PE e o PB respectivamente:

- IV.(42) a. [ $\Sigma$ P A Joana [ $\Sigma$ ' [AgrsP pro<sub>j</sub>] [Agrs' telefonou<sub>j</sub>] [TP [T' t<sub>j</sub>[VP t<sub>j</sub>] ]]]]]]] (PE)  
 b. [ $\Sigma$ P A Joana [ $\Sigma$ ' [AgrsP ela<sub>j</sub>] [Agrs' telefonou<sub>j</sub>] [TP [T' t<sub>j</sub>[VP t<sub>j</sub>] ]]]]]]] (PB)



- c. A Maria quem que ela encontrou?
- d. \* Quem que a Maria ela encontrou?

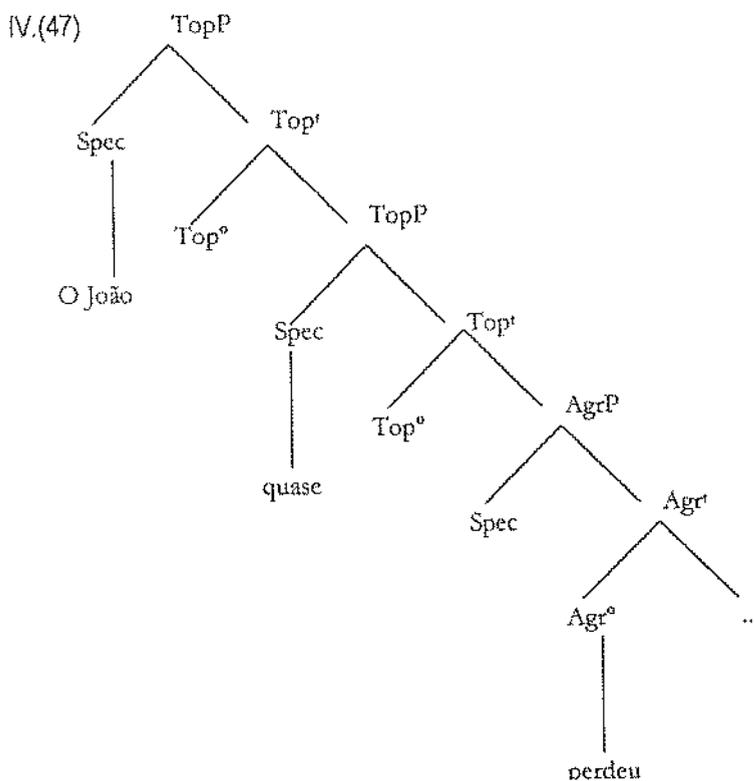
Sem se atentar quer para o fato de que estruturas do PB como (45a) e (45b) não são obrigatoriamente equivalentes sob o ponto de vista interpretacional, ou mesmo para o de que entre estruturas DEs do PB e DEs do PE deve residir uma diferença de caráter qualitativo, e não quantitativo (cf. Figueiredo Silva 1996:128), para a formalização de (45a), Figueiredo Silva assume a proposta de Rizzi (1990) – retomada em Rizzi (1995), como também em Rizzi (1997), cujo ponto de partida consiste na observação de que a presença de constituintes topicalizados atenua o efeito *that-t*, como indicam os exemplos do Inglês em (46), e, por isso, tais constituintes não devem estar adjuntos a IP, mas sim na posição de especificador de uma das projeções funcionais que compõem o complexo CP: neste caso, a projeção TopP

- IV.(46) a. \* an amendment [<sub>CP</sub> which [<sub>IP</sub> they said [<sub>CP</sub> t that [<sub>IP</sub> t will be law next year]]]]
- b. an amendment [<sub>CP</sub> which [<sub>IP</sub> they said [<sub>CP</sub> t that next year [<sub>IP</sub> t will be law ]]]]

Se, como apontado pela configuração em (46b), o sintagma adverbial preverbal ocupa a posição [spec, TopP], o que dizer do advérbio em (45a), que obrigatoriamente deve preceder o verbo, mas seguir o sujeito? Primeiramente, se em (45a) é assumido que o sujeito preverbal deve ocupar a posição [spec, AgrP] e o verbo que o segue, o núcleo Agr<sup>o</sup>, então ao sintagma adverbial só restaria ocupar, via adjunção, a posição Agr. Uma vez que adjunção a projeções X' não é uma opção teoricamente válida, Figueiredo Silva opta por uma análise do tipo a já sugerida por Belletti (1990), de acordo com a qual

*estruturas que apresentam um advérbio alto entre o sujeito e o verbo colocam em jogo uma posição mais alta que a da Concordância do sujeito, isto é, trata-se de uma forma de topicalização do advérbio e de deslocamento à esquerda do sujeito (in Figueiredo Silva 1996:67)*

Assim, para uma sentença como (45a), a autora defende a seguinte configuração em (47). Por outro lado, para os casos de estruturas sintáticas especificamente com redobramento de sujeito, Figueiredo Silva observa primeiramente que a estrutura proposta em (47) para uma sentença como (45a) – abaixo repetida como (48a) – não pode ser aplicada a (48b), pois isto implicaria uma recursão a mais da projeção TopP, como indicado em (49), para abrigar em seu especificador o elemento *deslocado à esquerda*. Todavia, assim configurada a sentença (48b), haveria o bloqueio, conforme indica a agramaticalidade de (48d), da presença da projeção FocP, prevista por Rizzi (1995) para dominar a projeção TopP mais baixa (e ser dominada pela projeção TopP mais alta):





A título de assegurar que aos elementos deslocados à esquerda cabe somente a posição [Spec, TopP], da projeção TopP mais alta – e não a posição de especificador da projeção CP, posicionada acima da projeção TopP alta, ou ainda o especificador da projeção TopP mais baixa –, Figueiredo Silva se vale do contraste existente entre as interrogativas indiretas (50a) e (50b). Segundo a autora, tal contraste pode ser derivado, se para tanto se assume respectivamente as configurações (51a) e (51b), o que bloqueia a ocorrência do DP deslocado quer em [spec, CP] – indicado pelo posicionamento do complementador *se* em C<sup>o</sup> e a ordem gramatical **complementador *se* > elemento em posição deslocada** –, quer em [spec, FocP] – indicado pelo posicionamento do elemento-Q em [spec, FocP] e a agramaticalidade da ordem **elemento-Q > elemento em posição deslocada**:

- IV.(50) a. Eu me pergunto se o João ele sempre faz isso com as pessoas.  
 b. ?? Eu me pergunto o que que o João ele sempre faz ao meio-dia.

- IV.(51) a. [CP [C<sup>o</sup> SE [TOPP O João [FOCP [TOPP ele [TOP [TOPP sempre [TOP  
 [AGRP...  
 b. [CP [C<sup>o</sup> [TOPP [FOCP O que que [TOPP O João [TOP [TOPP ele [TOP [TOPP sempre [TOP  
 [AGRP...]

#### IV.2.3. De Martins (1994) a Figueiredo Silva (1996)

Apesar de não abordar a distinção léxico/categorico e sua codificação sintática, o tratamento dado por Figueiredo Silva a elementos deslocados à esquerda do PB vem de encontro ao que se pretende defender neste trabalho, no sentido de que uma posição de especificador para tais elementos – ao invés de uma posição de adjunção – parece poder

garantir com mais eficácia a obrigatoriedade de estes deverem ser interpretados no componente apropriado como sujeito de juízo categórico. Entretanto, algumas observações à análise proposta pela autora devem ser feitas.

Primeiramente, acerca da projeção TopP mais baixa, vale notar, como a própria autora observa, que a atenuação em Inglês do chamado efeito *that-t* em sentenças com advérbios topicalizados constituiu a principal motivação para tal projeção, por Rizzi (1995). Logo, que esta análise seja aplicável ao Inglês é plausível; a questão é a aplicação de uma proposta como esta ao PB, uma língua que não apresenta qualquer restrição à ordem *complementador que > vestígio de sujeito*, como indica o contraste presente entre (52) e (53):

- IV.(52) a. \* [Which doctor]<sub>i</sub> did you tell me that t<sub>i</sub> had a heart attack during an operation?  
 b. ? [Which doctor]<sub>i</sub> did you tell me that during an operation t<sub>i</sub> had a heart attack?
- IV.(53) a. [Que médico]<sub>i</sub>; você me disse que t<sub>i</sub> teve um ataque cardíaco durante uma operação?  
 b. [Que médico]<sub>i</sub>; você me disse que durante uma operação t<sub>i</sub> teve um ataque cardíaco?

Uma vez tendo o PB tal comportamento no que diz respeito ao efeito *that-t*, não há bases para se projetar em sentenças desta língua uma categoria TopP acima de AgrP, tal como parece dever ser projetado em línguas como o Inglês<sup>14</sup>.

Ainda acerca de tal projeção, a recursão de TopP a título de alocar o resumptivo – além do sintagma adverbial topicalizado, conforme indicado pela configuração (51a) –

contradiz a análise de Cardinaletti & Starke, apresentada no capítulo III deste estudo, segundo a qual pronomes fracos não são *topicalizáveis*. Portanto, não é esperado posicionar o pronome fraco lexicalizado do PB no especificador de uma projeção de natureza [+tópico].

Quanto à projeção TopP mais alta – a qual abriga especificamente os sintagmas em deslocamento à esquerda – e sua relação com a projeção FocP, é necessário observar primeiramente que a noção de *tópico* utilizada por Figueiredo Silva não é diretamente equivalente à noção de *tópico* defendida neste trabalho, uma vez que a autora toma como base para sua análise a proposta de Rizzi (1995), na qual o termo *tópico* é definido como *a preposed element characteristically set off from the rest of the clause by "comma intonation" and normally expressing old information, somehow available and salient in previous discourse* (in Rizzi 1995:4). Assim compreendido o termo *tópico*, a projeção TopP, que o abriga, é compatível com a projeção FocP, no sentido de que tais projeções podem co-ocorrer em uma dada estrutura, como é o caso, segundo Figueiredo Silva, de (54a), para o qual, como anteriormente mencionado, a autora propõe a configuração em (54b):

- IV.(54) a. A Maria quem que ela encontrou?  
 b. [<sub>TopP</sub> A Maria [<sub>FocP</sub> quem que [ela encontrou]]]?

Entretanto, se definido o termo *tópico* tal como o é neste estudo, certos indícios de que, em estruturas como (54a), o sintagma deslocado à esquerda *não* deve ser interpretado, no componente apropriado, como o *sujeito do juízo categórico* são encontrados.

Primeiramente, como aponta Martins, estruturas com operadores (*i.e.*, com *elementos qu-* ou *sintagmas focalizados*) projetam não a projeção  $\Sigma P$ , porém a sua

instanciação *marcada* FP. O que isso indica? Em primeiro lugar, que as projeções  $\Sigma P$  e FP são compreendidas como sendo duas facetas de uma mesma projeção, da mesma forma que o são os dois lados de uma única moeda. Logo, similarmente ao que também aponta Belletti (1990) acerca de AffP e NegP, o aparecimento de uma das duas projeções supracitadas em um esqueleto sintático implica o obrigatório não aparecimento da outra. Por quê? Porque, conforme já anteriormente apontado por Kuroda (1969), estruturas *com operadores* devem ser interpretadas sob a bipartição *sujeito-predicado* característica dos *juízos categóricos*, apesar de tais estruturas não apresentarem a mesma configuração presente em sentenças *sem operador* que também devem ser interpretadas sob a estrutura *sujeito-predicado* de tais juízos.

Segundo Kuroda, não só em (55a), mas também em (55b) deve ser assumido haver não a representação de uma declaração referente tão somente a um estado de coisas – *sem* que seja atribuído a qualquer dos constituintes (*João* ou *Syntactic Structures*) o papel de portador (*i.e.*, de *sujeito*) de uma certa propriedade ou atributo (*i.e.*, de um *predicado*) –, mas sim uma estrutura *sujeito-predicado*, no sentido de que ambas representam uma declaração *acerca* de *João* – sendo este, portanto, o *sujeito* da sentença –, residindo a diferença entre (55a) e (55b) apenas no fato de que a marca *wa* é obrigatoriamente, nos termos de Kuroda (1969:120), *deletada* na presença de *sae*<sup>15</sup>:

- IV.(55) a. John wa *Syntactic Structures* o yonda.  
           'O João leu *Syntactic Structures*'
- b. John sae *Syntactic Structures* o yonda.  
           'Até o João leu *Syntactic Structures*'

Os argumentos de Kuroda para a assunção de que ambas estruturas em (55) apresentam a configuração *sujeito-predicado* podem ser assim resumidos. Diferentemente do que proposto pela lógica moderna, segundo a qual ambas estruturas (56a) e (56b) devem ser igualmente representadas pela fórmula em (57) – na qual Y é o predicado correspondente ao verbo *yonda* em sua forma [+passado] –, Kuroda (1969) defende a hipótese de que à sentença (56a) – repetida em (58a) – deve ser atribuída a configuração lógica representada pela fórmula (58b)<sup>16</sup>, ao passo que exclusivamente a (56b) – a seguir novamente, como (59a) – caberia a representação (59b):

- IV.(56) a. John wa *Syntactic Structures* o yonda.  
 b. John ga *Syntactic Structures* o yonda.

IV.(57) Y (John, *Syntactic Structures*)

- IV.(58) a. John wa *Syntactic Structures* o yonda.  
 b. S (John, Y( \_\_ , *Syntactic Structures*))

- IV.(59) a. John ga *Syntactic Structures* o yonda.  
 b. Y (John, *Syntactic Structures*)

A fim de justificar a necessidade e validade da distinção entre as representações (60a) e (60b) – respectivamente equivalentes a (58b) e (59b) –, o autor observa que, em se assumindo como relevante apenas as representações do tipo (60b), as sentenças em (61) teriam como representação lógica as configurações idênticas em (62):

- IV.(60) a. S (John, Y( \_\_ , Syntactic Structures))  
 b. Y (John, Syntactic Structures)

- IV.(61) a. John sae *Syntactic Structures* dake o yonda.  
 'Até o João leu apenas *Syntactic Structures*'  
 b. *Syntactic Structures* dake John sae yonda.

- IV.(62) a. Y ( $\sigma$  John,  $\delta$  Syntactic Structures) ( $\sigma \equiv sae$ ;  $\delta \equiv dake$ )  
 b. Y ( $\sigma$  John,  $\delta$  Syntactic Structures) ( $\sigma \equiv sae$ ;  $\delta \equiv dake$ )<sup>17</sup>

A questão é que, assim representadas, (61a) e (61b) são interpretadas como sinônimas; entretanto, tais estruturas não são interpretativamente equivalentes, pois que a interpretação relevante a ser dada a (61a) é a de que *all the persons in question read only S.S. and S.S. is even the only book that John read in spite of the expectation that John would read more because of his intense intellectual curiosity (...)* (in Kuroda 1969:120), ao passo que a (61b) deve ser dada a interpretação de que *among all the books in question S.S. is the only one that even John read, who was expected to read the least for some reason or other (idem)*.

Por outro lado, em se assumindo ambas as configurações em (60), as estruturas em (61) passam a ter as seguintes representações em (63). Assim configuradas, a não-sinonima das sentenças em (61) passa, finalmente, a ser correlatamente representada:

- IV.(63) a. S ( $\sigma$  John, Y( \_\_ ,  $\delta$  Syntactic Structures)) ( $\sigma \equiv sae$ ;  $\delta \equiv dake$ )  
 b. S ( $\delta$  Syntactic Structures, Y( $\sigma$  John, \_\_)) ( $\delta \equiv dake$ ;  $\sigma \equiv sae$ )

Aplicada aos dados do PB, a análise de Kuroda (1969) parece prever e derivar satisfatoriamente os seguintes contrastes:

- IV.(64) a. \* A MARIA ela leu *Syntactic Structures*?  
 b. A MARIA leu *Syntactic Structures*?
- IV.(65) a. \* A MARIA ela leu *Syntactic Structures* (e não a Ana).  
 b. A MARIA leu *Syntactic Structures* (e não a Ana).
- IV.(66) a. \* Só a Maria ela leu *Syntactic Structures*.  
 b. Só a Maria leu *Syntactic Structures*.

Conforme a assimetria presente nos dados acima parece indicar, assim como em Japonês – em que a presença de elementos sob focalização bloqueia o aparecimento da partícula *wa* – também em PB são bloqueados os termos focalizados em posição DE co-indexados a um resumtivo sujeito. Admitindo-se a proposta de Martins, inspirada em Kuroda, segundo a qual a projeção FP deve ser interpretada como a instanciação [+marcada] da projeção  $\Sigma P$ , as seguintes derivações para estruturas que projetam, em distribuição complementar,  $\Sigma P$  ou FP são propostas nno presente trabalho:

- IV.(67) a. [ $\Sigma P$  A Maria [ $IP$  ela<sub>i</sub> [<sub>i</sub> leu<sub>i</sub> *Syntactic Structures* [ $VP$  t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]]
- b. [ $FP$  A MARIA<sub>i</sub> [ $IP$  t<sub>i</sub> [<sub>i</sub> leu<sub>i</sub> *Syntactic Structures* [ $VP$  t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]](e não a Ana)<sup>18</sup>

Note-se que, assim concebidas as configurações em (67), não só é derivada (i) a obrigatória ausência do resumptivo sujeito em construções que projetam FP – pois, caso contrário, não se configura a relação de ligação entre o elemento em [spec, FP] e seu vestígio em [spec, IP] (condição sem a qual a relação *operador-variável* não é estabelecida) –, como também (ii) a provável natureza *adjunta* da posição ocupada pelo sintagma deslocado à esquerda quer em estruturas como (68b), quer em (68c), em virtude, como defendido, da não ocorrência das projeções  $\Sigma P$  e FP:

IV.(68)

- a. [FP A MARIA<sub>i</sub> [IP t<sub>i</sub> [r leu<sub>j</sub> Syntactic Structures [VP t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]] (e não a Ana)
- b. [FP A Maria [FP ELA<sub>i</sub> [IP t<sub>i</sub> [r leu<sub>j</sub> Syntactic Structures [VP t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]] (e não ele)
- c. [FP A Maria [FP O que que<sub>k</sub> [IP ela<sub>i</sub> [r leu<sub>j</sub> t<sub>k</sub> [VP t<sub>j</sub> t<sub>k</sub> ]]]]

#### IV.2.4. $\Sigma P$ e IP e a especialização de posições de especificador

Se, tal como exposto acima, FP e  $\Sigma P$  são concebidas como instanciações distintas de uma mesma projeção, no que diz respeito a  $\Sigma P$  e IP a hipótese a ser defendida neste trabalho, em consonância à tese de Martins (1994), é a de que, consideradas *independentes* – no sentido de que entre estas não é estabelecido o vínculo presente entre  $\Sigma P$  e FP –, tais projeções são especializadas respectivamente em *checagem de Caso tópico* e *checagem de Caso nominativo*. Logo, para a defesa das seguintes configurações relativas respectivamente às codificações de juízos categórico e tético

- IV.(69) a. [<sub>Σ</sub>P A Maria [<sub>IP</sub> ela<sub>i</sub> [<sub>I'</sub> telefonou<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]]]  
 b. [<sub>IP</sub> A Maria<sub>i</sub> [<sub>I'</sub> telefonou<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]]]

serão abordadas a seguir as seguintes questões: (i) a atribuição de Caso a sintagmas gerados na base em uma posição de especificador, assim como (ii) a desvinculação das atribuições de *Caso* e *papel-temático*.

#### IV.2.5. Revisitando a Teoria do Caso

Anteriormente ao modelo minimalista chomskyano, duas principais análises acerca de Caso vigoraram na teoria sintática gerativista: (i) a atribuição de Caso motivada por questões de Forma Fonética (PF) e (ii) a relacionada a questões de LF.

Estipulado a partir dos filtros de superfície propostos por Chomsky & Lasnik (1977), o então denominado *Filtro de Caso* detinha-se, a princípio, apenas à distribuição de NPs foneticamente realizados. Exemplos como (70), todavia, vieram por a prova tal estipulação, uma vez que vestígios de elementos-Q pareciam ter a mesma distribuição de NPs lexicalizados - o que faria com que o Filtro de Caso devesse responder também pela distribuição de tais categorias vazias:

- IV.(70) a. \* Who does it seem [t to be here]  
 b. \* Who are you proud [t to be here]  
 c. \* Who are you proud t  
 d. Who did you see t

Para dar conta de tais dados, foi proposta uma reformulação a tal filtro, assumindo-se, então, que, em exemplos como (70), vestígios de sintagmas-Q receberiam Caso, pois teriam de o transmitir por cadeia ao seu antecedente *lexicalizado*. Novamente, exemplos como os em (71) vieram indicar a debilidade da tal reformulação, pois que vestígios de elementos-Q deveriam estar em posição passível de receber Caso, *mesmo* quando seu antecedente não se encontrasse necessariamente presente na estrutura de modo *lexicalizado*:

- IV.(71) a. The man (who) I see.  
 b. \* The man (who) it seems to be here.  
 c. \* The man (who) I proud.

Assim, com base em tais dados, concluiu-se que não só NPs foneticamente realizados, mas também variáveis deveriam ter Caso. Além disso, as crescentes análises acerca de *pro* também vieram indicar que sentenças com *pro* sem Caso seriam mal-formadas. Uma vez que NPs, variáveis e pronomes não constituem uma classe natural, a Teoria do Caso passou, então, a ser vinculada à Teoria Temática, sob a hipótese de que argumentos precisariam de Caso, pois só assim seriam visíveis tematicamente em LF.

O advento da proposta minimalista chomskyana trouxe, entretanto, uma nova abordagem às questões Casuais.

Ao definir o *léxico* como *uma lista de exceções (ou de propriedades idiossincráticas) codificada de modo otimizado*, Chomsky (1995) defende a idéia de que para um item lexical como, por exemplo, *book*, uma das propriedades idiossincráticas codificadas na entrada lexical deste é a sua relação som-significado – o que implica que "*for the word book*,

the optimal coding (...) should include a phonological matrix of the familiar kind expressing exactly what is not predictable, and a comparable representation of semantic properties<sup>9</sup>(in Chomsky 1995:236). Adicionando a esta idéia a observação de que a cada item do léxico deve ser acrescido seu traço formal categorial (que consiste em um dos traços formais denominados pelo autor de *intrínsecos*), o modelo proposto por Chomsky para os itens substantivos imediatamente saídos do léxico e seus respectivos traços pode ser assim resumido:

Elementos substantivos e seus Traços		
fonológicos	semânticos	formais
<b>[matriz fonológica]</b>	<b>[representação semântica]</b>	<b>intrínsecos</b>

Tabela 9: Traços Presentes nas Entradas Lexicais de Elementos Substantivos, segundo Chomsky (1995)

Quanto aos traços formais denominados *opcionais* – nos quais se encontra o traço de Caso –, o autor observa que estes não devem estar previstos nas entradas lexicais:

Traços Formais		
	previstos na entrada lexical	não-previstos na entrada lexical
	<b>intrínsecos</b>	<b>opcionais</b>
nomes	<b>categorial, pessoa, gênero</b>	<b>número, Caso</b>
verbos	<b>categorial, Caso<sup>10</sup></b>	<b>traços-φ e tense</b>

Tabela 10: Traços Formais em Nomes e Verbos, segundo Chomsky (1995)

Afinal, a idéia defendida é a de que o que quer que possa ser derivado ou previsto por quaisquer princípios da gramática *não* deve estar (redundantemente) presente no léxico. Uma vez, então, admitido que ao léxico caberá apenas o que não se segue de princípios gerais – com a observação de que tais princípios podem ser de dois tipos: da UG ou de uma língua específica (cf. Chomsky 1995: 235) – a entrada lexical não deve indicar que o item book, por exemplo, tenha Caso ou traços- $\phi$ , pois isso deve se seguir – presumivelmente por princípios da UG (*i.e.*, *Universal Grammar*) – de seu pertencimento à categoria N (cf. *op. cit.* p. 236).

Finalmente, quanto à adição dos traços opcionais ao item lexical, Chomsky, que, ao fim e ao cabo, acaba por defender a hipótese nula segundo a qual “*Case and  $\phi$ -features are added arbitrarily as a noun is selected for the numeration*” (*op. cit.* , p. 237), observa o seguinte no que diz respeito aos nomes:

*Suppose that book is chosen as part of the array (...). We've described the choice of book as a two-step process: (1) form a numeration that includes (book, *i*), with index *i*, and (2) introduce book into the derivation by the operation *Select* (...). The optional features of a particular occurrence of book (say, [accusative], [plural]) are added by either step (1) or step (2); presumably (1). (...) the mapping from lexicon to numeration is random with regard to specification of book for Case and  $\phi$ -features, and the index of that collection of properties, though UG requires that there is always some choice of Case,  $\phi$ -features, and index (in Chomsky 1995:236-237).*

Assim atribuídos os traços de Caso aos NPs, tais sintagmas continuam a ser submetidos ao sistema computacional (que, assume-se, engloba as derivações ocorridas da *numeração* a LF), onde é dado lugar, então – após as operações *Select*, *Merge* e *Move* –, ao mecanismo de checagem de traços antes da operação *Spell-Out* (o qual deve ocorrer de maneira a eliminar da derivação os traços não-suportados por PF), ou depois desta.

Baseando-se no modelo acima exposto, os dados em (69) – abaixo repetidos como (72) – podem ser assim derivados:

- IV.(72) a. [ $\Sigma$ P A Maria [ $\mu$ P ela<sub>i</sub> [ $\mu$ r telefonou<sub>i</sub> [ $\nu$ P t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]]
- b. [ $\mu$ P A Maria<sub>i</sub> [ $\mu$ r telefonou<sub>i</sub> [ $\nu$ P t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]]

a) uma vez que, como defendido acima, aos nomes sempre devem ser adicionados traços de Caso e traços- $\phi$ , a proposta a ser defendida neste trabalho é a de que, para uma derivação convergente de uma estrutura como (72a), o traço de Caso tópico, no sentido de Martins (1994), é adicionado ao DP *A Maria*, ao passo que o traço de Caso nominativo o é ao pronome (lexicalmente marcado como [+fraco]) *ela*<sup>20</sup>; a checagem de tais traços é realizada, em sintaxe visível (*i.e.*, *overtly*, nos termos de Chomsky (*op.cit.*)), junto aos núcleos  $\Sigma^0$  e  $I^0$  respectivamente, devendo o DP posicionado em [spec,  $\Sigma$ P], marcado com Caso tópico, ser interpretado no componente apropriado como *sujeito de juízo categórico*;

b) por outro lado, para uma derivação convergente de uma estrutura como (72b), o traço de Caso nominativo é adicionado ao DP *A Maria*, sendo a checagem de tal traço realizada, também sintaxe visível, junto ao núcleo  $I^0$ . Neste caso, a estrutura é interpretada como um *juízo tético*, sendo a ausência da projeção  $\Sigma$ P – e o conseqüente não

preenchimento de seu especificador por DP algum – o elemento bloqueador para a interpretação de tal estrutura como expressão de juízo categórico<sup>21</sup>.

#### IV.2.6. Revisitando o Critério Temático

Se, sob a perspectiva minimalista, as configurações em (72) parecem não apresentar problemas quanto às questões de Caso, sob a perspectiva da Teoria da Regência e Ligação, tais estruturas poderiam ser tomadas como inviáveis teoricamente, ao serem analisadas segundo o ponto de vista da definição da *Condição de Visibilidade*, integrante deste modelo. Afinal, para uma proposta de acordo com a qual DPs recebem Caso apenas a fim de tornar seu papel temático *visível* em LF, a atribuição de Caso *tópico* ao DP gerado da base em [spec,  $\Sigma$ P] seria de natureza vácuca, uma vez que apenas o pronome fraco, que confere seu Caso *nominativo* em [spec, IP], é tematicamente marcado, pois que é o argumento externo de VP:

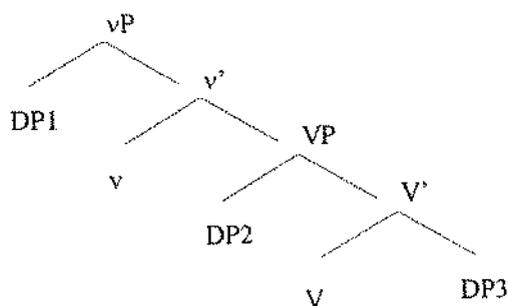
IV.(73) [ $\Sigma$ P DP [IP ele<sub>i</sub> [V<sub>fin</sub> [VP t<sub>i</sub> ]

Entretanto, se, por um lado, uma análise que prevê como correta uma configuração como (73) é incompatível com as implicações conseqüentes da aplicação aos dados da *Condição de Visibilidade* tal como apresentada quer em Chomsky (1981), quer em Chomsky (1986)<sup>22</sup>, por outro, segundo o que defende Nunes (1995) com base em Chomsky (1993), nenhum problema com relação a papéis-temáticos é encontrado em tais representações.

A proposta de Nunes pode ser assim resumida passo a passo. O autor parte da estrutura-IP, de Chomsky (1995), na qual a hipótese do *Sujeito Interno a VP* é incorporada

de maneira a considerar como argumentos internos de V todos os DPs dominados por VP, ao passo que ao seu argumento externo é reservada a posição [spec, vP] (v.(74)):

IV.(74)



Apesar de partir da mesma estrutura IP que Chomsky (1995), diferentemente deste – o qual justifica a agramaticalidade de estruturas como (75b) com base na idéia de que *argumentos* que *não recebem* papel-temático violam em LF a condição de Interpretação Plena (*Full Interpretation*, nos termos de Chomsky (*op.cit.*)) –, Nunes retoma à noção de Critério Temático tal como proposta em Chomsky (1993) (cf. Nunes 1995: n.91) e propõe que a agramaticalidade de (75b) deve ser derivada com base na hipótese de que a *não-atribuição de papel temático por parte do verbo* (e não o *não-recebimento deste por parte do argumento*, como defende Chomsky (*op.cit.*)), é o que causa violação de tal critério:

- IV.(75) a. John<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> expected [ someone<sub>j</sub> to be t<sub>j</sub> in the room]]]]  
 b. \* John<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> expected [t<sub>i</sub> to be someone in the room]]]]

Afinal, se papéis temáticos – tal como defendido em Chomsky (1993)<sup>23</sup> – são inerentemente associados aos *núcleos que os atribuem* (e não às *expressões que os recebem*), do ponto de vista conceptual parece ser certamente mais adequado definir o Critério- $\theta$  como uma condição relativa à *atribuição*, e não ao *recebimento*, destes (cf. Nunes 1995:168). Sendo assim concebido o Critério- $\theta$ , o mais eficiente poder explanatório da proposta de Nunes, se comparada a de Chomsky (1995), se revela ao serem confrontados os resultados de ambas as análises referentes a uma sentença agramatical como (76a), tomada sob a derivação parcialmente representada em (76b):

- IV.(76) a. \* It kissed Mary.  
 b. [TP It T[<sub>VP</sub> [VP kissed Mary]]]

Como observa Nunes, com base em uma versão do Critério Temático segundo a qual cadeias de argumentos devem *receber* um papel- $\theta$ , prevê-se equivocadamente que (76a) poderia convergir e receber uma interpretação equivalente a uma estrutura passiva como (77):

- IV.(77) Mary was kissed.

Por outro lado, segundo uma versão do Critério Temático de acordo com a qual, para a convergência da derivação, os atribuidores de papéis- $\theta$  devem saturar suas atribuições, a agramaticalidade de uma sentença como (76a) pode ser justificada pelo fato de que, segundo indicado pela derivação em (76b), a atribuição pelo verbo leve de seu papel temático externo não ocorre.

Com base nesta mesma argumentação, também o contraste em (78) é derivado. Em (78a), a derivação é cancelada por violar a condição de Último Recurso (*i.e.*, *Last Resort Condition*). Isto porque do movimento do sintagma *John* de sua posição inicial de inserção (onde satisfaz o EPP) para a posição de [spec, vP] (onde a ele é atribuído um papel temático por v) não resulta operação de checagem alguma; afinal, pelo fato de papéis temáticos não serem considerados traços formais, a atribuição de papel- $\theta$  está sempre em distribuição complementar à checagem de traços.

- IV.(78) a. \*  $John_i$  [<sub>VP</sub>  $t_i$  [<sub>VP</sub> expected [<sub>T</sub>  $t_i$  to be someone in the room]]]]  
 b.  $Someone_i$  was expected [<sub>T</sub>  $t_i$  to be  $t_i$  in the room]]]

Por outro lado, no que tange a (78b), ambos os movimentos do sintagma *someone* são licenciados em virtude de checagem de traços: de sua posição de base ao [spec, T] [-finito], para a checagem do traço-N de T; desta posição de especificador para a posição [spec, T] [+finito], para checagem do traço-N de T e dos traços- $\phi$  e de Caso do sintagma nominal.

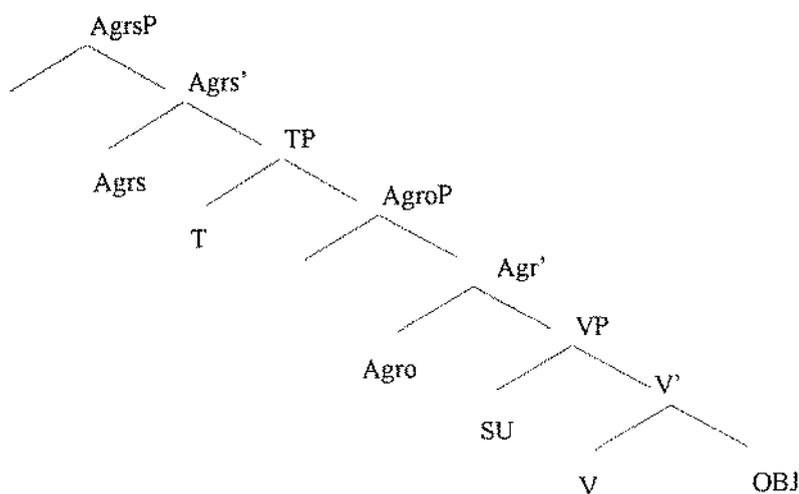
Com base no Critério Temático tal como defendido em Nunes (*op.cit.*), voltemos às derivações em (72) – abaixo repetidas:

- IV.(79) a. [<sub>SP</sub> A  $Maria_i$  [<sub>IP</sub>  $ela_i$  [<sub>T</sub> telefonou<sub>j</sub> [<sub>VP</sub>  $t_i$   $t_j$  ]]]]]  
 b. [<sub>IP</sub> A  $Maria_i$  [<sub>T</sub> telefonou<sub>j</sub> [<sub>VP</sub>  $t_i$   $t_j$  ]]]]]

Configuradas basicamente segundo a estrutura IP, de Chomsky 1993 (v. 80), as derivações em (79) obedecem ao Critério- $\theta$ , de Nunes (1995) (que, como dito anteriormente, o próprio

autor observa se tratar do Critério- $\theta$ , de Chomsky 1993), pois que V – o atribuidor de papel- $\theta$  nestes casos – satura completamente suas atribuições – ao argumento externo *ela* em (79a), e *a Maria*, em (79b).

IV.(80)



Por não violar quer o Critério Temático, quer – como defendido na seção anterior – as restrições impostas pela Teoria do Caso (note-se que não só em (79b), mas também em (79a) a distribuição complementar entre atribuição temática e checagem de traços é respeitada, uma vez que neste caso o DP gerado em [spec,  $\Sigma$ P] apenas checa traços formais em tal posição, sem a ele estar vinculado qualquer papel temático de V), as derivações em (79) são lícitas e, por isso, convergentes.

### IV.3. Da posição [spec, ΣP] à posição de adjunção a IP

#### IV.3.0. Acerca das construções DE do Francês

Como aponta Auger (1995), duas principais abordagens predominam nos estudos acerca dos pronomes clíticos-sujeito do Francês. De um lado, há aqueles (como Rizzi 1986 e Dufresne 1993) que, fortemente influenciados pelo diferente comportamento sintático entre os clíticos do Francês e o dos Trentino (também observados por Barbosa (1997) (cf. capítulo III, seção III.1.1)), defendem a idéia de que tais clíticos são elementos sintáticos independentes, que ocupam a posição [spec, IP], estando o sujeito lexical de uma estrutura como (81) em posição deslocada à esquerda:

IV.(81) Pierre, il aime la musique

De outro lado, sensivelmente motivados pelo reconhecimento do caráter [-marcado] em Francês de construções como (81), outros (como Auger 1993 e Roberge 1990) propõem a análise de que o sintagma *Pierre* em tal estrutura ocupa a posição [spec, IP], ao passo que *il* não é mais do que uma marca de concordância afixada a V.

Se se assume, como o faz Kuroda (1972) (cf. capítulo I, seção I.6.0), que em Francês DEs codificam sintaticamente juízos categóricos, tais construções podem ser paralelamente equiparadas às DEs do PB:

IV.(82) Pierre il aime la musique.

IV.(83) O Pedro ele adora música.

Porém, não só no que tange à codificação sintática de juízos categóricos o PB e o Francês são similares. Também quanto a juízos téticos, ambas as línguas parecem compartilhar a mesma codificação: estruturas SV *stricto sensu*:

IV.(84) Pierre aime la musique.

IV.(85) O Pedro adora música.

Com base no paralelismo dos dados em (82) a (85), as seguintes observações acerca das abordagens mencionadas por Auger (*op. cit.*), supracitadas, devem ser feitas:

a) contra a hipótese defendida por Auger (*op. cit.*) e Roberge (*op. cit.*) sobre a posição dos clíticos-sujeito do Francês, vale observar que, assim como afirma Svolacchia *et al.* (1995:92) acerca da presença ou ausência de resumptivos sujeito em Somali – segundo o qual “*the presence vs. absence of the resumptive pronoun has semantic consequences in that when that is present the subject NP is topicalized, while when the resumptive pronoun is not, the subject is basically new*” –, também em Francês a diferença interpretativa entre (82) e (84) é um contra-argumento para a tese de que, nesta língua, o clítico-sujeito é tão somente um *elemento de concordância*; afinal, não parece nada pertinente a assunção de que a ausência *versus* a presença de *elementos de concordância* poderia provocar a distinção interpretativa entre sentenças apresentativas e predicativas. Entretanto, a tentativa de tais autores em procurar espelhar na derivação de sentenças DEs do Francês a sua natureza [-marcada] do ponto de vista interpretativo é bastante adequada a um modelo de análise para o qual distinções semânticas refletem diferenças sintáticas estruturais;

b) por outro lado, a hipótese de Rizzi (*op. cit.*), Dufresne (*op. cit.*) e Barbosa (*op. cit.*), segundo a qual os sintagmas DEs do Francês estão derivacionalmente adjuntos a IP, não recupera, do ponto de vista interlingüístico, a natureza [-marcada] de tais construções, pois que estruturas com sintagmas em adjunção são geralmente interpretadas como [+marcadas] (cf. capítulo I, n. 22). Todavia, a hipótese de que os clíticos-sujeito do Francês ocupam a posição sintática [spec, IP] é devidamente condizente com o contraste existente entre os clíticos-sujeito do Trentino e os do Francês.

Os aspectos pertinentes destas duas abordagens apresentadas podem ser conciliados, se, para tanto, são consideradas as configurações de (86) a (89). Afinal, como defendido para o PB, em comparação ao PE, também em Francês a natureza interpretativa [-marcada] de uma representação como (86) pode ser derivada do posicionamento do sintagma *Pierre* em [spec,  $\Sigma$ P], o qual deverá ser interpretado no componente apropriado como *tópico*, no sentido de Kuroda (1992) (*i.e.*, como *sujeito de um juízo categórico* no sentido de Kuroda (1972), ou ainda como *sujeito de uma predicação ordinária*, nos termos de Dobrovie-Sorin (1996)):

### Francês

IV.(86) [ $\Sigma$ P PIERRE [IP il<sub>i</sub> [I aime<sub>j</sub> la musique [VP t<sub>j</sub> ]]]]

### PB

IV.(87) [ $\Sigma$ P O PEDRO [IP ele<sub>i</sub> [I adora<sub>j</sub> música [VP t<sub>j</sub> ]]]]

### PE

IV.(88) [ $\Sigma$ P PEDRO [IP pro<sub>i</sub> [I adora<sub>j</sub> música [VP t<sub>j</sub> ]]]]

Por outro lado, no que tange à posição sintática do pronome *il* e demais membros de seu paradigma, os testes sintáticos, de Kayne (1975) – exautivamente aplicados por Cardinaletti & Starke (1993) e Cardinaletti (1997) a esta língua – indicam que, sintaticamente, tais pronomes se apresentam não como clíticos, mas como *pronomes fracos*.

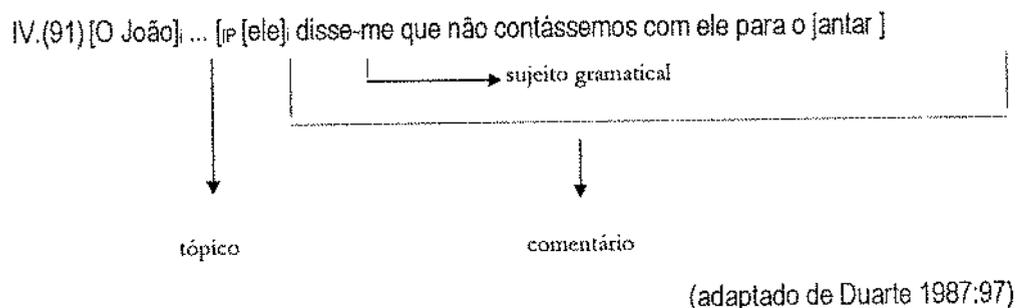
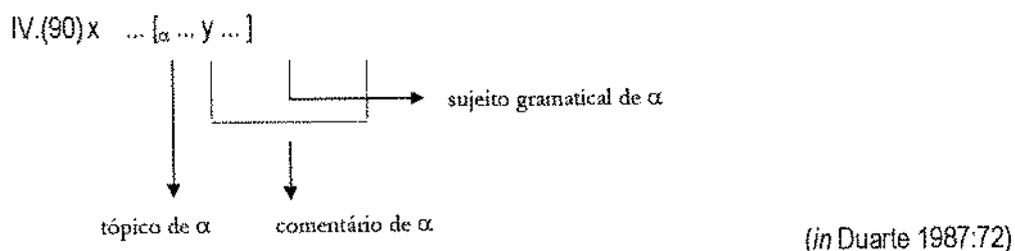
Quanto à distinção interpretativa entre sentenças como (82) e (84), as derivações em (89a) e (89b) a codificam: assim como defendido para o PB, a ausência em (89b) da projeção  $\Sigma P$  impede que (84) seja interpretada como um juízo categórico (*i.e.*, como uma *sentença predicativa*, nos termos de Calabrese (1986)), cabendo-lhe a interpretação de juízo tético:

- IV.(89) a.    [ $\Sigma P$  PIERRE    [ $IP$   $il_i$             [ $r$  aime $_j$  la musique    [ $VP$   $t_i$   $t_j$  ]]]]
- b.                            [ $IP$  Pierre $_i$         [ $r$  aime $_j$  la musique    [ $VP$   $t_i$   $t_j$  ]]]]

#### IV.3.1. Acerca das construções DE do PE

Denominando de *estruturas de tópico marcado* aquelas em que a estrutura sujeito (gramatical)-predicado não coincide com a estrutura de tópico-comentário (v. (90)), Duarte (1987) classifica como *de tópico marcado* as construções DE do PE como (91), pois em tais construções

*um dado constituinte mantém a relação gramatical de sujeito e um constituinte distinto, mais ou menos fortemente associado a elementos internos à predicação e ocupando uma posição externa à oração, tem a função textual de tópico frásico (in Duarte 1987:72)*



Para Duarte, elementos deslocados à esquerda em estruturas tais como (91) são gerados na base em adjunção livre a IP, ao passo que construções SV têm S em [spec, IP]<sup>24</sup>. Logo, para as sentenças do PE em (91) e (92), a autora sugere as seguintes representações em (93) e (94) respectivamente:

- IV.(92) a. O João não disse isso.  
 b. O António, não gosta de aquarelas; prefere desenho a tinta (...)
- IV.(93) [SN O João [FLEX<sup>0</sup> [SN ele [FLEX<sup>1</sup> disse-me (...)]]]
- IV.(94) a. [FLEX<sup>0</sup> [SN O João [FLEX<sup>1</sup> não disse (...)]]]  
 b. [SN O António [FLEX<sup>0</sup> [SN pro [FLEX<sup>1</sup> não gosta (...)]]]

(in Duarte 1987:380)

Sob a ótica de Cardinaletti (1997) acerca da tipologia de pronomes *fortes* e *fracos* (cf. capítulo III), as derivações em (93) e (94) são conflitantes, quando comparadas as análises de Duarte, supracitada, e de Barbosa (1997), anteriormente apresentada:

a) em consonância ao que proposto no presente estudo, Barbosa defende a tese de que sentenças SV do PE devem ser representadas sob a configuração [S [pro [M]]];

b) se, conforme propõe Cardinaletti, pronomes fortes e fracos ocupam posições distintas, sentenças com deslocamento à esquerda e sentenças SV deveriam ter as representações (95) e (96), e não as defendidas por Duarte:

IV.(95) [ O João [ ele [IP [ pro [I<sup>r</sup> disse-me (...)]]]

IV.(96) [ O João [IP [ pro [I<sup>r</sup> não disse (...)]]]

c) entretanto, se os elementos à esquerda de IP em (95), como afirma Duarte, e em (96), como defende Barbosa, devem estar adjuntos a esta projeção, o resultado obtido por tais representações é o de que as sentenças SV, [-marcadas], têm S em posição adjunta a IP, assim como as de deslocamento à esquerda, [+marcadas], também o têm (juntamente como o elemento deslocado não-sujeito). Logo, ao invés de a natureza [+ marcada] das sentenças ser sintaticamente representada pela oposição *adjunção versus não-adjunção*, as derivações (95) e (96) a representam pela oposição *uma (1) adjunção versus mais de uma (1) adjunção* – o que implica assumir que as propriedades presentes na oposição [-marcado] *versus* [+marcado] são de natureza *quantitativa*, e não *qualitativa*.

Por outro lado, se, ao invés de (95) e (96), assumirmos as representações (97) e (98) – pautadas na argumentação apresentada das seções acima –, a natureza [ $\pm$  marcada] das sentenças passa a ser sintaticamente representada pela *ausência versus presença de adjunção*:

IV.(97)            [ $\Sigma$ P João    [ $\text{IP}$  pro<sub>i</sub> [ $\text{I}$  disse-me<sub>j</sub>    [ $\text{VP}$  t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]

IV.(98) [ $\Sigma$ P João    [ $\Sigma$ P Ele    [ $\text{IP}$  pro<sub>i</sub> [ $\text{I}$  disse-me<sub>j</sub>    [ $\text{VP}$  t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]

#### IV.4. Observações finais: acerca das estruturas de juízo tético em PB e Francês

No decorrer deste capítulo, foram defendidas, no que tange às estruturas sintáticas para (i) juízo categórico do PB, PE e Francês e (ii) construções de tópico marcado em PE, derivações como (99) e (100):

IV.(99)    a.            [ $\Sigma$ P João    [ $\text{IP}$  ele<sub>i</sub>            [ $\text{I}$  me disse<sub>j</sub>    [ $\text{VP}$  t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]    (PB)

b.            [ $\Sigma$ P Jean    [ $\text{IP}$  il<sub>i</sub>            [ $\text{I}$  me a dit<sub>j</sub>    [ $\text{VP}$  t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]    (Fr)

c.            [ $\Sigma$ P João    [ $\text{IP}$  pro<sub>i</sub>            [ $\text{I}$  disse-me<sub>j</sub>    [ $\text{VP}$  t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]    (PE)

IV.(100)    [ $\Sigma$ P João    [ $\Sigma$ P Ele            [ $\text{IP}$  pro<sub>i</sub>            [ $\text{I}$  disse-me<sub>j</sub>    [ $\text{VP}$  t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]    (PE)

Entretanto, com relação às derivações (101) e (102), referentes à codificação de juízos categóricos e téticos em PB e Francês respectivamente, a seguinte questão deve ainda ser respondida: se, segundo Cardinaletti (1997:53), “in non-NSLs [*i.e.*, non-null subject languages] (...) strong subjects [que englobam nomes e pronomes fortes] occur in the higher Specifier, whereas weak subjects occupy SpecAgr2P [equivalente à projeção IP], como

derivar a ocorrência na posição [spec, IP] dos sintagmas *o Pedro* e *Pierre* em (101b) e (102b) respectivamente?

- IV.(101) a. [<sub>ΣP</sub> O PEDRO [<sub>IP</sub> ele<sub>i</sub> [<sub>I'</sub> adora<sub>j</sub> música [<sub>VP</sub> t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]
- b. [<sub>IP</sub> O Pedro<sub>i</sub> [<sub>I'</sub> adora<sub>j</sub> música [<sub>VP</sub> t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]
- IV.(102) a. [<sub>ΣP</sub> PIERRE [<sub>IP</sub> il<sub>i</sub> [<sub>I'</sub> aime<sub>j</sub> la musique [<sub>VP</sub> t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]
- b. [<sub>IP</sub> Pierre<sub>i</sub> [<sub>I'</sub> aime<sub>j</sub> la musique [<sub>VP</sub> t<sub>j</sub> t<sub>j</sub> ]]]]

Como demonstrado na seção IV.2.5, segundo a proposta de Chomsky (1995) – proposta esta sobre a qual Cardinaletti (*op.cit.*) apóia grande parte de sua argumentação – aos itens lexicais de categoria [+N] devem ser acrescentados traços formais de Caso entre a saída destes do léxico e sua entrada na Numeração. (Vale lembrar que, de acordo com Chomsky (*op.cit.*), ao léxico cabe listar *apenas* as propriedades dos itens lexicais não deriváveis por princípio algum – e *traços de Caso* não se enquadram neste perfil, uma vez que, presumivelmente por princípios da UG, eles deverão ser acrescentados aos itens nominais pelo fato de estes itens pertencerem à categoria [+N]).

A análise desenvolvida neste trabalho – a qual sustenta, como apontado nas derivações (101) e (102), que elementos [+nominais], tais como os DPs *o Pedro* e *Pierre*, podem ocorrer tanto em [spec, ΣP], com Caso tópico, quanto em [spec, IP], com Caso nomintativo – parece ser perfeitamente compatível ao sistema computacional de derivações sintáticas, tal como proposto por Chomsky. Afinal, partindo do comportamento do PB e Francês relativos às sentenças SV (em comparação às suas DEs), chegamos à hipótese nula, de Chomsky – segundo a qual aos itens lexicais nominais *devem ser acrescentados traços*

de Caso – sem, entretanto, o estabelecimento de qualquer restrição *prévia* (i.e., sem bloquear a possibilidade de a estes ser acrescido um traço de Caso nominativo – a ser checado em [spec, IP] – ou de tópico – checado em [spec, ΣP]).

Por outro lado, no que tange especificamente aos pronomes, são perfeitamente condizentes ao quadro de análise de Chomsky (1995) as observações de caráter distribucional presentes em Cardinaletti (*op.cit.*), segundo a qual aos pronomes fracos cabe exclusivamente a [spec, IP], ao passo que a posição de especificador acima de [spec, IP] deve ser ocupada por pronomes forte (v. seção IV.1.2). Afinal, uma vez que a distinção entre pronomes fracos e fortes é de natureza *lexical* (conforme claramente aponta o confronto entre as formas *lui* e *il*, do Francês, ou, menos obviamente, em virtude da homofonia, entre as formas *ELE* e *ele*, do PB, *SIE* e *sie*, do Alemão e *?OTO* e *?ota*, do Hebraico – v. Laenzlinger & Shlonsky, *op.cit.*), tais pronomes devem ter seus traços-φ e de Caso especificados na entrada lexical como traços intrínsecos, como prevê Chomsky (1995:237).

#### IV.5. Notas

---

<sup>1</sup> Para além dos argumentos para a hipótese do sujeito interno a VP, formalizada segundo o modelo Princípios e Parâmetros (cf. Koopman e Sportiche 1990), também no modelo minimalista chomskyano esta hipótese é sustentada, como defende Takano (1995).

<sup>2</sup> Cf. Chomsky (1995:341-342), para a observação dos exemplos relevantes sobre os quais a hipótese de Jonas e Bobaljik (1993) é fundada.

---

<sup>3</sup> A tese geral defendida por Martins (1994) é a de que a colocação dos clíticos nas línguas românicas depende da natureza da categoria  $\Sigma$  (*morfologicamente forte ou fraca e com ou sem conteúdo lexical*). Sobre a projeção funcional  $\Sigma P$ , de Martins *versus* a de Laka (1990), Martins tece duas observações: "(i) concebo (...)  $\Sigma P$  como expressão sintática das operações de afirmação e de negação proposicional. A idéia é que tal como uma proposição negativa implica uma operação de modificação por um marcador negativo, uma proposição afirmativa implica igualmente uma operação de modificação por um marcador afirmativo. Na ausência de um dos tipos de operador, a proposição não é afirmativa nem negativa, sendo por isso ininterpretável (Martins 1994:332) e (ii) Fique claro que, no meu texto, "Af" designa um núcleo afirmativo tout court (ou seja não envolvendo ênfase); "Af" tem pois um conteúdo diferente do de "Aff" em Laka. Nos termos em que concebo Af, esta categoria assemelha-se à que Belletti (1990) propõe sob a designação de Pos(itive) - ver Belletti (1990:39-41)" (Martins 1994:333).

<sup>4</sup> O PB parece trazer razões empíricas para que não seja aceita a proposta de Martins. Afinal, o PB, que é proclítico assim como o Espanhol o é, tem o verbo para respostas mínimas a interrogativas totais – assim como o PE –, e não o advérbio *sim* ocorrente no Espanhol. Ainda, conforme aponta Oliveira (1995), muitas vezes a cópula, e não o verbo correspondente ao indicado da sentença interrogativa, ocorre no PB como resposta mínima a interrogativa total, conforme (1). Também não são raras as ocorrências do demonstrativo como resposta mínima:

- (1) – Você comprou esse carro?  
– É.

- 
- (2) – A senhora quer três quilos de batata?  
– Isso.

<sup>5</sup> Não entraremos em detalhes aqui sobre a instanciação Neg de  $\Sigma$ .

<sup>6</sup> Martins menciona também a proposta de Rouveret (1992 *apud* Martins 1994), segundo a qual  $\Sigma$  contém traços-N fortes, por ser N-relacionado, identificáveis com traços de tópico, que são independentes dos traços de Caso Nominativo. Desse modo, o NP *Antônio* em (9) teria seus traços de Nominativo verificados por T e seus traços de tópico por  $\Sigma$ . Tal proposta, entretanto, prevê que [spec,  $\Sigma$ P] esteja sempre ocupado, uma vez dada a independência entre traços casuais e traços-tópico. Tal previsão não é corroborada pelos dados do PE, vista a possibilidade de ocorrência de ordem VS com V em início absoluto de sentença.

<sup>7</sup> Observe-se que a estrutura (30b) – abaixo repetida como (1) – é agramatical apenas sob leitura quantificada; para leitura referencial (no caso, leitura de grupo) do sintagma *todos os cientistas*, (1) deve ser obrigatoriamente enclítica:

- (1) Todos os cientistas manifestaram-se a favor da nova legislação.

<sup>8</sup> Em sintonia com este ponto de vista, só que aplicado especificamente às sentenças copulares, está Zuber (1972) (*apud* Bäuerle 1979:73) para quem “the general (yes-no) question Q: “Is it true that...” is presuppositionally ambiguous: Q (S is P) can have either S or P as ‘argument’. In the former case one presupposes “Something has the property P” and

---

one asks if this given property P is a property of S. In the latter case, one presupposes "S has some property" and one asks if the given S has also a property P".

<sup>9</sup> Por desacentuação (cf. Chomsky & Halle (1968); Cinque (1993); Zubizarreta (1997)), entenda-se o algoritmo secundário aplicado às sentenças de modo a corrigir o algoritmo de atribuição de acento nuclear de sentenças. Assim, para uma língua como o PB, que tem proeminência primária à esquerda, em um exemplo como (1) a regra de desacentuação não se aplica, diferentemente do que ocorre em (2):

- (1) a. a Maria comprou UM CARRO?  
b. não, a Maria comprou UMA MOTO.
- (2) a. A MARIA comprou um carro?  
b. não, A MIRTA comprou um carro.

<sup>10</sup> Lembremos que, segundo Martins, para dependentes com ordem VS, o sujeito encontra-se em [spec,TP] com Caso nominativo (expressando a sentença um juízo responsivo, e o sujeito com interpretação de foco):

<sup>11</sup> Certamente, a hipótese de se correlacionar, sem qualquer mediação, alçamento de verbos a tipos de respostas curtas a interrogativas totais pode ser tomada, a princípio, como compatível aos dados. Afinal, como aponta Kato & Tarallo (1992) ao tratar do tema *respostas mínimas* (tema este retomado por Oliveira (1995) na perspectiva de aquisição de linguagem), é bastante curioso notar que, em línguas como o Inglês – conhecidamente uma

---

língua sem alçamento de verbo visível, bloqueado pela obrigatoriedade de adjacência VO –, respostas mínimas do tipo verbal são absolutamente agramaticais.

<sup>12</sup> Para uma análise alternativa, na qual DPs deslocados não necessitam checar Caso, uma vez consistem em predicados, secundários, alçados, v. Kato (no prelo).

<sup>13</sup> Vale frisar que esta é a hipótese amplamente defendida neste trabalho – especificamente no decorrer do capítulo III deste estudo.

<sup>14</sup> Acerca do tratamento a ser dado à posição de sintagmas adverbiais altos, como os abordados por Figueiredo Silva, seguindo-se a proposta trazida por Chomsky (1995) – de acordo com a qual o estatuto mínimo, máximo ou intermediário de uma projeção não é previamente determinado, mas determinado no curso da derivação – uma possibilidade para a derivação para que a ordem sujeito-advérbio-verbo seja obtida é a de que, se tomado como uma projeção máxima, o sintagma adverbial seja conectado ao esqueleto sintático logo após T<sup>o</sup> ter sido conectado à estrutura, pois, da conexão de T<sup>o</sup> a vP – nos termos de Chomsky (*op.cit.*) – a categoria obtida é uma projeção máxima e não-mínima de rótulo T, à qual pode ser conectado o sintagma adverbial. Note-se, entretanto, que é necessário observar que, por meio desta derivação, o sintagma adverbial terminaria por estar no domínio de checagem de T, e não é claro o que sintagmas desta natureza devem fazer em tal domínio.

<sup>15</sup> Quanto a (55b) – abaixo repetida como (1) – e a noção de *deletar*, Kuroda (1969:120) observa que a estrutura *menos superficial* desta poderia ser representada como (2), ou ainda como (3):

- (1) John sae *Syntactic Structures* dake o yonda.  
 (2) John ga wa sae *Syntactic Structures* dake o yonda.  
 (3) John sae ga wa *Syntactic Structures* dake o yonda

<sup>16</sup> Acerca da fórmula em (58b), esquematicamente representada em (1) – onde  $S( \_ , \_ )$  representa um *predicado mais alto* cuja primeira posição *a* deve ser interpretada como o *sujeito* da propriedade que diz que entre *a* e *b* se estabelece a relação *P*, v. Kuroda (1969:112), ou a nota 3 do primeiro capítulo deste trabalho.

- (1)  $S(a, P( \_ , b))$

<sup>17</sup> Observe-se que o símbolo  $\cong$  estará sendo usado em seu sentido lógico de *equivalência*.

<sup>18</sup> Vale lembrar que, conforme já apontado por Martins, também em PE a distribuição complementar entre as projeções  $\Sigma P$  e  $FP$  é consistente, conforme indicado no paradigma abaixo – onde a presença de um sintagma focalizado na estrutura impede a a configuração SV (cf. capítulo IV, seção IV.2.3):

- (1) a. Três vezes te telefonou ela (e não duas).  
 b. \* Três vezes ela te telefonou (e não duas)

---

<sup>19</sup> Vale a ressalva de que, sobre as questões de subcategorização, Chomsky afirma: que os verbos têm a propriedade de atribuição Casual intrinsecamente determinada quer por propriedades da entrada lexical relativas aos traços semânticos, quer por natureza idiossincrática (cf. Chomsky 1995: 238).

<sup>20</sup> Note-se, como já observado por Kato *et alii* (1996), que, assim como em Inglês, Francês, Espanhol, PE, dentre outras, também em PB – assim como em Alemão, segundo Laenzlinger & Shlonsky (1997) (cf. capítulo III, seção III.2.2) –, *pronomes fortes e fracos* são distintos do ponto de vista lexical. A diferença entre o PB e o Alemão e as demais línguas supracitadas reside tão somente no fato de que, nas línguas germânica e portuguesa do Brasil, as formas lexicais relativas a tais pronomes são homófonas.

<sup>21</sup> Voltaremos ao final deste capítulo às estruturas sintáticas de juízo tético para uma exeplicação mais detalhada acerca do posicionamento de sintagmas nominais em [spec, IP].

<sup>22</sup> Vale lembrar que, segundo Chomsky (1981), a condição de Visibilidade era aplicada primordialmente a argumentos (lexicais ou não), ao passo que em Chomsky (1986), também as denominadas *cadeias expletivas* devem obedecer a tal condição.

<sup>23</sup> Acerca de atribuições temáticas, Chomsky (1993:11) observa não só que "the fundamental X-bar theoretic relation is head-complement, typically with an associated  $\theta$ -relation *determined by properties of the head*" [gripo meu], como também que, apesar de, com a eliminação da estrutura-D, o Critério Temático, assim como o Princípio de Projeção,

poder ser dispensável (cf. *op. cit.*, p. 20), não se trata de o mesmo ocorrer à teoria- $\theta$ ; pelo contrário, o autor sugere que esta deve ser mantida, sobretudo se delineada pelos princípios de *descarregamento temático*, proposto por Higginbotham (1985).

<sup>24</sup> A fim de formalizar sentenças como (1), Duarte (1987:380) parte, a princípio, das seguintes hipóteses de derivação em (2) a (4):

- (1) a. O João não disse isso.  
 b. O António, não gosta de aquarelas; prefere desenhos a tinta da china.
- (2) a. [FLEX<sup>II</sup> [SN O João ] [FLEX<sup>I</sup> não disse (...)]  
 b. [FLEX<sup>II</sup> [SN O António] [FLEX<sup>I</sup> não gosta de aquarelas (...)]
- (3) a. [SN O João] [FLEX<sup>II</sup> [SN pro] [FLEX<sup>I</sup> não disse (...)]  
 b. [SN O António] [FLEX<sup>II</sup> [SN pro] [FLEX<sup>I</sup> não disse (...)]
- (4) a. [FLEX<sup>II</sup> [SN O João]. [FLEX<sup>II</sup> [SN V<sub>i</sub>] [FLEX<sup>I</sup> não disse (...)]  
 b. [FLEX<sup>II</sup> [SN O António]. [FLEX<sup>II</sup> [SN V<sub>i</sub>] [FLEX<sup>I</sup> não disse (...)]

Para defender as configurações (2a) e (3b), Duarte tece as seguintes considerações:

a) a autora se baseia na hipótese de que uma pausa entre o tópico e o comentário (graficamente marcada pela vírgula em (1b)) consiste em uma propriedade prosódica das construções de tópico marcado. Com base nesta hipótese, a atribuição da representação (2b) para a sentença (1b) é rejeitada, uma vez que esta não espelhariá as diferenças, quer prosódicas, quer interpretativas, existentes entre a declarativa não marcada (1a) e a construção de tópico marcado (1b);

---

b) por outro lado, para sustentar que (3b), e não (4b), deve ser tomada como a representação para (1b), Duarte observa, primeiramente, o estatuto significativamente marginal atribuído a (5):

- (5) a. [Those guys], strangely [cv], have left.  
b. [Cheese] often [cv], doesn't appeal to certain customers.

(in Davison 1984 *apud* Duarte 1987:402)

Conforme aponta a autora, "a agramaticalidade (...) das frases (a) e (b) mostra que em Inglês não são legítimas variáveis em posição de sujeito originadas por Topicalização (contudo, se esta construção, em Inglês, envolve Movimento-Q, como propõe CHOMSKY 77, estas frases deveriam ter estatuto idêntico ao de interrogativas e relativas com uma variável na posição de sujeito)" (in Duarte, *op.cit.*, p. 403). Logo, a autora sugere que o contraste entre (3b) e (5) pode ser derivado com base na diferente fixação, em Português Europeu e Inglês, do (nas palavras da autora) *parâmetro de sujeito nulo*.

## Capítulo V

### Conclusão

---

As seguintes questões deram início à investigação acerca das construções DE do PB exposta neste estudo: (i) assumindo-se, como basilarmente propõe Kuroda (1972), que as línguas naturais codificam juízos categórico e tético sintaticamente, sob que configurações sintáticas o PB codifica tais juízos? (ii) como formalizar tais configurações segundo o modelo sintático gerativista?

A análise descritivo-comparativa entre o PB e o PE, apresentada no capítulo I deste trabalho, indicou que, diferentemente do PE (o qual, segundo Sasse (1987) e Martins (1994), se vale das ordens SV e VS para a codificação de juízos categórico e tético respectivamente), o PB, assim como o Francês – conforme já apontado anteriormente por Kuroda (*op.cit.*) – conta com construções DE para codificar juízo categórico e, para juízo tético, a ordem VS, já não mais generalizada no PB corrente, como observa Andrade Berlinck (1996), cede lugar à ordem SV.

A tais resultados comparativos, outros argumentos empíricos foram adicionados a favor da hipótese de que DEs com resumptivo sujeito lexical codificam em PB juízos categóricos. Conforme demonstrado no capítulo II, em sentenças copulares predicativas canônicas, no sentido de Moro (1993), e copulares equativas, no sentido de Fodor (1976),

do PB, a co-referência entre o DP deslocado e o resumptivo sujeito lexical é gramatical, ao passo que em copulares predicativas inversas, no sentido de Moro (*op.cit.*), não o é.

Para além da observação de que em PB a cópula em equativas não parece se comportar como um predicado de dois lugares, como defende Stowell (1989), mas, sim, como um verbo de alçamento (equivalente à cópula das predicativas canônicas, conforme propõe Heggie 1988), os resultados extraídos a partir do comportamento sintático das copulares do PB levaram à generalização segundo a qual *em PB sentenças com deslocados à esquerda + resumptivos sujeito só são gramaticais quando o DP coindexado ao resumptivo pode ser interpretado no componente apropriado como sujeito da predicação*, no sentido de Calabrese (1986), *ou como sujeito do juízo categórico ou tópico*, no sentido de Kuroda (1992).

À título de derivar o paralelismo interpretativo entre sentenças SV do PE e sentenças DE com resumptivo sujeito lexicalizado do PB – paralelismo este apontado nos capítulos I e II – a sustentação da hipótese de que *tais sentenças têm mesma interpretação porque projetam um mesmo esqueleto sintático, residindo a diferença entre suas configurações na natureza nula ou lexical do pronome fraco nominativo [+referencial] de tais línguas* foi obtida com base na seguinte argumentação, presente nos capítulos III e IV:

a) diferentemente do que ocorre em PE, em PB atual a identificação da categoria vazia *pro* [+referencial] não mais é possível, em virtude, como sustenta Figueiredo Silva (1996), da ausência de traços de pessoa no núcleo Agr que esta língua projeta;

b) no lugar do pronome fraco nominativo *pro* [+referencial], o PB apresenta, homófono ao seu correspondente *forte*, um pronome *fraco nominativo lexicalizado* – conforme indicado pelo comportamento sintático das formas pronominais preverbiais *ele* cujo referente pode ser [+animado] em contraste à forma *ele* cujo referente só pode ser

[+animado], quando estas são submetidas aos testes para identificação de pronomes fortes e fracos, de Cardinaletti & Starke (1993) e Cardinaletti (1997);

c) o paralelismo interpretativo existente entre as sentenças SV do PE e as DEs do PB e Francês é sintaticamente derivado com o apoio da proposta de Cardinaletti (1997), segundo a qual à posição [spec, IP] cabe abrigar *apenas* pronomes fracos – restando aos pronomes fortes uma posição acima desta projeção – e a de Martins (1994), em cuja análise é proposto que os sintagmas a serem interpretados no componente apropriado da gramática como *sujeito de juízo categórico* ocupam no componente sintático a posição [spec, ΣP] e têm seu traço de Caso tópico checado junto ao núcleo Σ. Consonante a análises que defendem que pronomes nulos de línguas pro-drop, como o PE, estão estruturalmente presentes mesmo em sentenças SV com S lexicalizado (cf. Soriano 1989; Barbosa (1997), assim como as DEs do Francês e PB, formalizadas neste trabalho sob as derivações (1), as SV do PE são paralelamente analisadas sob a derivação (2):

V.(1) a. [<sub>ΣP</sub> S [<sub>IP</sub> il [<sub>r</sub>V]]]

b. [<sub>ΣP</sub> S [<sub>IP</sub> ele [<sub>r</sub>V]]]

V.(2) [<sub>ΣP</sub> S [<sub>IP</sub> pro [<sub>r</sub>V]]]

A partir da análise proposta neste trabalho, é também derivada – com base da distinção *posição de especificador vs. posição de adjunção* – a natureza [+marcada] das DEs do PE com resumptivo lexicalizado: diferentemente das DEs do PB e Francês, que apresentam apenas um DP pleno ou um pronome forte seguido pelo pronome fraco, lexicalizado (ambos, segundo a análise aqui apresentada, em posição de especificador), as construções DEs do

PE apresentam o DP pleno, adjunto, seguido pelo pronome forte (o qual antecede, por sua vez, o fraco, nulo).

Finalmente, quanto à codificação sintática de juízo tético em PB, esta é formalizada segundo a derivação parcial presente em (3).

V.(3) [P S [V]]

Para tal formalização, demonstramos que a presença de NPs plenos em [spec, IP], bloqueada em análises como a de Cardinaletti (1997), é perfeitamente compatível à proposta de Chomsky (1995) acerca da associação de *traços opcionais* a itens da categoria [+ N] saídos do componente lexical em direção à *numeração*, a partir da qual se dá início a derivação sintática.

## Referências Bibliográficas

---

ANDRADE Berlinck, R. (1996) *La Position du sujet en Portugais*. Tese de Doutorado. Katholieke Univ. Leuven/UNICAMP.

AUGER, J. (1993) "More Evidence for Verbal Agreement- Marking in Colloquial French". In W. Ashby *et al.* (ed). *Santa Barbara Romance Papers*. Amsterdam. Benjamins.

\_\_\_\_\_ (1995) "Les Clitiques Pronominaux en Français Parlé Informel: Une Approche Morphologique" *Revue Québécoise de Linguistique* 24(1): 22-60.

BACH, E. (1968) "Nouns and Noun Phrases". In E. Bach & R. Harns (ed) *Universals in Linguistic Theory*. New York. Holt, Reinhart & Winston.

BARBOSA, P. (1996) "Clitic placement in European Portuguese and the position of subjects". In Halpern, A. & A. Zwicky (ed) *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*. CSLI Publications.

\_\_\_\_\_ (1997) "Subject Positions in the null subject languages". *Seminários de Linguística* 1:39-63. Universidade do Algarve - UCEH, Faro.

- BARNES, B. (1985) *The Pragmatics of Left Dislocation in Spoken Standard French*. Amsterdam-Philadelphia. John Benjamins.
- BAÜERLE, (1979) "Questions and Answers". In R. Baüerle, U. Egli & A. von Stechow (ed) *Semantics from Different Points of View*. Berlin-Heidelberg-New York. Springer.
- BELLETTI, A. (1990) *Generalized Verb Movement. Aspects of Verb Syntax*. Torino. Rosenberg & Sellier.
- BRAGA, M. L. (1987) "Essa dupla manifestação do sujeito, ela é condicionada lingüisticamente". *Anais do 34º Seminário do GEI*. 106-115. Campinas-SP.
- \_\_\_\_\_ & M. C. Mollica (1985) "Algumas Contribuições para a Compreensão do Tópico Discursivo". *Comunicação apresentada no 30º Seminário do GEL*. São José do Rio Preto-SP.
- \_\_\_\_\_ (1986) "Marcas Segmentais e Supra-segmentais entre o Sujeito e o Predicado e Sua Função Discursiva". *Série Estudos - Lingüística: Questões e Controvérsias* 12:24-39. Uberaba-MG.
- BRANDI, L. & P. Cordin (1989) "Two Italian Dialects and the Null Subject Parameter". In O. Jaeggli & K. Safir (ed) *The Null Subject Parameter*. Kluwer Academic Press.

- BRITTO, H. (1997) "A Codificação Sintática dos Juízos Categórico, Tético e Responsivo em PE e PB". *Anais do I Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - Celsul II*: 530-539. UFSC.
- BURZIO, L. (1981) *Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries*. Tese de Doutorado. MIT.
- CALABRESE, A. (1986) "Pronomina". In Fukui, N., T. Rapoport & E. Sagey (ed). *MIT Working Papers in Linguistics* 8:1-46.
- CARDINALETTI, A. (1997) "Subjects and clause structure". In L. Haegeman (ed) *The New Comparative Syntax*. Londres-N.iorque. Longman.
- \_\_\_\_\_ & M. Starke (1993). "The Typology of Structural Deficiency". University of Venice/University of Geneva. ms.
- CARLSON, G. (1982) "Generic Terms and Generic Sentences". *Journal of Philoshophical Logic* 11:145-181.
- CHOMSKY, N. (1971) "Deep Structure, Surface Strucutre and Semantics Representation. In D. Steinberg and L. Jakobovits (ed). *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics, and Psychology*. Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1977) "On Wh-Movement". In P. Culicover, T. Wasow, and A. Akmajian (ed). *Formal Syntax*. New York-San Francisco-London. Academic Press.

\_\_\_\_\_. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.

\_\_\_\_\_. (1986) *Barriers*. Linguistic Inquiry Monograph 13. Cambridge, MA. MIT Press.

\_\_\_\_\_. (1993) "A minimalist Program for Linguistic Theory". In K. Hale & S. Keyser (ed). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvian Bromberger*. Cambridge, MA. MIT Press.

\_\_\_\_\_. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, MA. MIT Press.

CHOMSKY, N. & M. Halle (1968) *The Sound Patterns of English*. Nova Iorque. Harper & Row.

\_\_\_\_\_. & H. Lasnik (1977) "Filters and Control". *Linguistic Inquiry* 8:425-507, 1977.

CINQUE, G. (1988). "On *Si* Constructions and the Theory of *Arb*". *Linguistic Inquiry* 19(4):521-581.

\_\_\_\_\_. (1990) *Types of A'-Dependencies*. Cambridge, MA. MIT Press.

\_\_\_\_\_. (1993) "A Null Theory of Phrase and Compound Stress". *Linguistic Inquiry* 24: 239-298.

CYRINO, S. (1994) *O Objecto Nulo no Português do Brasil: Um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado, Unicamp.

- \_\_\_\_\_, M.E. Duarte & M. Kato (1996) "Visible subjects and Invisible Clitics". Unicamp. ms.
- CREIDER, C. (1979) "On The Explanation of Transformations". *Syntax and Semantics* 12: 3-21.
- DOBROVIE-SORIN, C. (1996) "Classes de Prédicats, Distribution des Indéfinis et la Distinction Thétiq-ue-Catégorique". Université Paris VII. ms.
- DUARTE, M. E. (1995) *A Perda do Princípio 'Evite Pronome' no Português do Brasil*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- DUARTE, M. I. (1987) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa.
- DUFRESNE, M. (1993) *L'Articulation Syntaxique et Phonologique de la Cliticisation: Les Cas des Pronoms Sujets en Moyen Français*. Tese de Doutorado. Université du Québec à Montréal.
- DURANTI, A. & E. Ochs (1980) "Left Dislocation in Italian Conversation". In T. Givón (ed) *Syntax and Semantics* 12: 377-416.
- ENÇ, M. (1991) "The Semantics of Specificity". *Linguistic Inquiry* 22(1):1-25.

- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A Posição do Sujeito no Português do Brasil: Frases Finitas e Infinitivas*. Campinas. Ed. Unicamp.
- FILLMORE, C. (1968) "The Case for Case". In E. Bach & R. Harms (ed) *Universals in Linguistic Theory*. New York. Holt, Reinhart & Winston.
- FODOR, J. (1976). "The linguistic description of opaque contexts". University of Connecticut. ms.
- FOLEY, W. & R. D. Van Valin Jr. (1984) "Information Packaging in the Clause". In T. Shopen (ed) *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FREGE, G. (1978) *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo. Cultrix.
- GALVES, C. (1993) "O enfraquecimento da concordância no PB". In: Roberts, I. e M.A Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas-SP. Editora Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (no prelo) "La Syntaxe Pronominale du Portugais Brésilien et la Typologie des Pronoms". In A. Zribi-Hertz (ed). *Les Pronoms*. Denis. PUV.
- HALLIDAY, M. (1967) "Notes on Transitivity and Theme in English". *Journal of Linguistics* 68-708.

HEGGIE, L. (1988) *The Syntax of Copular Sentences*. Tese de Doutorado. USC.

HEYCOCK, C. (1994) *Layers on Predication. The non-lexical syntax of clauses*. New York & London. Garland Publishing.

\_\_\_\_\_ & A. Kroch (1996). "Pseudocleft connectivity: Implications for the LF interface level". ms.

HIGGINBOTHAM, J. (1985) "On Semantics". *Linguistic Inquiry* 16: 547-593.

HOCKETT, C. F. (1958) *A Course in Modern Linguistics*. Nova Iorque. Macmillan.

ILARI, R. & C. Franchi. (1993). "Componente Clítico e Funções Pragmáticas em Bielês". *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica-1989*. Universidade de Santiago de Compostela.

JACKENDOFF, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, MA. MIT Press.

JONAS, D. & J. Bobaljik (1993) "Specs for Subjects: The Role of TP in Icelandic". *MIT Working Papers* 18: 59-98.

KATO, M. (1988). "Sujeito e Tópico: Duas categorias na Sintaxe?" *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17:109-132.

- \_\_\_\_\_. (1993) "Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica". In I. Roberts & M. Kato (org) *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. Campinas, Ed. Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1996a) "Phonological, and Semantics Feature Correlation in Language Change and Grammar Selection". Unicamp. ms
- \_\_\_\_\_. (1996b) "The Morpho-Phonology of Strong and Weak Pronouns and The Pro-Drop Parameter". Unicamp/USC. ms.
- \_\_\_\_\_. (no prelo) "Tópicos como Alçamento de Predicados Secundários". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 23. IEL-Unicamp.
- KATO, M. & F. Tarallo (1982) "Sim: Respondendo Afirmativamente em Português". In M.A.Celani & M.S.Paschoal (org) *Vinte Anos de Lingüística Aplicada*. São Paulo. EDUC.
- KATO, M. *et alli* (1996) "Padrões de Predicação no Português Falado no Brasil". In M. Kato (org) *Gramática do Português Falado. Vol V: Convergências*. São Paulo-Campinas. FAPESP-Unicamp.
- KAYNE, R. (1975) *French Syntax*. Cambridge, MA. The MIT Press.
- KOOPMAN, H. e D. Sportiche (1991) "The Position of Subjects". *Lingua* 85:211-258.

KUNO, S. (1973) *The Structure of the Japanese Language*. Cambridge, MA. MIT Press.

KURODA, S-Y (1969) "Remarks on the Notion of Subject with Reference to Words like Also, Even, or Only". *Annual Bulletin of Research Institute of Logopedics and Phoniatics* 3:111-130. University of Tokyo.

\_\_\_\_\_ (1972) "The Categorical and The Thetic Judgment". *Foundations of Language* 9:153-185.

\_\_\_\_\_. (1976) "Subject". *Syntax and Semantics* :1-16.

\_\_\_\_\_. (1988) "Whether We Agree or Not: Rough Ideas about the Comparative Syntax of English and Japanese". *Linguisticae Investigationes* XII (1): 1-47.

\_\_\_\_\_ (1992) *Japanese Syntax and Semantics*. Dordrecht-Boston-London, Kluwer Academic Publishers.

\_\_\_\_\_ (1994) "Thetic and Categorical, Stage and Individual, Weak and Strong". In M. Harvey and L. Santelmann (ed). *SALT IV*:220-229.

LAENZLINGER, C. & U. Shlonsky (1997) "Weak Pronouns as LF Clitics: Clustering and Adjacency Effects in the Pronominal Systems of German and Hebrew". *Studia Linguistica* 5(2): 154-185.

LAKA, I. (1990) *Negation in Syntax*. Tese de Doutorado. MIT.

- LI, C. and S. Thompson (1979) "Third-Person Pronouns and Zero-Anaphora in Chinese Discourse". *Syntax and Semantics* 12:311-335.
- LYONS, J. (1968) *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge, MA. Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1975) "Deixis as the Source of Reference". In E. Keenan (org) *Formal Semantics of Natural Languages*. Cambridge. Cambridge University Press.
- MARTINS, Ana Maria (1994) *Clíticos na História do Português*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa.
- MCCLOSKEY, J. (1997) "Subjecthood and Subject Position". In L. Haegeman (a sair) *A Handbook to Theoretical Syntax*.
- MONTALBETTI, M. (1984) *After Binding: On the Interpretation of Pronouns*. Tese de Doutorado. MIT.
- MORAES, J. A. (1984) *Recherches sur l'Entonation Modale du Portugais Brésilien Parlé à Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Paris, Université de la Sorbonne Nouvelle.
- MORO, A. (1993) *I Predicati Nomimali e la Struttura della Frase*. Padova. UniPress.

- MUROMATSU, K. (1997) "Two Types of Existentials: Evidence from Japanese". *Lingua* 101: 245-269.
- NAPOLI, D. J. (1989) *Predication Theory: A case Study of Indexing Theory*. Cambridge. Cambridge University Press.
- NASCIMENTO, M. (1984) *Sur la posposition du sujet dans le Portugais du Brésil*. Université de Paris VIII. Doctorat, 1984.
- \_\_\_\_\_ & M. Kato. (1995) "O Estatuto dos Nominais Pós-Verbais dos Verbos Inacusativos". *Revista de Estudos da Linguagem* 4(1):1-173.
- NEGRÃO, E. (1996) "Asymmetries in the distribution of overt pronouns and empty categories in Brazilian Portuguese". FFLCH-USP. ms.
- NUNES, J. (1994) "Nominative Pronoun Reduction in Brazilian Portuguese". University of Maryland. ms.
- \_\_\_\_\_ (1995) *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Tese de Doutorado. University of Maryland.
- OLIVEIRA, M. (1995) *Respostas Assertivas e sua Variação nas Línguas Românicas: o seu papel na aquisição*. tese de Doutorado. Unicamp.

POLLOCK, J.Y. (1989) "Verb Movement, Universal Grammar and the Structure of IP".  
*Linguistic Inquiry* 20: 365-424.

PONTES, E. (1981) "Da importância do Tópico em Português". *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística*, Rio de Janeiro - PUC.

\_\_\_\_\_ (1987) *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas-SP. Pontes.

RAPOSO, E. (1995) "Próclise, Ênclise, e a Posição do Verbo em Português Europeu".  
University of California. ms.

\_\_\_\_\_ & J. Uriagereka (1990) "Long-distance Case Assignment". *Linguistic Inquiry* 21:  
505-537.

\_\_\_\_\_ (1995) "Two Types of Small-Clauses (Towards a Syntax of Theme/Rheme Relations)". In A. Cardinaletti & M. Guasti (ed) *Syntax and Semantics* 28: 179-198.

RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht. Foris.

\_\_\_\_\_ (1986) "On the Status of Subject Clitics in Romance. In O. Jaeggli (ed) *Studies in Romance Linguistics*. Foris. Dordrecht.

- \_\_\_\_\_ (1994) "Early Null Subjects and Root Null Subjects". In B. Schwartz & T. Hoekstra (ed) *Language Acquisition Studies in Generative Grammar*. Amsterdam. J. Benjamins.
- \_\_\_\_\_ (1995) "The Fine Structure of The Left Periphery". Université de Genève. ms.
- \_\_\_\_\_ (1997) "A Parametric Approach to Comparative Syntax: Properties of the Pronominal System". In L. Haegeman (1997) *The New Comparative Syntax*. Londres-Nororque. Longman.
- RIVERO, M.-L. (1971) "Mood and Presupposition in Spanish". *Foundations of language* 7:305-336.
- ROBERGE, Y. (1990) *The Syntactic Recoverability of Null Arguments*. Kingston. McGill-Queen's University Press.
- ROSS, J. (1967) *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de Doutorado. MIT.
- ROTHSTEIN, Susan. (1983) *The Syntactic Forms of Predication*. Tese de Doutorado. MIT.
- SANTOS, J. (1996) *Ligação Não-Seleativa de Subjuntivos: Suas Implicações na Gramática*. Tese de Mestrado. Unicamp.
- SASSE, H.-J. (1987) "The Thetic/Categorical Distinction Revisited". *Linguistics* 25:511-580.

- \_\_\_\_\_ (1996) "Theticity". *Arbeitspapier 27*: 1-55. Institut für Sprachwissenschaft, Universität Zu Köln.
- SCHMITT, C. (1994) "Accusative Clitic Doubling, Participial Absolutes, and Have + Agreeing Participles". *University of Maryland Working Papers in Linguistics 2*: 178-220.
- SORIANO, O. F. (1989) "Strong Pronouns in Null-Subject Languages and the Avoid Pronoun Principle". *MIT Working Papers in Linguistics 11*:228-239.
- SPEAS, M. & N. Fukui (1986) "Specifiers and Projections". *MIT Working Papers 8*: 128-172.
- SVOLACCHIA, M., L. Mereu & A. Puglielli (1995) "Aspects of Discourse Configuration in Somali". In K. Kiss (ed) *Discourse Configurational Languages*. New York-Oxford. Oxford University Press.
- STOWELL, T. (1978) "What Was There Before There Was There". In D. Farkas et. alli (org) *Papers from the XIV Regional Meeting - Chicago Linguistics Society 14*:475-471.
- \_\_\_\_\_ (1989) "Subjects, Specifiers, and X-Bar Theory". In M. Baltin & A. Kroch (ed). *Alternative Conceptions of Phrase Structure*. Chicago. University Chicago Press.
- SWART, H. & H. Hoop (1995) "Topic and Focus". *Glott International 1*(7):3-7.

TAKANO, Y. (1995) "Predicate Fronting and Internal Subjects". *Linguistic Inquiry* 26(2):327-340.

VALLDUVÍ, E. (1990) *The Informational Component*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania.

WILLIAMS, E. (1980) 'Predication'. *Linguistic Inquiry* 11(1):203-238.

ZUBIZARRETA, M.-L. (1997) "Prosody, Focus and Word Order". USC. ms.

## Abstract

---

This is a comparative syntactic study between (i) left dislocation structures with lexical resumptive subject in Brazilian Portuguese *versus* SV structures in European Portuguese and (ii) SV structures in Brazilian Portuguese *versus* VS structures in European Portuguese. Its aim is to derive the existing interpretative parallelism between (i) and (ii) – the structures in (i) are taken as the syntactic correlate of what must be interpreted in the appropriate component as a categorical judgement, while the ones in (ii) correspond to what must be interpreted as athetic judgement. As far as the syntactic configuration for thetic judgement is concerned, it can be observed that since the VS order is not available for the Modern Brazilian Portuguese in general, this language makes use of the order SV as the syntactic configuration for such judgement. As for the syntactic configuration for categorical judgement, the interpretative parallelism found between left dislocation structures with lexical resumptive subject in Brazilian Portuguese and SV structures in European Portuguese is syntactically derived from arguments according to which such structures project the same syntactic structure; the difference between them rest in the null and lexical nature of the weak nominative pronoun in European Portuguese, on one hand, and Brazilian Portuguese, on the other.